Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS

Apresentamos o Relatório da Administração as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco BTG Pactual S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis Nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e no 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do CMN, do BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco BTG Pactual S.A. (''Banco'' ou "BTG Pactual") está constituído sob a forma de banco múltiplo, atuando em conjunto com suas controladas ("Grupo"), oferecendo produtos e serviços financeiros relativos às carteiras comerciais, inclusive câmbio, de investimentos, crédito, financiamento e investimento, arrendamento mercantil, seguros e crédito imobiliário.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a intermediação de outras sociedades integrantes do Grupo BTG Pactual.

O Banco e a BTG Pactual Participations Ltd possuem units listadas na NYSE Euronext em Amsterdã e na BM&F BOVESPA em São Paulo. Cada unit emitida corresponde a 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais classe A do Banco, e 1 ação Classe A e 2 ações Classe B da BTG Pactual Participations Ltd. Todas units listadas e negociadas em Amsterdã são integralmente conversíveis em units no Brasil.

Desde 25 de novembro de 2015, o Grupo foi atingido por uma série de notícias relacionadas ao Sr. André Esteves, e desde então tem tomado medidas, descritas a seguir, para garantir o funcionamento em curso normal das Companhias. Embora o Grupo não faça parte de qualquer investigação ou acusação, as notícias impactaram o preço das units e de títulos emitidos, o que levou a Administração do Grupo a adotar uma postura conservadora para reduzir o uso do balanço patrimonial, conservar a liquidez e preservar o capital.

Controle societário

Em 29 de novembro de 2015, o Sr. André Santos Esteves renunciou a todos os seus cargos executivos no BTG Pactual; o Conselho de Administração nomeou: (i) o Sr. Persio Arida como Presidente do Conselho de Administração, (ii) o Sr. John Huw Jenkins Gwili como Vice-Presidente do Conselho de Administração e (iii) o Sr. Marcelo Kalim e o Sr. Roberto Balls Sallouti como co-CEOs. Além disso, em 02 de dezembro de 2015, uma permuta de ações foi realizada entre o Sr. André Santos Esteves e os sete principais acionistas da Companhia (Top Seven

Partners), um grupo composto pelos Srs. Marcelo Kalim, Roberto Balls Sallouti, Persio Arida, Antonio Carlos Canto Porto Filho, James Marcos de Oliveira, Renato Monteiro dos Santos e Guilherme da Costa Paes, acionistas e membros da alta administração do BTG Pactual, resultando na alteração do controle acionário atual do Banco, que será exercido pelos Top Seven Partners, através de uma sociedade holding criada por eles. O Banco Central do Brasil aprovou a nova estrutura em 3 de dezembro de 2015.

Comitê Especial

Em 4 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração formou o Comitê Especial, constituído principalmente por membros independentes/não-executivos do Conselho de Administração, para supervisionar e conduzir uma investigação interna relacionada a prisão do Sr. André Santos Esteves. O Comitê Especial contratou as firmas de advocacia independentes Quinn Emanuel Urquhart & Sullivan, LLP e Veirano Advogados (em conjunto, "Conselheiros Legais") para conduzir a investigação. O Conselho de Administração não impôs limites à autoridade do Comitê Especial e dos Conselheiros Legais para requerer total cooperação do Grupo, sua Administração e seus empregados, além de acesso total às informações requeridas no contexto da investigação.

Na data de emissão das demonstrações financeiras, a investigação encontra-se em andamento, no entanto os Conselheiros Legais estão conduzindo uma revisão extensa da documentação relacionada ao tema sob investigação, entrevistas com pessoas relevantes, e envolvendo terceiros para conduzir análises financeiras relacionadas a certas transações. O Comitê Especial e os Conselheiros Legais apresentaram indicativos que, com base nas atividades realizadas até a data, não foram identificadas evidências de que o Grupo, sua Administração ou qualquer de seus empregados se envolveram em atividades de corrupção ou fraude dentre outras violações de leis. A investigação encontra-se em andamento e tem sua conclusão estimada para abril de 2016.

Programa de Recompra de units

Em 25 de novembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou um programa de recompra de ações que previa a aquisição de até 10% das ações em circulação (aproximadamente 23 milhões de units). Em 13 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento das ações recompradas (aproximadamente 20 milhões de units), bem como a aprovação da continuidade do programa de recompra de ações de até aproximadamente 21 milhões de units.

Como consequência do programa de recompra e cancelamento de ações, durante o exercício houve recompra de aproximadamente 31.973.542 de ações ordinárias e 63.947.084 de ações preferenciais (equivalentes a R$452.188) do BTG Pactual. Em 31 de dezembro de 2015, aproximadamente 12.072.730 de ações ordinárias e 24.145.460 de ações preferenciais (equivalentes a R$132.394) encontram-se mantidas em tesouraria e 19.900.812 de ações ordinárias e 39.801.624 ações preferenciais (equivalentes a R$319.794) foram canceladas durante o exercício.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Recompra de Passivos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Grupo realizou diversas operações de recompra e liquidação antecipada de seus passivos, incluindo uma parte do saldo devedor de notas perpétuas não-cumulativas subordinadas e sênior (tier I), sem nenhum impacto sobre a base de capital.

Comunicação

De acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM"), o Banco Central do Brasil ("BACEN") e outros órgãos regulatórios, o Banco está fornecendo todas as informações necessárias e também divulgando informações de forma voluntária, a fim de fornecer informações precisas e transparentes para acionistas, credores e para o mercado em geral.

Gerenciamento de Liquidez e de Risco

A fim de garantir um nível adequado e conservador de liquidez, desde os eventos anteriormente mencionados foram adotadas algumas medidas:

a. Portfólio de Crédito

Foram cedidas ou liquidadas antecipadamente operações do portfólio de crédito, no valor total de aproximadamente R$10 bilhões até 31 de dezembro de 2015.

b. Fundo Garantidor de Crédito ("FGC")

No dia 4 de dezembro de 2015, foi assinado o Memorando de Entendimento com o FGC para estender uma linha de crédito ao montante de até R$6,0 bilhões, garantida por parte da carteira de crédito expandido do Banco BTG Pactual S.A. (principalmente Debêntures e Certificados de Crédito Bancários), e pessoalmente pelo seus acionistas controladores (Top Seven Partners); tais garantias representam 120% da linha de crédito. Em 31 de dezembro de 2015, o valor de R$5,0 bilhões havia sido sacado desta linha de crédito.

c. Depósitos a Prazo com Garantia Especial ("DPGE")

Este é um produto financeiro de captação em renda fixa, sem vencimento parcial ou antecipado, que oferece aos investidores garantias estendidas, em termos de valor, fornecidas pelo FGC em caso de intervenção, liquidação ou insolvência reconhecida pela parte competente da instituição financeira. Até 31 de dezembro de 2015, o BTG Pactual havia emitido aproximadamente R$1,7 bilhões em DPGE.

d. Vendas de Ativos e de investimentos

Foram vendidos ativos e participações em investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, informações sobre essas transações encontram-se detalhadas na notas 2 e 26.

Adicionalmente, e em conexão com o Fato Relevante datado de 04 de dezembro de 2015 relativo ao contrato firmado com o FGC, foram implementadas medidas adicionais visando a preservação da liquidez do Grupo, que compreendem (i) a limitação da distribuição de dividendos ao mínimo requerido no Estatuto Social (1% do lucro líquido ajustado), (ii) a postergação do pagamento dos juros sobre o capital próprio declarados aos acionistas em dezembro de 2015, (iii) a suspensão do pagamento de remuneração variável aos administradores e do aumento de sua remuneração fixa; e (iv) a suspensão de quaisquer concessões de operações de crédito aos integrantes do partnership.

A Administração do Banco entende que essas medidas foram suficientes para prover os recursos financeiros necessários para atender suas obrigações no curto e médio prazos, e fortalecer a sua liquidez corrente. O nivel de caixa, medido pelo estoque de ativos de alta qualidade (HQLA) era, em 31 de dezembro de 2015, superior àquele observado anteriormente ao dia 25 de novembro de 2015, e o indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR) é equivalente a 111% para o Conglomerado Prudencial.

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pela Administração em 19 de fevereiro de 2016, e contemplam uma visão verdadeira e apropriada da evolução e resultados do Grupo. A Administração avaliou a habilidade do Banco e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que o Banco e suas controladas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

Estrutura do Grupo BTG Pactual

O Grupo BTG Pactual compreende tanto o Banco BTG Pactual como a BTG Investments LP ("BTGI"), os quais possuem os mesmos acionistas no final de suas respectivas cadeias societárias. O Banco BTG Pactual é a principal companhia operacional do Grupo BTG Pactual, tendo sido fundado como uma pequena corretora de valores mobiliários, e cresceu a partir da criação de novas áreas de negócios, bem como da expansão das atividades nessas áreas de negócios.

A BTGI é uma companhia formada em 2008 com o propósito de investimentos de capital numa ampla variedade de instrumentos financeiros, incluindo investimentos em *Merchant Banking* no Brasil, e uma variedade de investimentos financeiros em mercados globais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A área de *Asset Management* do Banco BTG Pactual administra os ativos da BTGI, os quais não tem administração própria, recebendo taxas a valor de mercado da BTGI.

A BTGI é controlada pela BTG Participations Ltd , uma sociedade limitada e isenta (limited liability exempted company) constituída em 26 de março de 2010, de acordo com as leis de Bermudas, que detém a totalidade do capital social do BTG Bermuda LP Holdco Ltd. ("BTG Holdco") que, por sua vez, em 29 de dezembro de 2010, recebeu, em transferência da BTG Pactual Management Ltd., uma ação Classe C, tornando-se a "General Partner" da BTGI. Como resultado dessa mudança societária, a Companhia passou a governar as políticas operacionais e financeiras da BTGI.

Resultados e Condição Financeira do Grupo BTG Pactual

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, as receitas ajustadas combinadas do Grupo BTG Pactual totais alcançaram R$10.086 milhões e lucro líquido combinado totalizou R$4.616 milhões. O lucro líquido por unit e o retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) totalizaram R$5,02 e 22.4%, respectivamente, no exercício encerrado nessa data.

Em 31 de dezembro de 2014, o ativo total do Grupo BTG Pactual alcançou R$266,1 bilhões, e o índice de Basileia do Banco BTG Pactual atingiu 15,5%.

Partnership do Grupo BTG Pactual

O BTG Pactual é uma empresa de capital aberto administrada por uma partnership, que atualmente conta com 64 sócios e 175 associados. Nossa estrutura de gestão é horizontal e aberta, incentivando a troca de ideias e o trabalho em equipe.

Consideramos as pessoas como sendo nosso mais valioso ativo, e acreditamos que a nossa cultura e o nosso modelo de partnership nos permitem atrair, reter e motivar profissionais altamente talentosos. Nossa estratégia de recrutamento e treinamento tem o objetivo de produzir futuros sócios. Nossa cultura está centrada no reconhecimento do mérito individual e em um sistema de remuneração variável, que recompensa o trabalho em equipe, o empreendedorismo e a iniciativa. Nossos melhores profissionais se tornam sócios.

Todos os anos, as participações acionárias de cada sócio são revisadas de acordo com o desempenho do período. Acreditamos que esse modelo (i) promove uma cultura de trabalho em equipe, desenvolvimento de talentos, empreendedorismo, meritocracia e comprometimento de longo prazo, (ii) aumenta substancialmente a integração entre as nossas unidades de negócio e maximiza a venda cruzada entre os nossos produtos, (iii) tem a habilidade de atrair os melhores talentos disponíveis e (iv) facilita a manutenção de uma estrutura organizacional enxuta e eficiente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Com exceção do Conselho de Administração, que inclui Conselheiros não executivos, todos os demais Diretores e principais executivos do BTG Pactual são sócios dedicados ao Banco em tempo integral.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Áreas de Negócio do Grupo BTG Pactual

O Grupo BTG Pactual está organizado nas seguintes áreas de negócios:

- Investment Banking. Por meio da sua área de Investment Banking, o Grupo BTG Pactual oferece serviços de consultoria financeira e em mercado de capitais;

- Corporate Lending. O Grupo BTG Pactual oferece financiamentos, créditos estruturados e empréstimos garantidos a empresas por meio da sua área de Corporate Lending;

- Sales and Trading. Por meio da área de Sales and Trading do Grupo BTG Pactual oferece produtos e serviços a um grupo diversificado de clientes nos mercados brasileiro e internacional, incluindo serviços de formador de mercado, corretagem e compensação, bem como operações com derivativos, taxas de juros, câmbio, ações, energia e commodities para fins de hedge e de negociação;

- Asset Management. Pela sua área de Asset Management, o Grupo BTG Pactual oferece serviços de administração de recursos a partir de um amplo portfólio de produtos de investimento em diversas classes de ativos a clientes na América Latina e Internacionais;

- Wealth Management. A área de Wealth Management do Grupo BTG Pactual oferece serviços de gestão de investimento e de planejamento financeiro, bem como produtos de investimento a indivíduos de alta renda;

- Principal Investments. A área de Principal Investments do Grupo BTG Pactual envolve atividades de investimento em posição proprietária a partir de uma ampla gama de instrumentos financeiros, incluindo investimentos em Merchant Banking e investimentos imobiliários no Brasil e investimentos em uma variedade de instrumentos financeiros no mercado global, sendo estes investimentos gerenciados principalmente pela área de negócio de Asset Management do Grupo BTG Pactual;e

- Banco Pan. A área Banco Pan do Grupo BTG Pactual, sua área de negócio de banco comercial e de consumo, conduzida por meio do Banco Pan, um banco brasileiro independente do qual participa do cocontrole desde meados de 2011, tem foco na prestação de financiamentos para aquisição de automóveis e crédito direto ao consumidor, crédito consignado, empréstimos de middle market e imobiliário, primordialmente a pessoas físicas e empresas no Brasil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Grupo BTG Pactual é uma empresa financeira global inovadora, operando na forma de uma sociedade meritocrática e com uma paixão pela constante criação de valor para os seus clientes e para os seus acionistas. Com 30 anos de experiência, o BTG Pactual tem mais de 5,000 funcionários, e escritórios espalhados pela América Latina, pelos Estados Unidos e pela Europa, em escritórios em Cingapura e Hong Kong, além da estrutura da BSI. Em Dezembro de 2015, o Banco detinha um patrimônio de R$22,5 bilhões, ativos totais de R$266,1 bilhões, e ativos sob gestão/administração de R$192,5 bilhões e R$426,5 bilhões nas suas divisões de Asset Management e Wealth Management. Com uma plataforma robusta de Investment Banking, sobretudo na América Latina. Em 2015 o BTG Pactual concluiu a aquisição do Banco suíço BSI.

No exercício de 2015, atingimos ROAE de 22,4% e lucro líquido de R$4.616 milhões. Nossas receitas subiram 50% e o lucro líquido 35% comparado ao exercício de 2014. No ano, registramos um desempenho sólido em (i) Sales & Trading, onde a maioria das mesas de FICC teve forte contribuição na receita, (ii) Investment Banking, que teve um bom desempenho em um cenário muito desafiador e (iii) Wealth Management, onde o BSI contribuiu com receitas no último trimestre e continuamos a ter um bom desempenho na América Latina. Por outro lado, Principal Investments continuou com um desempenho abaixo do esperado, especialmente em Merchant Banking, e registrou receitas negativas.

Nossos custos continuaram sob controle. Como consequência, no exercício de 2015 nosso índice de eficiência foi 50.0%.

EVENTOS RELEVANTES DO BANCO

Reorganizações societárias

Em setembro de 2015, a ENEVA S.A. concluiu seu processo de recuperação judicial. Como consequência, uma parte das operações de crédito detida pelo Banco foi convertida em participação na companhia, bem como também foi aportado pelo Banco novos ativos na companhia. Em 31 de dezembro de 2015, o Banco possui participação equivalente a 49.7% do capital total da ENEVA.

O Banco Pan S.A. ("Banco Pan"), o Banco e a Caixa Participações S.A. ("Caixapar"), celebraram em 21 de agosto de 2014 contratos de compra e venda por meio dos quais o Banco Pan S.A. alienou (i) a totalidade da participação societária por ele detida na Pan Seguros S.A. à BTG Pactual Seguradora S.A. ("BTGP Seguradora"), uma sociedade controlada do BTG Pactual, e (ii) a totalidade da participação societária por ele detida na Pan Corretora S.A. ao Banco e à Caixapar, pelo valor total combinado de R$580.000, corrigido pela variação positiva de 100% da Taxa DI até a consumação do fechamento das operações. Nesta transação foi gerado ágio de R$ 393.668. A Caixapar, no âmbito das operações, resguardou o direito de manter, após sua consumação, a condição atual de co-controlador da Pan Seguros S.A. O Banco efetivou a operação em 29 de dezembro de 2014. Após a aquisição foi realizada a incorporação da BTGP Seguradora pela Pan Seguros S.A. Em maio de 2015, a transação referente a transferência de 49% da participação na Pan Seguros S.A. para a Caixapar foi concluída.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Aquisições e vendas

Em 30 de outubro de 2015, o Banco vendeu uma de suas comercializadoras de energia contendo contratos avaliados em R$1,8 bilhão pelo montante total de R$2 bilhões, sendo R$200 milhões recebidos na data da transação, e o restante a ser recebido ao longo de 5 anos em parcelas semestrais.

Em abril de 2015, o Banco por meio de uma de suas subsidiárias converteu debêntures, emitidas pela Rede D'Or, no valor de R$985.978, equivalentes a 21,1% do capital total, gerando um ágio de R$649.807. Em maio de 2015, a Rede D'Or recebeu um aumento de capital, que diluiu a participação do Banco para 19,4%, gerando um ganho de participação de R$269.174, líquido de amortizações do ágio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Banco vendeu toda sua participação remanescente na Rede D'Or reconhecendo um ganho no valor aproximado de R$2,7 bilhão. Adicionalmente, os contratos de venda possuem cláusulas que podem alterar o valor remanescente que o Banco tem a receber, caso a Rede D'Or não atinja determinadas condições precedentes. Em 31 de dezembro de 2015, o Banco estimou que o valor potencial de tais cláusulas não é significativo.

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco firmou um compromisso de venda de sua participação integral na Recovery do Brasil Consultoria S.A. ("Recovery") pelo valor total de R$1,2 bilhão, conforme descrito a seguir: (i) transferência de ações ordinárias, equivalentes a 81,94% do capital social da Recovery; (ii) transferência de quotas emitidas pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NPL I ("FIDC NPL I"), equivalentes a 69,34% da totalidade das quotas do fundo; e (iii) transferência de debêntures não conversíveis emitidas pela Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Renova"). Nesta mesma data, tais ativos foram classificados como "investimento mantido para venda" a valor de mercado, conforme apresentado na Nota 12(b). A transação descrita acima, gerou um ganho no valor aproximado de R$560 milhões.

O Grupo BTG Pactual firmou uma joint venture para criação de uma empresa de resseguros operando através de entidades reguladas. Como parte da estratégia de crescimento da joint venture, em 10 de julho de 2014, o Banco assinou os documentos definitivos de aquisição de 100% das ações da Ariel Re (Holdings) Limited ("Ariel"), um grupo internacional de resseguros não-vida, com sede em Londres e Bermudas, especializado em resseguro de catástrofe para propriedades. Em 12 de janeiro de 2015, a transação de aquisição de Ariel foi aprovada pelo Banco Central do Brasil e em 3 de fevereiro liquidada. Em abril de 2015, a transação referente a transferência de 50% da participação na Ariel para a joint venture foi concluída.

Em 14 de julho de 2014, o Banco assinou contrato definitivo de compra e venda de ações do BSI, que prevê a aquisição, diretamente ou indiretamente, de 100% das ações do BSI S.A., ou BSI, uma instituição financeira Suiça, subsdiária indireta do Grupo Generali. O Banco BTG Pactual acredita que o negócio do BSI será um complemento em termos geográficos, e de cobertura de clientes, ao seu já existente portfólio, com sobreposição limitada. Em 30 de setembro de 2015, a aquisição foi concluída e o valor total agregado pago pelo Banco BTG Pactual foi de CHF1.248 milhões (R$4.935 milhões) de acordo com a taxa de conversão na data da aquisição, e corresponde a: (i)

CHF1.048 milhões (R$4.162 milhões) em caixa pagos em setembro de 2015, e (ii) ações no valor de CHF200 milhões (R$773 milhões). A transação gerou um deságio de CHF27 milhões (R$109 milhões).

Adicionalmente, a Generali NV usou parte dos recursos de caixa CHF50 milhões (R$203 milhões) para financiar a aquisição de uma determinada participação da BTGP, necessária para formar as *units* do Grupo BTG Pactual. A emissão de ações foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 3 de novembro de 2015.

ANALISE DE MERCADO E AMBIENTE ECONÔMICO

Após um período de agravamento das condições financeiras, especialmente durante os meses de agosto e setembro, houve um alívio nos mercados globais por conta da flexibilização fornecida pela indicação da China e do BCE (Banco Central Europeu) de que há a possibilidade de reduzir a taxa de juros e estender a flexibilização quantitativa (QE - quantitative easing) por pelo menos seis meses no final do ano. O fato do Fed ter atrasado o primeiro aumento da taxa de juros de setembro para dezembro também ajudou a aliviar as condições financeiras.

O S&P500, por exemplo, aumentou 7,5% no 4º trimestre, após uma queda de 7% no trimestre anterior. Em 2015, o S&P500 recuou 0,8%. O índice DAX subiu 11,2% no último trimestre do ano passado, após uma queda de 11,7% no 3º trimestre (e +9,6% em 2015). Durante o trimestre, o índice DAX acumulou um ganho de 18%. No entanto, o BCE decepcionou em sua reunião de política monetária de dezembro, aumentando o valor relativo do euro e diminuindo o preço das ações. O mercado estava esperando que o BCE diminuísse a taxa de depósito em mais de 10bp e aumentasse a compra mensal de ativos, no entanto, o BCE reduziu a taxa de depósito de -0,2% para -0,3% e manteve constante o montante mensal da compra de ativos, estendendo apenas o tempo de duração do programa por seis meses. O Nikkei subiu 9,5% no 4º trimestre.

No final do trimestre, no entanto, as condições financeiras se deterioraram novamente com a queda brusca dos preços do petróleo. Apesar dos altos níveis dos estoques, os membros da OPEC concluíram a reunião agendada para o início de dezembro sem tomar nenhuma decisão para restringir a produção de petróleo. O Brent teve uma queda de 16,4% em dezembro e de 23% no trimestre. Em 2015, o Brent teve uma queda de 35%, encerrando o ano em US$ 37,3. O minério de ferro também anunciou uma queda brusca no 4º trimestre e em 2015 (-23% e -39%, respectivamente). O índice CRB (um índice que contêm 23 commodities) teve uma queda de 7% no 4º trimestre e de 14% em 2015.

Os preços das ações em Mercados Emergentes não atingiram o desempenho esperado, em parte devido à queda nos preços das commodities. Os preços das ações na Colômbia tiveram uma queda de 5,3%, no Chile se mantiveram estáveis, no México tiveram um aumento de apenas 0,9% e no Brasil o Ibovespa teve uma queda de 3,8%. Em 2015, o Ibovespa teve uma queda de 13,3%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Junto com a queda nos preços das commodities e com a flexibilização por parte do BCE, o dólar valorizou com relação às principais moedas. O índice DXY teve um aumento de 2,4% no 4º trimestre (e de 9,3% em 2015). Os destaques foram o Peso argentino, que teve uma desvalorização de 27% com relação ao dólar devido às medidas tomadas pelo novo presidente Mauricio Macri para remover os controles cambiais, o Rublo russo (-11,1%), o Rand sul africano (-10,4%) e o Dólar canadense (-3,8%). O euro teve uma desvalorização de 2,8%, o peso mexicano de 1,8% e Real brasileiro de 0,4% (ou 33% em 2015). O Iene japonês teve uma desvalorização de 0,4% no 4º trimestre.

No mercado de taxa de juros, o rendimento dos títulos do tesouro americano com vencimento em 10 anos tiveram um aumento em sua taxa de juros de 23 pb para 2,27% (ou 10 pb em 2015), devido à melhora no mercado de trabalho dos EUA e, consequentemente, por conta da decisão do Fed de aumentar a taxa de juros na reunião de política monetária de dezembro. Embora o Fed tenha se mostrado um pouco preocupado com a inflação muito baixa, o comitê de política monetária (FOMC) reconheceu a melhora na atividade econômica e manteve a previsão de mais quatro altas nas taxas de juros em 2016. Na Alemanha, a taxa de juros para 10 anos teve um aumento de 4bp, na Colômbia de 7bp e no México permaneceu estável. No Brasil, o contrato de DI com vencimento em janeiro de 2021 teve um aumento de 102bp por conta da indicação do Banco Central de que é provável que o ciclo de aperto monetário seja retomado, mas também devido à incerteza política e econômica.

Em relação à economia brasileira, o panorama econômico continuou a se deteriorar. A previsão do mercado para o crescimento do PIB em 2015 e 2016 diminuiu. O consenso do mercado para 2015 teve uma queda, passando de -2,85% para -3,71%, e para 2016 teve uma queda de -1% para -2,95%. O índice de confiança empresarial mostrou alguns sinais preliminares de estabilização, mas os níveis mantiveram-se baixos.

Com relação à inflação, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) encerrou 2015 em 10,67%, refletindo o aumento de 18,1% nos preços administrados e o aumento de 8,5% nos preços livres. Embora a inflação tenha surpreendido um pouco de forma negativa em dezembro, é provável que se mantenha em torno de 1% nos próximos dois meses, devido aos aumentos das tarifas de ônibus nas principais cidades e devido aos preços dos alimentos, que continuaram a pressionar a inflação, em parte, devido ao El Niño. As expectativas da inflação para 2016 tiveram um aumento de 5,94% no final de setembro para 6,87%, em parte refletindo o fato de que os analistas começaram a levar em conta alguns aumentos de impostos, tais como a CIDE (imposto sobre os combustíveis), que pode ser necessário caso o Congresso não aprove a CPMF (imposto sobre as transações). O aumento da mediana das projeções para 2016, juntamente com a contínua deterioração fiscal, impactaram a projeção de inflação para o ano de 2017, que passou de 4,83% para 5,2%.

Apesar da fraca atividade econômica, o Banco Central sinalizou em dezembro que é provável que o ciclo de aperto monetário seja retomado na reunião de política monetária a ser realizada em janeiro de 2016. O relatório de inflação divulgado no final do ano passado mostrou que a previsão do Banco Central para a inflação de 2017 aumentou para 4,8% no cenário de referência (no qual a taxa de juros e a taxa de câmbio são mantidas constantes), o que está

acima do centro da meta (4,5%). Tendo em vista que o Banco Central está focado em trazer a inflação de volta à meta em 2017, o mesmo indicou que um aumento na taxa de juros será necessário.

Com relação às contas fiscais, o governo provavelmente registrou um déficit primário de 2% do PIB em 2015, uma vez que decidiu pagar as despesas em atraso (o que acrescentou R$ 57 bilhões ao déficit primário). A despesa fiscal teve uma queda de cerca de 3% em termos reais de janeiro a novembro de 2015. No entanto, as receitas fiscais tiveram uma queda de cerca de 7%. Dada a correlação entre a atividade econômica e as receitas fiscais, continuará sendo desafiador atingir a meta de superávit primário para 2016 (+0,5% do PIB).

No lado positivo, as contas externas melhoraram significativamente. A balança comercial acumulou US$ 19,6 bilhões de superávit em 2015, o maior valor desde 2011. A depreciação do real, juntamente com o declínio na atividade econômica, explica este resultado. O superávit comercial deverá aumentar para US$ 35 bilhões em 2016. O déficit em conta corrente está projetado para terminar 2015 em torno de 3% do PIB (de -4,5% do PIB em 2014) e para cair para cerca de 2% do PIB em 2016 (os riscos indicam a possibilidade do déficit em conta corrente chegar a 0%).

DESEMPENHO DO BANCO BTG PACTUAL

Demonstrações financeiras individuais

O lucro líquido do Banco aumentou 67,0%, passando de R$ 3.368,20 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 para R$5.623,5 milhões no mesmo período de 2015. O saldo dos ativos totais do Banco aumentou 7,3%, passando dos R$152.774,8 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R$163.943,4 milhões em 31 de dezembro de 2015.

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Em 25 de fevereiro de 2015, o Banco aprovou a distribuição de dividendos, referente a resultados de períodos anteriores, equivalentes a R$0,04 por ação, no valor de R$106.130. O pagamento de tais dividendos, ocorreu em 10 de março de 2015.

Em 30 de junho de 2015 o Banco provisionou R$422.000 (30 de junho de 2014 – R$301.800), referente a juros sobre capital próprio, equivalentes a R$0,16 por ação (30 de junho de 2014 - R$0,11 por ação), que gerou R$168.800 (30 de junho de 2014 – R$120.720) de benefício fiscal. Tais montantes foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração em 30 de junho de 2015 (30 de junho de 2014 – 05 de agosto de 2014), e pagos em 5 de agosto de 2015.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 05 de agosto de 2015, o Banco aprovou a distribuição de dividendos no valor de R$47.324, equivalentes a R$0,02 por ação. Em 30 de junho de 2014 o Banco provisionou R$146.639), referente a dividendos sobre lucro do exercício, equivalentes a R$0,05 por ação. Tais montantes foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração em 05 de agosto de 2014.

Em 31 de dezembro de 2015 o Banco provisionou R$492.754 (31 de dezembro de 2014 – R$298.200), referente a juros sobre capital próprio, equivalentes a R$0,18 por ação (31 de dezembro de 2014 – R$0,11 por ação), que gerou R$197.102 (31 de dezembro de 2014 – R$119.280) de benefício fiscal. Tais montantes foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2015 (31 de dezembro de 2014 – 30 de dezembro de 2014)

RESPONSABILIDADE CULTURAL E SOCIAL

Em 2015, o Banco apoiou projetos que possuem como alicerce a transformação do Brasil em uma Nação desenvolvida em sua plenitude. Historicamente incentiva ações catalisadoras do desenvolvimento humano, promovendo a Cultura, a Educação e a Responsabilidade Social.

Cultura

Incentivando e divulgando a arte brasileira, o BTG Pactual tem por objetivo compartilhar com seus clientes e parceiros a alta qualidade da produção artística brasileira. O Banco possui um vasto histórico de apoio à produção editorial de artistas de expressão internacional: Beatriz Milhazes, Carlos Vergara, Goeldi, Ivan Serpa, Volpi, Adriana Varejão, Hélio Oiticica, Flávio de Carvalho e Manabu Mabe, Tomie Ohtake e Sergio Camargo. O Banco apoia também a Orquestra Sinfônica Brasileira (OSB), a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (OSESP) e o Theatro Municipal de São Paulo.

Educação

A educação é a base para a transformação social, especialmente em um ambiente global no qual a competitividade é cada vez mais relacionada à capacidade de gerar conhecimento e inovação. Na Educação, o Banco investe em projetos que incentivem o desenvolvimento de talentos, a busca pela excelência, a meritocracia e o empreendedorismo, contribuindo para a capacitação de jovens e futuros líderes do País através de parcerias com a Endeavor, USP, Fundação Estudar, Insper e um dos mantenedores do Endowment da Poli.

Cidadania

O BTG Pactual apoia inúmeros projetos sociais e culturais no Brasil que possuem como objetivo ampliar o acesso à Educação infanto-juvenil e a uma melhor qualidade de vida. O Banco apoia e incentivam seus funcionários a também apoiar, individualmente, instituições reconhecidas por seus trabalhos junto à sociedade brasileira. As instituições apoiadas pelo BTG Pactual foram: AACD, GRAACC, Fraternidade Irmã Clara, TUCCA, Lar das Crianças, Instituto Esporte e Educação, Verdescola, Alfasol e Instituto Reciclar.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

AUDITORES INDEPENDENTES

A política do Banco na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

O Banco contratou a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (EY) para a auditoria das suas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. No período de janeiro a dezembro de 2015 foram contratados os seguintes serviços não relacionados à auditoria externa, com prazo de duração dentro do próprio exercício: (i) assessoria para preparação de informes a autoridades internacionais; (ii) assessoria para aquisição de novos negócios; e (iii) revisão de procedimentos para atendimento a requerimentos de preço de transferência. Os serviços descritos somaram R$2.264 milhões no exercício, equivalente a 8% dos honorários de auditoria contratados.

Justificativa dos auditores independentes – Ernest & Young

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados ao Banco BTG Pactual S.A., controladora e suas controladas/coligadas. A política de atuação da EY para com o Banco na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, todos observados na prestação dos referidos serviços, além de obtenção de pré-aprovação do Comitê de Auditoria do Banco.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 12 de Janeiro de 2016, o Banco anunciou que está engajado em discussões referentes à potencial alienação de sua participação acionária na Pan Seguros S.A. e na Pan Corretora S.A. Até a data da divulgação desta demonstração, o Banco não pode confirmar se (i) os potenciais interessados chegarão a um acordo em relação aos termos e condições relacionadas à transação, e (ii) se os potenciais interessados celebrarem um instrumento vinculante em relação à transação, se eventuais condições precedentes a serem acordadas pelos potenciais interessados serão efetivamente verificadas, viabilizando assim a conclusão da transação.

Em 14 de janeiro de 2016, o Banco comunicou que recebeu manifestações indicativas e não vinculantes de terceiros para aquisição do BSI S.A., e o Conselho de Administração autorizou tal negociação. Até a data da divulgação desta demonstração, o Banco não pode confirmar se os potenciais interessados chegarão a um acordo em relação aos termos e condições relacionadas à transação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 28 de janeiro de 2016 o Banco anunciou uma redução em sua estrutura de custos, objetivando uma diminuição de 25% dos custos totais. Dentro deste programa, comunicou nesta mesma data o desligamento de 305 funcionários, de um total de 1.653 no Brasil.

Em continuidade ao programa de recompra e cancelamento de ações, em 15 de fevereiro de 2016, foram canceladas 19.925.230 ações ordinárias e 39.850.460 ações preferenciais emitidas pelo Banco. Ainda o Conselho de Administração aprovou a aquisição de até 19.068.708 units, observado o limite de 10% de ações em circulação, para a manutenção de ações em tesouraria.

Em 17 de fevereiro de 2016, a transação de venda da Recovery, foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Em 19 de fevereiro de 2016, o Banco anunciou que está em negociações exclusivas com o EFG International, em relação a potencial aquisição do BSI S.A.. Até a data da divulgação desta demonstração, o Banco não pode confirmar se as partes chegarão a um acordo em relação aos termos e condições relacionados a transação.

Em 18 de fevereiro de 2016 o indicador de Liquidez de Curto Prazo é equivalente a 150% para o Banco.

AGRADECIMENTOS

Firme no seu propósito de manter um crescimento contínuo e equilibrado, o Banco agradece seus clientes, colaboradores e parceiros de mercado pela confiança, dedicação e apoio continuados.

Demonstrações Financeiras

Banco BTG Pactual S.A.

31 de dezembro de 2015
com relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 1
Balanços patrimoniais 4
Demonstrações dos resultados 6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 7
Demonstrações dos fluxos de caixa 8
Demonstrações dos valores adicionados 9
Notas explicativas às demonstrações financeiras 10

Building a better working world

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
5º ao 8º Andares - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (5521) 3263-7000
ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais

Aos Administradores e Acionistas do
Banco BTG Pactual S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco BTG Pactual S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras individuais

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras individuais. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BTG Pactual S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfases

i) Em 31 de dezembro de 2015, a controlada em conjunto Banco Pan S.A., possuía créditos tributários reconhecidos em seu ativo, no valor de R$ 3,1 bilhões, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários de longo prazo. Essa projeção de realização do crédito tributário foi revisada e aprovada pela administração do Banco Pan S.A. com base em estudo do cenário atual e futuro e aprovada pelo seu de Conselho de Administração em 1º de fevereiro de 2016, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção e custo de captação. A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco Pan S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

ii) Chamamos a atenção para a nota explicativa nº. 1 às demonstrações financeiras individuais, que indica que o Banco foi atingido por uma série de notícias envolvendo seu principal acionista e então administrador. A referida nota inclui também informações relevantes que afetam as operações do Banco, o processo de investigação, e as medidas de conservação de liquidez relacionadas à distribuição de dividendos, dentre outras informações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Building a better working world

Outros assuntos

Demonstração individual do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração individual do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar às praticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras consolidadas

O Banco elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo qualquer modificação, e as mesmas ênfases acima descritas, com data de 19 de fevereiro de 2016.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/F-6

Rodrigo De Paula
Contador CRC – 1SP 224.036/O-8

Grégory Gobetti
Contador CRC – 1PR 039.144/O-8

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Nota	2015	2014
Ativo			
Circulante		102.219.796	113.696.343
Disponibilidades	6	1.797.797	590.257
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7	28.543.123	38.523.326
Aplicações no mercado aberto		24.700.061	33.913.671
Aplicações em depósitos interfinanceiros		3.843.062	4.609.655
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		41.565.350	45.562.656
Carteira própria	8	19.367.547	18.385.437
Vinculados a compromissos de recompra	8	1.839.558	1.961.591
Títulos objeto de operações compromissadas de livre movimentação	8	591.054	529.059
Instrumentos financeiros derivativos	9	18.786.665	23.351.175
Vinculados à prestação de garantias	8	980.526	1.335.394
Relações interfinanceiras		1.545.249	1.144.756
Depósitos no Banco Central		1.545.249	1.144.674
Correspondentes		-	82
Operações de crédito	10	4.831.928	7.297.529
Operações de crédito		5.602.431	7.719.084
Operações de crédito cedidas		85.436	176.698
Provisão para operações de liquidação duvidosa		(855.939)	(598.253)
Outros créditos		23.909.418	20.471.447
Carteira de câmbio	11	11.747.172	9.273.814
Rendas a receber	12	80.969	1.653.945
Negociação e intermediação de valores	11	5.630.097	6.852.466
Diversos	12	6.668.584	2.733.086
Provisão para perdas em outros créditos		(217.404)	(41.864)
Outros valores e bens		26.931	106.372
Investimentos temporários		-	52.149
Outros valores e bens		3.220	21.504
Despesas antecipadas		23.711	32.719
Realizável a longo prazo		35.507.733	25.319.769
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7	37.752	89.979
Aplicações no mercado aberto		37.752	76.782
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	13.197
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		19.212.728	12.575.425
Carteira própria	8	1.170.826	5.101.124
Vinculados a compromissos de recompra	8	1.215.735	4.309.692
Instrumentos financeiros derivativos	9	14.669.915	3.091.775
Vinculados à prestação de garantias	8	2.156.252	72.834
Relações interfinanceiras		303.639	1.853
Créditos vinculados – Sistema Financeiro da Habitação		303.639	1.853
Operações de crédito	10	9.951.398	8.618.700
Operações de crédito		10.230.472	8.821.747
Provisão para operações de liquidação duvidosa		(279.074)	(203.047)
Outros créditos		5.884.378	4.021.651
Negociação e intermediação de valores	11	-	1.381.419
Diversos	12	5.890.871	2.656.259
Provisão para perdas em outros créditos		(6.493)	(16.027)
Outros valores e bens		117.838	12.161
Investimentos temporários		52.149	-
Outros valores e bens		19.371	-
Despesas antecipadas		57.502	23.345
Provisão para desvalorização		(11.184)	(11.184)
Permanente		26.215.890	13.758.699
Investimentos		26.055.354	13.586.258
Participação em controladas, coligadas e empresas com controle compartilhado - no país	13	25.466.173	11.659.812
Participação em controladas, coligadas e empresas com controle compartilhado - no exterior	13	582.181	1.919.150
Outros investimentos		9.867	10.163
Provisão para perdas		(2.867)	(2.867)
Imobilizado de uso		55.994	67.154
Outras imobilizações de uso		139.897	136.384
Depreciações acumuladas		(83.903)	(69.230)
Diferido		3.994	4.679
Gastos com amortização e expansão		28.703	28.703
Amortizações acumuladas		(24.709)	(24.024)
Intangível	14	100.548	100.608
Outros ativos intangíveis		172.022	146.799
Amortizações acumuladas		(71.474)	(46.191)
Total do ativo		163.943.419	152.774.811

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Nota	2015	2014
Passivo			
Circulante		87.576.574	102.207.023
Depósitos	15	19.860.893	22.256.869
Depósitos à vista		130.554	170.686
Depósitos interfinanceiros - ligadas		2.996.401	1.923.373
Depósitos interfinanceiros		1.386.036	665.026
Depósitos a prazo		15.347.902	19.497.784
Captações no mercado aberto	15	22.233.520	32.975.524
Carteira própria		2.940.158	6.017.903
Carteira de terceiros		15.242.238	17.345.931
Carteira de livre movimentação		4.051.124	9.611.690
Recursos de aceites e emissão de títulos	15	9.545.203	8.011.326
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		7.139.045	5.111.559
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		2.388.076	2.867.941
Captação por certificados de operações estruturadas		18.082	31.826
Relações interfinanceiras		7.168	3.063
Recebimentos e pagamentos a liquidar		7.168	3.063
Obrigações por empréstimos e repasses	15	1.353.632	3.070.492
Empréstimos no país		141.460	-
Empréstimos no exterior		1.202.662	3.060.972
Obrigações por repasses no país - instituições oficiais		9.510	9.520
Instrumentos financeiros derivativos	9	17.560.372	23.476.842
Instrumentos financeiros derivativos		17.560.372	23.476.842
Outras obrigações		17.015.786	12.412.907
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.476	2.393
Carteira de câmbio	11	11.611.589	8.518.361
Sociais e estatutárias	16	892.901	507.200
Fiscais e previdenciárias	16	462.183	41.972
Negociação e intermediação de valores	11	2.977.003	2.789.791
Dívidas subordinadas	15	657.178	-
Diversas	16	413.456	553.190
Exigível a longo prazo		56.612.528	35.751.884
Depósitos	15	4.792.125	1.628.777
Depósitos interfinanceiros		89.331	104.793
Depósitos a prazo		4.702.794	1.523.984
Captações no mercado aberto	15	3.195.486	4.451.108
Carteira própria		365.049	418.269
Carteira de terceiros		-	568.180
Carteira livre movimentação		2.830.437	3.464.659
Recursos de aceites e emissão de títulos	15	9.867.904	12.154.656
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		6.396.484	8.215.409
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		3.471.420	3.939.247
Obrigações por empréstimos e repasses	15	2.358.294	1.648.303
Empréstimos no país		7.355	-
Empréstimos no exterior		1.622	-
Obrigações por repasses no país - instituições oficiais		2.349.317	1.648.303
Instrumentos financeiros derivativos	9	21.860.792	3.126.899
Instrumentos financeiros derivativos		21.860.792	3.126.899
Outras obrigações		14.537.927	12.742.141
Fiscais e previdenciárias	16	872.071	831.624
Dívidas subordinadas	15	7.278.787	7.418.556
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	15	5.160.397	3.497.836
Diversas	16	1.226.672	994.125
Resultados de exercícios futuros		95.518	137.042
Patrimônio líquido	19	19.658.799	14.678.862
Capital social - de domiciliados no país		4.687.289	4.687.289
Capital social - de domiciliados no exterior		2.493.237	1.719.574
Ajuste de avaliação patrimonial		143.614	40.442
Reservas de lucros		12.467.053	8.231.557
Ações em tesouraria		(132.394)	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		163.943.419	152.774.811

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2015		2014
		2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		7.488.010	13.259.775	10.303.647
Operações de crédito		1.298.925	2.438.607	1.776.397
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		6.113.706	10.694.827	7.558.644
Resultado de operações de câmbio		-	-	943.392
Resultado de aplicações compulsórias		75.379	126.341	25.214
Despesas da intermediação financeira		(13.731.558)	(22.577.326)	(11.139.956)
Operações de captação no mercado		(5.018.743)	(10.313.092)	(8.055.674)
Operações de empréstimos e repasses		(3.430.569)	(5.510.708)	(1.901.770)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(5.274.871)	(6.100.882)	(635.355)
Resultado de operações de câmbio		317.757	(125.083)	-
Provisão para operações de crédito e outros créditos	10	(325.132)	(527.561)	(547.157)
Resultado bruto da intermediação financeira		(6.243.548)	(9.317.551)	(836.309)
Outras receitas (despesas) operacionais		4.575.705	7.986.728	3.609.467
Receitas de prestação de serviços	20	547.387	1.003.560	992.888
Despesas de pessoal		(144.529)	(286.496)	(205.221)
Outras despesas administrativas	23	(311.902)	(511.311)	(466.711)
Despesas tributárias	24	198.628	148.847	(126.537)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	13	3.997.704	7.319.016	3.322.172
Outras receitas operacionais	21	1.042.774	1.284.177	205.723
Outras despesas operacionais	22	(754.357)	(971.065)	(112.847)
Resultado operacional		(1.667.843)	(1.330.823)	2.773.158
Resultado não operacional	2	3.101.043	4.137.411	22.343
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		1.433.200	2.806.588	2.795.501
Imposto de renda e contribuição social	18	2.167.210	3.360.198	688.411
Provisão para imposto de renda		(217.327)	(222.787)	(9.754)
Provisão para contribuição social		(174.979)	(178.255)	(4.343)
Ativo fiscal diferido		2.559.516	3.761.240	702.508
Participações estatutárias no lucro		(208.390)	(543.288)	(115.759)
Lucro líquido do semestre / exercício		3.392.020	5.623.498	3.368.153
Juros sobre capital próprio		(492.754)	(914.754)	(600.000)
Média ponderada de ações		2.782.171.032	2.748.536.622	2.714.902.212
Lucro líquido por ação R$		1,22	2,05	1,24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto dividendos e juros sobre capital próprio por ação)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
			Legal	A realizar	Estatutária	Total				
Saldos em 31 de dezembro de 2013		6.406.863	458.187	1.078.592	4.073.264	5.610.043	57.543	-	-	12.074.449
Variação de ajuste de avaliação patrimonial - controladas em conjunto	13	-	-	-	-	-	(4.247)	-	-	(4.247)
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-	-	(12.854)	-	-	(12.854)
Juros sobre capital próprio intermediários (R$ 0,11 por ação)	19	-	-	-	-	-	-	-	(301.800)	(301.800)
Dividendos intermediários (R$0,05 por ação)	19	-	-	-	-	-	-	-	(146.639)	(146.639)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	3.368.153	3.368.153
Destinações do lucro líquido										-
Reservas de lucros		-	168.408	1.388.515	1.064.591	2.621.514	-	-	(2.621.514)	-
Juros sobre capital próprio (R$ 0,11 por ação)	19	-	-	-	-	-	-	-	(298.200)	(298.200)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		6.406.863	626.595	2.467.107	5.137.855	8.231.557	40.442	-	-	14.678.862
Saldos em 31 de dezembro de 2014		6.406.863	626.595	2.467.107	5.137.855	8.231.557	40.442	-	-	14.678.862
Aumento de capital	19	773.663	-	-	-	-	-	-	-	773.663
Aquisição de ações em tesouraria	1	-	-	-	-	-	-	(452.188)	-	(452.188)
Alienação de ações em tesouraria	1	-	-	-	(319.794)	(319.794)	-	319.794	-	-
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-	-	107.343	-	-	107.343
Variação de ajuste de avaliação patrimonial - controladas em conjunto	13	-	-	-	-	-	(4.171)	-	-	(4.171)
Juros sobre capital próprio intermediários (R$0,16 por ação)	19	-	-	-	-	-	-	-	(422.000)	(422.000)
Dividendos pagos sobre resultado de exercícios anteriores (R$0,04 por ação)	19	-	-	-	(106.130)	(106.130)	-	-	-	(106.130)
Dividendos intermediários (R$0,02 por ação)	19	-	-	-	(47.324)	(47.324)	-	-	-	(47.324)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	5.623.498	5.623.498
Destinações do lucro líquido										
Reserva de lucros		-	281.175	2.922.002	1.505.567	4.708.744	-		(4.708.744)	-
Juros sobre capital próprio (R$0,18 por ação)	19	-	-	-	-	-	-	-	(492.754)	(492.754)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		7.180.526	907.770	5.389.109	6.170.174	12.467.053	143.614	(132.394)	-	19.658.799
Saldos em 30 de junho de 2015		6.406.863	738.169	2.467.107	5.031.725	8.237.001	(62.720)	-	1.697.904	16.279.048
Aumento de capital		773.663	-	-	-	-	-	-	-	773.663
Aquisição de ações em tesouraria	1	-	-	-	-	-	-	(452.188)	-	(452.188)
Alienação de ações em tesouraria	1	-	-	-	(319.794)	(319.794)	-	319.794	-	
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-	-	209.026	-	-	209.026
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de controlada em conjunto	13	-	-	-	-	-	(2.692)	-	-	(2.692)
Dividendos intermediários (R$0,02 por ação)	19	-	-	-	(47.324)	(47.324)	-	-	-	(47.324)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	-	3.392.020	3.392.020
Destinações do lucro líquido										
Reservas de lucros		-	169.601	2.922.002	1.505.567	4.597.170	-	-	(4.597.170)	-
Juros sobre capital próprio (R$0,18 por ação)	19	-	-	-	-	-	-	-	(492.754)	(492.754)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		7.180.526	907.770	5.389.109	6.170.174	12.467.053	143.614	(132.394)	-	19.658.799

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Nota	2015		2014
		2º semestre	Exercício	Exercício
Atividades operacionais				
Lucro líquido do semestre / exercício		3.392.020	5.623.498	3.368.153
Ajustes ao lucro líquido		(5.018.394)	(8.166.263)	(2.351.736)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	13	(4.092.513)	(7.413.825)	(3.336.038)
Despesas de juros com dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital		1.520.129	2.876.070	1.636.901
Variação cambial do permanente		(1.076)	(1.076)	-
Amortização do ágio		94.809	94.809	13.866
Ativo fiscal diferido	18	(2.559.516)	(3.761.240)	(702.508)
Depreciações e amortizações	23	19.773	38.999	36.043
(Prejuízo) / lucro líquido ajustado do semestre / exercício		(1.626.374)	(2.542.765)	1.016.417
Atividades operacionais				
Aplicações interfinanceiras de liquidez		7.189.717	3.383.415	(369.322)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		13.365.657	9.820.789	158.063
Operações de créditos		540.041	618.132	(1.786.507)
Outros créditos e outros valores e bens		(10.200.040)	(1.546.649)	564.197
Relações interfinanceiras		(578.042)	(698.174)	550
Outras obrigações		10.412.810	4.024.134	(2.656.808)
Resultados de exercícios futuros		(49.748)	(41.524)	159
Depósitos		873.114	767.372	2.776.119
Captações no mercado aberto		(24.294.823)	(11.997.626)	5.948.079
Obrigações por empréstimos e repasses		(809.515)	(1.006.869)	18.136
Caixa (utilizado) / proveniente nas atividades operacionais		(5.177.203)	780.235	5.669.083
Atividades de investimento				
Aquisição de investimentos e aumento de capital	13	(1.049.899)	(9.191.346)	(3.567.424)
Alienação de investimentos	13	4.157.462	4.838.667	2.047.338
Alienação de outros investimentos		(225)	296	48
Aquisição de imobilizado e diferido		937	(3.599)	(7.677)
Aquisição de intangível	14	(11.458)	(22.414)	(29.056)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	13	919.885	931.502	360.756
Caixa proveniente / (utilizado) nas atividades de investimento		4.016.702	(3.446.894)	(1.196.015)
Atividades de financiamento				
Aquisição / alienação de ações em tesouraria		(452.188)	(452.188)	-
Recursos de aceites e emissão de títulos		(2.954.889)	(752.875)	4.692.153
Dívida subordinada e instrumentos de dívida elegíveis a capital		(711.566)	(696.099)	2.530.775
Juros sobre capital próprio	19	(422.000)	(720.200)	(548.700)
Dividendos distribuídos	19	(47.324)	(153.454)	(278.829)
Caixa (utilizado) / proveniente das atividades de financiamento		(4.587.967)	(2.774.816)	6.395.399
(Redução) / aumento de caixa e equivalentes de caixa	25	(5.748.468)	(5.441.475)	10.868.467
Saldo de caixa e equivalentes de caixa				
No início do semestre / exercício		21.370.710	21.063.717	10.195.250
No fim do semestre / exercício		15.622.242	15.622.242	21.063.717
(Redução) / aumento de caixa e equivalentes de caixa		(5.748.468)	(5.441.475)	10.868.467
Transações não monetárias		2.888.251	3.109.895	(370.700)
Juros sobre capital prórpio deliberados		70.754	492.754	-
Transferência de ações BTGP E&P		-	-	(2.278.746)
Renegociação de crédito		1.202.770	1.202.770	-
Incorporação de controlada	13	773.663	773.663	-
Dividendos / juros sobre capital próprio a receber	13	(369.338)	26.274	1.908.046
Conversão de debêntures em ações	13	-	(985.979)	-
Alienação de investimentos	13	402	390.413	-
Transferência de ativos, mantidos para venda		1.210.000	1.210.000	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Demonstrações dos valores adicionados

Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Nota	2015		2014
		2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas		11.099.725	18.186.297	10.864.597
Intermediação financeira		7.488.010	13.259.775	10.303.647
Prestação de serviços	20	547.387	1.003.560	992.888
Provisão para operações de crédito e outros créditos	10	(325.132)	(527.561)	(547.157)
Outras		3.389.460	4.450.523	115.219
Despesas		(13.406.426)	(22.049.765)	(10.592.799)
Intermediação financeira		(13.406.426)	(22.049.765)	(10.592.799)
Insumos adquiridos de terceiros		(270.338)	(429.712)	(387.712)
Materiais, energia e outros		(3.442)	(6.359)	(4.927)
Serviços de terceiros		(266.896)	(423.353)	(382.785)
Valor adicionado bruto		(2.577.039)	(4.293.180)	(115.914)
Depreciação e amortização		(19.773)	(38.999)	(36.043)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		(2.596.812)	(4.332.179)	(151.957)
Valor adicionado recebido em transferência		3.997.704	7.319.016	3.322.172
Resultado de participações em controladas, coligadas e controle compartilhado	13	3.997.704	7.319.016	3.322.172
Valor adicionado a distribuir		1.400.892	2.986.837	3.170.215
Distribuição do valor adicionado		1.400.892	2.986.837	3.170.215
Pessoal		352.919	829.784	320.980
Proventos		286.267	744.723	245.149
Benefícios		60.252	73.079	24.713
FGTS		6.400	11.982	51.118
Impostos, taxas e contribuições		(2.365.838)	(3.509.045)	(561.874)
Federais		(2.383.991)	(3.545.301)	(595.295)
Municipais		18.153	36.256	33.421
Remuneração de capitais de terceiros		21.791	42.600	42.956
Aluguéis		21.791	42.600	42.956
Remuneração de capitais próprios		3.392.020	5.623.498	3.368.153
Juros sobre o capital próprio		492.754	914.754	600.000
Dividendos declarados		47.324	47.324	146.639
Lucros retidos		2.851.942	4.661.420	2.621.514

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O Banco BTG Pactual S.A. (‘’Banco’’ ou “BTG Pactual”) está constituído sob a forma de banco múltiplo, atuando em conjunto com suas controladas (”Grupo”), oferecendo produtos e serviços financeiros relativos às carteiras comerciais, inclusive câmbio, de investimentos, crédito, financiamento e investimento, arrendamento mercantil, seguros e crédito imobiliário.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a intermediação de outras sociedades integrantes do Grupo BTG Pactual.

O Banco e a BTG Pactual Participations Ltd possuem *units* listadas na NYSE Euronext em Amsterdã e na BM&F BOVESPA em São Paulo. Cada *unit* emitida corresponde a 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais classe A do Banco, e 1 ação Classe A e 2 ações Classe B da BTG Pactual Participations Ltd. Todas *units* listadas e negociadas em Amsterdã são integralmente conversíveis em *units* no Brasil.

Desde 25 de novembro de 2015, o Grupo foi atingido por uma série de notícias relacionadas ao Sr. André Santos Esteves, e desde então tem tomado medidas, descritas a seguir, para garantir o funcionamento em curso normal das Companhias. Embora o Grupo não faça parte de qualquer investigação ou acusação, as notícias impactaram o preço das *units* e de títulos emitidos, o que levou a Administração do Grupo a adotar uma postura conservadora para reduzir o uso do balanço patrimonial, conservar a liquidez e preservar o capital.

Controle societário

Em 29 de novembro de 2015, o Sr. André Santos Esteves renunciou a todos os seus cargos executivos no BTG Pactual; o Conselho de Administração nomeou: (i) o Sr. Persio Arida como Presidente do Conselho de Administração, (ii) o Sr. John Huw Jenkins Gwili como Vice-Presidente do Conselho de Administração e (iii) o Sr. Marcelo Kalim e o Sr. Roberto Balls Sallouti como co-CEOs. Além disso, em 02 de dezembro de 2015, uma permuta de ações foi realizada entre o Sr. André Santos Esteves e os sete principais acionistas da Companhia (*Top Seven Partners*), um grupo composto pelos Srs. Marcelo Kalim, Roberto Balls Sallouti, Persio Arida, Antonio Carlos Canto Porto Filho, James Marcos de Oliveira, Renato Monteiro dos Santos e Guilherme da Costa Paes, acionistas e membros da alta administração do BTG Pactual, resultando na alteração do controle acionário atual do Banco, que será exercido pelos *Top Seven Partners*, através de uma sociedade holding criada por eles. O Banco Central do Brasil aprovou a nova estrutura em 3 de dezembro de 2015.

Comitê Especial

Em 4 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração formou o Comitê Especial, constituído principalmente por membros independentes/não-executivos do Conselho de Administração, para supervisionar e conduzir uma investigação interna relacionada a prisão do Sr. André Santos Esteves. O Comitê Especial contratou as firmas de advocacia independentes Quinn Emanuel Urquhart & Sullivan, LLP e Veirano Advogados (em conjunto, “Conselheiros Legais”) para conduzir a investigação. O Conselho de Administração não impôs limites à autoridade do Comitê Especial e dos Conselheiros Legais para requerer total cooperação do Grupo, sua Administração e seus empregados, além de acesso total às informações requeridas no contexto da investigação.

Na data de emissão das demonstrações financeiras, a investigação encontra-se em andamento, no entanto os Conselheiros Legais estão conduzindo uma revisão extensa da documentação relacionada ao tema sob investigação, entrevistas com pessoas relevantes, e envolvendo terceiros para conduzir análises financeiras relacionadas a certas transações. O Comitê Especial e os Conselheiros Legais apresentaram indicativos que, com base nas atividades realizadas até a data, não foram identificadas evidências de que o Grupo, sua Administração ou qualquer de seus empregados se envolveram em atividades de corrupção ou fraude dentre outras violações de leis. A investigação encontra-se em andamento e tem sua conclusão estimada para de 2016.

Programa de Recompra de *units*

Em 25 de novembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou um programa de recompra de ações que previa a aquisição de até 10% das ações em circulação (aproximadamente 23 milhões de *units*). Em 13 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento das ações recompradas (aproximadamente 20 milhões de *units*), bem como a aprovação da continuidade do programa de recompra de ações de até aproximadamente 21 milhões de *units*.

Como consequência do programa de recompra e cancelamento de ações, durante o exercício houve recompra de aproximadamente 31.973.542 de ações ordinárias e 63.947.084 de ações preferenciais (equivalentes a R$452.188) do BTG Pactual. Em 31 de dezembro de 2015, aproximadamente 12.072.730 de ações ordinárias e 24.145.460 de ações preferenciais (equivalentes a R$132.394) encontram-se mantidas em tesouraria e 19.900.812 de ações ordinárias e 39.801.624 ações preferenciais (equivalentes a R$319.794) foram canceladas durante o exercício.

Recompra de Passivos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Grupo realizou diversas operações de recompra e liquidação antecipada de seus passivos, incluindo uma parte do saldo devedor de notas perpétuas não-cumulativas subordinadas e sênior (tier I), sem nenhum impacto sobre a base de capital.

Comunicação

De acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM"), o Banco Central do Brasil ("BACEN") e outros órgãos regulatórios, o Banco está fornecendo todas as informações necessárias e também divulgando informações de forma voluntária, a fim de fornecer informações precisas e transparentes para acionistas, credores e para o mercado em geral.

Gerenciamento de Liquidez e de Risco

A fim de garantir um nível adequado e conservador de liquidez, desde os eventos anteriormente mencionados foram adotadas algumas medidas:

a. Portfólio de Crédito

Foram cedidas ou liquidadas antecipadamente operações do portfólio de crédito, no valor total de aproximadamente R$10 bilhões até 31 de dezembro de 2015.

b. Fundo Garantidor de Crédito ("FGC")

No dia 4 de dezembro de 2015, foi assinado o Memorando de Entendimento com o FGC para estender uma linha de crédito ao montante de até R$6,0 bilhões, garantida por parte da carteira de crédito expandido do Banco BTG Pactual S.A. (principalmente Debêntures e Certificados de Crédito Bancários), e pessoalmente pelo seus acionistas controladores (Top Seven Partners); tais garantias representam 120% da linha de crédito. Em 31 de dezembro de 2015, o valor de R$5,0 bilhões havia sido sacado desta linha de crédito.

c. Depósitos a Prazo com Garantia Especial ("DPGE")

Este é um produto financeiro de captação em renda fixa, sem vencimento parcial ou antecipado, que oferece aos investidores garantias estendidas, em termos de valor, fornecidas pelo FGC em caso de intervenção, liquidação ou insolvência reconhecida pela parte competente da instituição financeira. Até 31 de dezembro de 2015, o BTG Pactual havia emitido aproximadamente R$1,7 bilhões em DPGE.

d. Vendas de Ativos e de investimentos

Foram vendidos ativos e participações em investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, informações sobre essas transações encontram-se detalhadas na notas 2 e 26.

Adicionalmente, e em conexão com o Fato Relevante datado de 04 de dezembro de 2015 relativo ao contrato firmado com o FGC, foram implementadas medidas adicionais visando a preservação da liquidez do Grupo, que compreendem (i) a limitação da distribuição de dividendos ao mínimo requerido no Estatuto Social (1% do lucro líquido ajustado), (ii) a postergação do pagamento dos juros sobre o capital próprio declarados aos acionistas em dezembro de 2015, (iii) a suspensão do pagamento de remuneração variável aos administradores e do aumento de sua remuneração fixa; e (iv) a suspensão de quaisquer concessões de operações de crédito aos integrantes do partnership.

A Administração do Banco entende que essas medidas foram suficientes para prover os recursos financeiros necessários para atender suas obrigações no curto e médio prazos, e fortalecer a sua liquidez corrente. O nivel de caixa, medido pelo estoque de ativos de alta qualidade (HQLA) era, em 31 de dezembro de 2015, superior àquele observado anteriormente ao dia 25 de novembro de 2015, e o indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR) é equivalente a 111% para o Banco.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 19 de fevereiro de 2016, e contemplam uma visão verdadeira e apropriada da evolução e resultados do Grupo. A Administração avaliou a habilidade do Banco e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que o Banco e suas controladas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

2. Reorganizações societárias e aquisições

Reorganizações societárias

Em setembro de 2015, a ENEVA S.A. concluiu seu processo de recuperação judicial. Como consequência, uma parte das operações de crédito detida pelo Banco foi convertida em participação na companhia, bem como também foi aportado pelo Banco novos ativos na companhia. Em 31 de dezembro de 2015, o Banco possui participação equivalente a 49.7% do capital total da ENEVA.

O Banco Pan S.A. ("Banco Pan"), o Banco e a Caixa Participações S.A. ("Caixapar"), celebraram em 21 de agosto de 2014 contratos de compra e venda por meio dos quais o Banco Pan S.A. alienou (i) a totalidade da participação societária por ele detida na Pan Seguros S.A. à BTG Pactual Seguradora S.A. ("BTGP Seguradora"), uma sociedade controlada do BTG Pactual, e (ii) a totalidade da participação societária por ele detida na Pan Corretora S.A. ao Banco e à Caixapar, pelo valor total combinado de R$580.000, corrigido pela variação positiva de 100% da Taxa DI até a consumação do fechamento das operações. Nesta transação foi gerado ágio de R$ 393.668. A Caixapar, no âmbito das operações, resguardou o direito de manter, após sua consumação, a condição atual de co-controlador da Pan Seguros S.A. O Banco efetivou a operação em 29 de dezembro de 2014. Após a aquisição foi realizada a incorporação da BTGP Seguradora pela Pan Seguros S.A. Em maio de 2015, a transação referente a transferência de 49% da participação na Pan Seguros S.A. para a Caixapar foi concluída.

Em 13 de junho de 2014, o Banco Pan S.A. deliberou aumento de capital social no valor de R$3,0 bilhões, sendo (i) até R$1,5 bilhões mediante a emissão de até 443.786.982 novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, na mesma proporção das ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes, sendo até 242.566.348 ações ordinárias e até 201.220.634 ações prefenciais, ao preço de emissão de R$3,38 (três reais e trinta e oito centavos) por ação ordinária ou preferencial, para subscrição privada pelos acionistas da companhia, e (ii) até R$1,5 bilhão mediante a criação e emissão de nova classe de ações preferenciais, resgatáveis, negociadas em Mercados Organizados administrados pela BM&FBOVESPA, com prazo de 5 anos, com direito a dividendos fixos, cumulativos, anuais e prioritários, equivalentes a 104% da variação do DI sobre o valor de emissão. A emissão de ações preferenciais, resgatáveis, foi cancelada em 5 de dezembro de 2014.

O Banco e Caixapar exerceram seus direitos de exercício em conexão com o aumento de capital descrito no item (i) e efetuaram contribuição total de capital de R$651 milhões e R$576 milhões respectivamente, que gerou um deságio de R$22 milhões, mantendo a condição de acionistas co-controladores de todas ações com direito a voto e 80,7% do capital social total do Banco Pan. A criação e emissão da nova classe de ações descritas no item (ii) acima foram reconsideradas pelos acionistas.

Em 15 de abril de 2014, a SUSEP concedeu autorização para a BTG Pactual PV Holding Ltda. (cuja razão social foi alterada para BTG Pactual Vida e Previdência S.A.), operar produtos de previdência.

Em 24 de janeiro de 2014, o Banco BTG Pactual recebeu licença bancária do Ministério de Finanças de Luxemburgo, formalizando uma nova agência no exterior do Banco, bem como uma subsidiária local. Infraestrutura e processos operacionais foram implantados iniciando as atividades destas companhias em 2014.

Em 22 de abril de 2013 o Banco Central do Brasil concedeu autorização para a constituição do Banco BTG Pactual Chile, em Santiago (Chile), com capital inicial de US$50 milhões. Essa transação foi aprovada pelas autoridades chilenas em 17 de dezembro de 2014.

Aquisições e vendas

Em 30 de outubro de 2015, o Banco vendeu uma de suas comercializadoras de energia contendo contratos avaliados em R$1,8 bilhão pelo montante total de R$2 bilhões, sendo R$200 milhões recebidos na data da transação, e o restante a ser recebido ao longo de 5 anos em parcelas semestrais.

Em abril de 2015, o Banco por meio de uma de suas subsidiárias converteu debêntures, emitidas pela Rede D'Or, no valor de R$985.978, equivalentes a 21,1% do capital total, gerando um ágio de R$649.807. Em maio de 2015, a Rede D'Or recebeu um aumento de capital, que diluiu a participação do Banco para 19,4%, gerando um ganho de participação de R$269.174, líquido de amortizações do ágio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Banco vendeu toda sua participação remanescente na Rede D'Or reconhecendo um ganho no valor aproximado de R$2,7 bilhão. Adicionalmente, os contratos de venda possuem cláusulas que podem alterar o valor remanescente que o Banco tem a receber, caso a Rede D'Or não atinja determinadas condições precedentes. Em 31 de dezembro de 2015, o Banco estimou que o valor potencial de tais cláusulas não é significativo.

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco firmou um compromisso de venda de sua participação integral na Recovery do Brasil Consultoria S.A. ("Recovery") pelo valor total de R$1,2 bilhão, conforme descrito a seguir: (i) transferência de ações ordinárias, equivalentes a 81,94% do capital social da Recovery; (ii) transferência de quotas emitidas pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NPL I ("FIDC NPL I"), equivalentes a 69,34% da totalidade das quotas do fundo; e (iii) transferência de debêntures não conversíveis emitidas pela Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Renova"). Nesta mesma data, tais ativos foram classificados como "investimento mantido para venda" a valor de mercado, conforme apresentado na Nota 12(b). A transação descrita acima, gerou um ganho no valor aproximado de R$560 milhões.

O Grupo BTG Pactual firmou uma joint venture para criação de uma empresa de resseguros operando através de entidades reguladas. Como parte da estratégia de crescimento da joint venture, em 10 de julho de 2014, o Banco assinou os documentos definitivos de aquisição de 100% das ações da Ariel Re (Holdings) Limited ("Ariel"), um grupo internacional de resseguros não-vida ,com sede em Londres e Bermudas, especializado em resseguro de catástrofe para propriedades. Em 12 de janeiro de 2015, a transação de aquisição de Ariel foi aprovada pelo Banco Central do Brasil e em 3 de fevereiro liquidada. Em abril de 2015, a transação referente a transferência de 50% da participação na Ariel para a joint venture foi concluída.

Em 14 de julho de 2014, o Banco assinou contrato definitivo de compra e venda de ações do BSI, que prevê a aquisição, diretamente ou indiretamente, de 100% das ações do BSI S.A., ou BSI, uma instituição financeira Suiça, subsdiária indireta do Grupo Generali. O Banco BTG Pactual acredita que o negócio do BSI será um complemento em termos geográficos, e de cobertura de clientes, ao seu já existente portfólio, com sobreposição limitada. Em 30 de setembro de 2015, a aquisição foi concluída e o valor total agregado pago pelo Banco BTG Pactual foi de CHF1.248 milhões (R$4.935 milhões) de acordo com a taxa de conversão na data da aquisição, e corresponde a: (i) CHF1.048 milhões (R$4.162 milhões) em caixa pagos em setembro de 2015, e (ii) ações no valor de CHF200 milhões (R$773 milhões). A transação gerou um deságio de CHF27 milhões (R$109 milhões).

Adicionalmente, a Generali NV usou parte dos recursos de caixa CHF50 milhões (R$203 milhões) para financiar a aquisição de uma determinada participação da BTGP, necessária para formar as *units* do Grupo BTG Pactual. A emissão de ações foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 3 de novembro de 2015.

Em 19 de dezembro de 2014, foi aprovada pelo BACEN, a aquisição dos bens e direitos detidos pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ("FGC") em face do Banco Bamerindus do Brasil S.A. - em Liquidação Extrajudicial ("Instituição") e

sociedades participantes de seu grupo econômico. Nesta operação o BTG Pactual pagou ao FGC o valor de R$107 milhões em dezembro de 2014, e vai pagar quatro parcelas anuais de R$87 milhões, indexadas ao CDI, até 2018. Nesta transação foi gerado deságio de R$ 26.551. Também em 19 de dezembro de 2014 cessou-se a liquidação extrajudicial da Instituição e das suas subsidiárias, e houve a alteração na denominação social para Banco Sistema S.A. Dentre os ativos da Instituição não consta a marca Bamerindus.

A presente transação assegurou ao BTG Pactual a aquisição do controle acionário da Instituição e de suas subsidiárias, e a participação societária superior a 98% (noventa e oito por cento) do seu capital social total e votante.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao imposto de renda diferido ativo e passivo, à provisão para operações de créditos e outros créditos de liquidação duvidosa, à provisão para tributos e contribuições com exigibilidade suspensa, à provisão para passivos contingentes e mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Banco são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual o Banco atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional do Banco. A taxa utilizada para a conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira é a da data de fechamento, enquanto que as contas de resultado são convertidas pela taxa média mensal.

As demonstrações financeiras da agência sediada no exterior, originalmente elaboradas em dólares norte-americanos, foram convertidas para reais pela cotação da paridade comercial nas datas das demonstrações financeiras.

Reclassificação das demonstrações financeiras

A Companhia reviu a demonstração dos fluxos de caixa, previamente apresentada em 31 de dezembro de 2014, resultando em redução das atividades de financiamento no montante de R$1.636.901 e um aumento nas atividades operacionais no mesmo valor. Essa revisão teve como finalidade alinhar as práticas contábeis com aquelas aplicadas em 31 de dezembro de 2015.

4. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis mais relevantes adotadas pelo Banco são as seguintes:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, inclui, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, dinheiro em caixa, depósito bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez, depósitos no BACEN remunerados, depósitos remunerados, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e repasses, dívidas subordinadas e demais operações ativas e passivas.

As operações com cláusula de atualização monetária/cambial e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro-rata dia" com base na taxa efetiva das operações.

c. Títulos e valores mobiliários

São avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, nas seguintes categorias:

i. Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período.

ii. Títulos disponíveis para venda

Não se enquadram como negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida do resultado e posteriormente avaliados ao valor de mercado em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização.

iii. Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

Segundo a Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários, classificados como títulos para negociação, são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independente de suas datas de vencimentos.

d. Instrumentos financeiros derivativos

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não.

As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuadas por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e perdas, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros e que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são considerados como instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com sua natureza em:

- Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de hedge, são mensurados a valor justo e têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados no resultado; e

- Hedge de fluxo de caixa: os instrumentos classificados nesta categoria são mensurados a valor justo, sendo a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo hedge é reconhecida diretamente no resultado.

e. Valor justo dos títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e demais direitos e obrigações.

O valor justo dos títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e demais direitos e obrigações, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado, modelos de avaliação de preços, ou ainda com base no preço determinado para outros instrumentos financeiros com características semelhantes. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidas ou incorridas. Os prêmios pagos ou recebidos na realização de operações no mercado de opções de ações, outros ativos financeiros e mercadorias são registrados nas respectivas contas patrimoniais pelos valores pagos ou recebidos, ajustados a preços de mercado em contrapartida do resultado.

As operações realizadas no mercado a termo de ativos financeiros e mercadorias são registradas pelo valor final contratado, deduzido de diferença entre esse valor e o preço do bem ou direito ajustado a preços de mercado, na adequada conta de ativo ou passivo. As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o prazo de fluência dos contratos.

Os ativos e passivos decorrentes das operações de swap e de termo de moedas – dos contratos a termo sem entrega física (NDF) – são registrados em contas patrimoniais pelo valor contábil, ajustado ao valor de mercado, em contrapartida do resultado.

O valor nocional dos contratos é registrado em contas de compensação.

f. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g. Operações de venda ou transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios

Ativos financeiros permanecem no balanço da entidade que transferiu seus ativos quando a mesma mantem os riscos e benefícios relacionados a esse ativo. Nesse caso um passivo financeiro é reconhecido.

h. Operações de crédito e outros créditos (operações com característica de concessão de crédito)

Registradas a valor presente, calculadas "pro-rata dia" com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 59º dia de atraso, observada a expectativa do recebimento. A partir do 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação e, no caso de já terem sido baixadas contra provisão, são classificadas como nível H; os ganhos são reconhecidos na receita quando do efetivo recebimento.

i. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas atendidas às normas estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, dentre as quais se destacam:

- As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência.

- Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas de operações de crédito contra prejuízo são efetuadas após 360 dias do vencimento do crédito ou após 540 dias, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

- A provisão para créditos de liquidação duvidosa e de outros créditos é estimada com base em análise das operações e dos riscos específicos apresentados em cada carteira, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

j. Investimentos

As participações em controladas, controladas em conjunto e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os outros investimentos permanentes estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas.

k. Ágio ou deságio

O ágio ou deságio é apurado com base na diferença entre o valor pago na data de aquisição e o valor contábil líquido.

O ágio e o deságio, cujo fundamento é baseado na previsão de resultados futuros da entidade adquirida, é amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram ou, quando baixado o investimento, por alienação ou perda, antes de cumpridas as previsões.

O deságio é contabilizado no grupo de investimentos para coligadas, controladas e controladas em conjunto, lá permanecendo até que o investimento seja realizado.

l. Imobilizado de uso e ativo diferido

Registrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear com base no prazo de vida útil-econômica dos bens. Os gastos diferidos correspondem, principalmente, a benfeitorias em imóveis de terceiros. A amortização é calculada pelo método linear com base nos prazos estimados de utilização e/ou de locação.

m. Intangíveis

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 3.642, de 26 de novembro de 2008. Está composto por (i) valor de ágio pago na aquisição de sociedades, transferido para o ativo intangível em razão da incorporação do patrimônio da adquirente pela adquirida ou pela consolidação da companhia, e (ii) por direitos na aquisição de contratos de gestão de ativos, e (iii) softwares e benfeitorias. A amortização é calculada pelo método linear com base no período em que os direitos geram benefícios.

n. Redução ao valor recuperável de ativos

É reconhecida como perda no resultado do período sempre que existirem evidências claras de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Este procedimento é realizado no mínimo ao final de cada exercício.

Os ativos sujeitos a avaliação da redução do valor recuperável são deduzidos, quando aplicável, de provisão para desvalorização que é calculada de acordo com o maior valor entre o valor em uso e valor justo menos custos para venda dos ativos. As principais estimativas utilizadas na determinação da provisão são: expectativa de fluxos de caixa futuros, taxas de descontos, iliquidez, entre outros.

o. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidos, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidas são calculadas sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável. Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240 e de 20% para contribuição social das companhias financeiras e 9% para as não financeiras.

p. Ativos e passivos contingentes, e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

São efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

i. Contingências ativas

Não são reconhecidas nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

ii. Contingências passivas

São reconhecidas nas informações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

iii. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.

q. Lucro por ação

É calculado com base na média ponderada de ações durante os períodos.

r. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência.

5. Gerenciamento de risco

A estrutura de comitês do Banco permite a participação de toda a organização e garante que as decisões sejam fácil e eficazmente implementadas. Os principais comitês envolvidos em atividades de gestão de risco são: (i) Comitê de Gestão, que aprova as políticas, define limites globais e é o último responsável pela gestão dos nossos riscos, (ii) Comitê de Novos Negócios, que avalia a viabilidade e supervisiona a implementação de propostas de novos negócios e produtos, (iii) Comitê de Risco de Crédito, que é responsável pela aprovação de novas operações de crédito de acordo com a diretrizes estabelecidas pelo nosso Comitê de Risco, (iv) Comitê de Risco de Mercado, que é responsável pelo monitoramento do risco de mercado, incluindo a utilização de nossos limites de risco (VaR e Stress Test), e para a aprovação de exceções, (v) do Comitê de Risco Operacional, que avalia os principais riscos operacionais frente às políticas internas estabelecidas e limites regulatórios, (vi) Comitê de AML (Anti Money Laundering) Compliance, que é responsável por estabelecer regras de política e relatar problemas potenciais que envolvem lavagem de dinheiro, (vii) Comitê CFO, que é responsável por monitorar o risco de liquidez, incluindo a posição de caixa e o gerenciamento da estrutura de capital, (viii) Comitê de Auditoria, que é responsável pela verificação independente da adequação dos controles internos, e avaliação quanto à manutenção dos registros contábeis.

O Banco monitora e controla a exposição ao risco através de uma variedade de sistemas internos distintos, porém complementares, de crédito, financeiro, operacional, compliance, impostos e legal. Acreditamos que o envolvimento dos Comitês (incluindo suas subcomissões) com a gestão e o controle contínuos dos riscos promove a cultura de controle de risco rigoroso em toda a organização. As comissões do Banco são compostas de membros seniores das unidades de negócios e membros superiores dos departamentos de controle, os quais são independentes das áreas de negócio.

a. Limites operacionais

	2015	2014
Patrimônio Líquido	19.658.799	14.678.862
Nível I	22.348.819	16.736.911
Capital Principal	17.206.110	13.239.075
Capital Complementar	5.142.708	3.497.836
Nível II	3.977.264	4.545.445
Patrimônio de Referência (PR) - (a)	26.326.083	21.282.356
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	18.742.699	13.402.263
Exposição total ponderada pelo risco – (b)	18.742.699	13.402.263
Risco de Crédito	13.766.340	7.657.999
Risco Operacional	83.440	644.830
Risco de Mercado	4.892.919	5.099.434
Índice de Basiléia - (a/b*11%)	15,5%	17,5%
Capital de Nível I	13,1%	13,7%
Capital de Nível II	2,3%	3,8%
Índice de Imobilização	69,9%	78,5%
Limite para imobilização (LI)	13.156.602	10.634.053
Situação para o limite de imobilização	9.193.675	8.352.612
Valor da margem ou insuficiência	3.962.927	2.281.441

As resoluções no. 4.192/13 e no. 4.278/13 do CMN dispõem sobre os critérios de apuração dos Requerimentos Mínimos de Patrimônio de Referencia, de nível I e de Capital Principal e a Resolução 4.193/13 institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos das Circulares BACEN nos. 3.644/13, 3.652/13, 3.679/13 e 3.696/14 para risco de crédito, das Circulares nos. 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639, 3.641 e 3.645, de 2013 e das Cartas-Circulares nos. 3.310/08 e 3.498/11 para risco de mercado, e das Circulares no. 3.640/13 e 3.675/13 e da Carta-Circular no. 3.625/13 para risco operacional.

O Banco optou pela abordagem do indicador básico para mensuração do Risco operacional.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, todos os limites operacionais estão devidamente atendidos.

(i) Risco de mercado

Value at Risk (VaR) é uma medida da perda potencial nos instrumentos financeiros devido a movimentos adversos do mercado em um horizonte de tempo definido com um nível de confiança especificado. Junto com testes de estresse, o VaR é utilizado para medir a exposição de nossos instrumentos financeiros para o risco de mercado. Nós usamos simulação histórica com total re-mensuração dos instrumentos para o cálculo do VAR, preservando as distribuições reais e correlação entre os ativos, não fazendo uso de aproximações (Greek aproximations) e distribuições normais. Nosso VaR pode ser medido e indicado de acordo com diferentes períodos, dados históricos e níveis de confiança. A precisão da metodologia de risco de mercado é testado através de testes (back-testing) diários que comparam a aderência entre as estimativas de VaR e os ganhos e perdas realizados.

O VaR apresentado abaixo foi calculado para o período de um dia, nível de confiança de 95,0% e um ano de dado histórico. Nível de confiança de 95,0% significa que existe uma possibilidade de um em vinte ocorrências de que as receitas líquidas de negociação serão abaixo do VaR estimado. Dessa forma, déficits nas receitas líquidas de negociação em um único dia de negociação maior do que o VaR apresentados são esperados e previstos de ocorrer, em média, cerca de uma vez por mês. Deficiências em um único dia podem exceder o VaR apresentado por montantes significantes; e também podem ocorrer com mais frequência ou acumular ao longo de um período maior, como um número de dias consecutivos de negociação. Dada a sua dependência dos dados históricos, a precisão do VaR é limitada em sua capacidade de prever mudanças de mercado sem precedentes, como distribuições históricas nos fatores de risco de mercado não podem produzir estimativas precisas de risco de mercado futuro. Diferentes metodologias de VaR e estimativas de distribuição estatística podem produzir VaR substancialmente diferente. Além disso, o VaR calculado para um período de um dia não captura o risco de mercado das posições que não podem ser liquidadas ou compensadas com hedges no prazo de um dia. Como foi referido anteriormente, nós usamos modelos nos teste de estresse como um complemento do VaR em nossas atividades diárias de risco.

A tabela a seguir contém a média diária do VaR do Banco para os exercícios findos em:

Em R$ milhões	**2015**	**2014**	**2013**
Média diária do VaR	125,6	73,0	52,5

(ii) Risco de crédito

Todas as contrapartes do Banco e suas controladas são submetidas a um rigoroso processo de análise de crédito, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento, tomando-se por base simulações do fluxo de caixa, alavancagem e cronograma da dívida, qualidade dos ativos, cobertura de juros e capital de giro. Aspectos de natureza qualitativa, tais como orientação estratégica, setor de negócios, áreas de especialização, eficiência, ambiente regulatório e participação no mercado, são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito. Os limites de crédito das contrapartes do Banco e suas controladas são estabelecidos pelo Comitê de Crédito e são revisados regularmente. A mensuração e o acompanhamento da exposição total do Banco e suas controladas ao risco de crédito, abrange todos os instrumentos financeiros capazes de gerar risco de contraparte, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas, eventuais riscos de liquidação das operações, entre outras.

(iii) Risco de liquidez

O Banco e suas controladas gerenciam o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade de crédito e de grande liquidez, utilizando recursos obtidos através de contrapartes de primeira linha a taxas competitivas. O Banco e suas controladas mantêm uma forte estrutura de capital e um baixo grau de alavancagem. Além disso, eventuais descasamentos entre ativos e passivos são monitorados, considerando o impacto de condições extremas de mercado, a fim de avaliar a sua capacidade de realizar ativos ou reduzir alavancagem.

(iv) Risco operacional

Alinhado às orientações do BACEN e aos conceitos do Comitê de Basiléia, o Banco definiu uma política de gerenciamento de risco operacional aplicável ao Banco e as suas controladas no Brasil e no exterior.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento do risco à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

O Banco e suas controladas têm uma forte cultura de gestão de risco operacional, que se baseia na avaliação, monitoramento, simulação e validação dos riscos e está fundamentada em consistentes controles internos. Há um constante aprimoramento dos mecanismos de gestão e controle do risco operacional, visando ao cumprimento das exigências dos órgãos reguladores, adaptação rápida a mudanças e antecipação a tendências futuras, entre as quais podemos destacar as propostas no Novo Acordo de Capital da Basiléia.

6. Disponibilidades

O saldo desta rubrica refere-se basicamente a depósitos no exterior em bancos de primeira linha.

7. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2015					2014
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Aplicações no mercado aberto	24.737.813	16.916.342	7.783.719	37.752	-	33.990.453
Posição bancada	3.176.135	1.147.380	2.007.168	21.587	-	3.482.198
Títulos públicos federais	2.943.597	914.842	2.007.168	21.587	-	2.177.712
Títulos corporativos	54.374	54.374	-	-	-	1.293.088
Títulos dos governos de outros países	178.164	178.164	-	-	-	11.398
Posição financiada	18.071.753	13.300.375	4.755.213	16.165	-	26.834.834
Títulos públicos federais	18.061.782	13.290.404	4.755.213	16.165	-	26.518.805
Títulos corporativos	9.971	9.971	-	-	-	291.858
Títulos dos governos de outros países	-	-	-	-	-	24.171
Posição vendida	3.489.925	2.468.587	1.021.338	-	-	3.673.421
Títulos públicos federais	3.489.925	2.468.587	1.021.338	-	-	3.673.421
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.843.062	3.843.062	-	-	-	4.622.852
Certificado de Depósito Interbancário	310.000	310.000	-	-	-	2.660.453
Aplicações em moeda estrangeira - overnight	3.533.062	3.533.062	-	-	-	1.962.399
	28.580.875	20.759.404	7.783.719	37.752	-	38.613.305

Em 31 de dezembro de 2015, o valor de lastro recebido nas operações compromissadas montavam a R$23.374.462 (31 de dezembro de 2014 - R$32.887.202), e os lastros cedidos montavam a R$24.096.869 (31 de dezembro de 2014 - R$35.711.793).

8. Títulos e valores mobiliários

a. Resumo por tipo de carteira

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel e prazo de vencimento contratual da carteira de títulos e valores mobiliários:

	2015							2014
	Custo	Mercado	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Mercado
Carteira própria	21.759.623	20.538.373	17.565.995	486.402	1.437.108	258.178	790.690	23.486.561
Títulos públicos federais	230.033	226.032	-	47.622	55.320	100.845	22.245	906.728
Títulos da dívida externa brasileira	2.083	2.083	-	-	2	-	2.081	19.682
Debêntures/Eurobonds (i)	934.896	907.416	1.304	262.798	387.370	57.614	198.330	5.037.383
Certificado de crédito bancário	-	-	-	-	-	-	-	37.042
Certificado de recebíveis imobiliários	253.231	253.231	67.168	94.096	47.657	30.978	13.332	989.327
Quotas de fundos de investimento								
Multimercado	16.198.702	15.655.749	15.655.749	-	-	-	-	7.807.137
Ações	21.026	21.026	21.026	-	-	-	-	319.178
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	31.854	31.854	-	-	31.854	-	-	743.080
Fundos de Investimento em Participações (FIP)	1.133.083	1.133.083	-	-	873.886	-	259.197	2.875.678
Fundos de Investimento Imobiliário (FII)	40.490	40.490	-	-	40.490	-	-	283.669
Ações	2.413.952	1.766.595	1.766.595	-	-	-	-	1.359.209
Notas promissórias	121.261	121.250	54.141	67.109	-	-	-	2.282.620
Outros	363.267	363.819	12	95	529	68.741	294.442	785.113
Títulos emitidos por governos de outros países	15.745	15.745	-	14.682	-	-	1.063	40.715
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação	593.661	591.054	-	-	-	182.032	409.022	529.059
Títulos públicos federais	593.661	591.054	-	-	-	182.032	409.022	529.059
Vinculados a compromissos de recompra	3.141.329	3.055.293	401.252	882.396	834.015	220.061	717.569	6.271.283
Títulos públicos federais	1.612.465	1.612.800	321.051	851.847	113.308	98.821	227.773	616.025
Debêntures / Eurobonds (i)	916.418	830.047	4.650	1.185	663.453	121.240	39.519	5.650.596
Certificado de recebíveis imobiliários	450.277	450.277	-	-	-	-	450.277	-
Outros	162.169	162.169	75.551	29.364	57.254	-	-	4.662
Vinculados à prestação de garantias	3.299.944	3.136.778	91.505	838.042	718.347	1.352.234	136.650	1.408.228
Títulos públicos federais	285.511	285.568	-	234.589	35.304	15.675	-	937.714
Debêntures / Eurobonds (i)	2.857.994	2.759.705	-	603.453	683.043	1.336.559	136.650	343.703
Ações	156.439	91.505	91.505	-	-	-	-	112.397
Outros	-	-	-	-	-	-	-	14.414
Títulos para negociação	22.694.491	21.631.381	17.937.431	1.180.857	1.334.654	462.996	715.443	17.256.756
Titulos disponiveis para venda	6.100.066	5.690.117	121.321	1.025.983	1.654.816	1.549.509	1.338.488	14.438.375
	28.794.557	**27.321.498**	**18.058.752**	**2.206.840**	**2.989.470**	**2.012.505**	**2.053.931**	**31.695.131**

(i) Substancialmente títulos de emissão de companhias brasileiras.

b. Títulos para negociação

	2015							2014
	Custo	Mercado	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Mercado
Carteira própria	19.820.842	18.824.881	17.444.674	65.057	1.123.008	153.013	39.129	14.654.850
Títulos públicos federais	230.033	226.032	-	47.622	55.320	100.845	22.245	906.728
Títulos da dívida externa brasileira	2.083	2.083	-	-	2	-	2.081	19.682
Debêntures/Eurobonds (i)	289.694	285.934	1.304	2.753	215.969	52.168	13.740	1.573.941
Quotas de fundos de investimento								
Multimercado	16.198.702	15.655.749	15.655.749	-	-	-	-	7.807.137
Ações	21.026	21.026	21.026	-	-	-	-	319.178
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	31.854	31.854	-	-	31.854	-	-	743.080
Fundos de Investimento em Participações (FIP)	577.263	779.373	-	-	779.373	-	-	1.936.113
Fundos de Investimento Imobiliário (FII)	40.490	40.490	-	-	40.490	-	-	283.669
Ações	2.413.952	1.766.595	1.766.595	-	-	-	-	392.862
Outros	-	-	-	-	-	-	-	631.745
Títulos emitidos por governos de outros países	15.745	15.745	-	14.682	-	-	1.063	40.715
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação	593.661	591.054	-	-	-	182.032	409.022	529.059
Títulos públicos federais	593.661	591.054	-	-	-	182.032	409.022	529.059
Vinculados a compromissos de recompra	1.838.038	1.838.373	401.252	881.211	176.342	112.276	267.292	1.022.736
Títulos públicos federais	1.612.465	1.612.800	321.051	851.847	113.308	98.821	227.773	616.025
Debêntures / Eurobonds (i)	63.404	63.404	4.650	-	5.780	13.455	39.519	402.049
Titulos privados no exterior	-	-	-	-	-	-	-	4.662
Outros	162.169	162.169	75.551	29.364	57.254	-	-	-
Vinculados à prestação de garantias	441.950	377.073	91.505	234.589	35.304	15.675	-	1.050.111
Títulos públicos federais	285.511	285.568	-	234.589	35.304	15.675	-	937.714
Ações	156.439	91.505	91.505	-	-	-	-	112.397
	22.694.491	**21.631.381**	**17.937.431**	**1.180.857**	**1.334.654**	**462.996**	**715.443**	**17.256.756**

(i) Substancialmente títulos de emissão de companhias brasileiras.

c. Títulos disponíveis para venda

	2015							2014
	Custo	Mercado	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil
Carteira própria	1.938.781	1.713.492	121.321	421.345	314.100	105.165	751.561	8.831.711
Ações	-	-	-	-	-	-	-	966.347
Debêntures (i)	645.202	621.482	-	260.045	171.401	5.446	184.590	3.463.442
Certificado de crédito bancário	-	-	-	-	-	-	-	37.042
Certificado de recebíveis imobiliários	253.231	253.231	67.168	94.096	47.657	30.978	13.332	989.327
Notas promissórias	121.261	121.250	54.141	67.109	-	-	-	2.282.620
Outros	363.267	363.819	12	95	529	68.741	294.442	153.368
Quotas de fundos de investimento								
Fundos de Investimento em Participações (FIP)	555.820	353.710	-	-	94.513	-	259.197	939.565
Vinculados a compromissos de recompra	1.303.291	1.216.920	-	1.185	657.673	107.785	450.277	5.248.547
Debêntures (i)	853.014	766.643	-	1.185	657.673	107.785	-	5.248.547
Certificado de recebíveis imobiliários	450.277	450.277	-	-	-	-	450.277	-
Vinculados à prestação de garantias	2.857.994	2.759.705	-	603.453	683.043	1.336.559	136.650	358.117
Debêntures	2.857.994	2.759.705	-	603.453	683.043	1.336.559	136.650	343.703
Outros	-	-	-	-	-	-	-	14.414
	6.100.066	**5.690.117**	**121.321**	**1.025.983**	**1.654.816**	**1.549.509**	**1.338.488**	**14.438.375**

(i) Substancialmente títulos de emissão de companhias brasileiras.

d. Reclassificação de títulos e valores mobiliários

A administração classifica os títulos e valores mobiliários de acordo com sua intenção de negociação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não foram realizadas reclassificações ou alterações nas intenções, por parte da Administração. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a administração reclassificou R$10.334.333 da categoria de títulos para negociação para títulos disponíveis para venda, sem impactos no resultado do exercício.

9. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa ativamente de operações de intermediação de risco envolvendo instrumentos financeiros derivativos, atendendo necessidades próprias e de seus clientes, no intuito de reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. Certos instrumentos financeiros derivativos podem estar associados a operações com títulos e valores mobiliários ou, ainda, com direitos e obrigações.

A administração dos riscos envolvidos nestas operações é efetuada por meio de políticas rígidas de controle, estabelecimento de estratégias, determinação de limites, entre outras técnicas de monitoramento. Os limites de exposição ao risco são determinados pelo Comitê de Risco e por tipos de instrumento e concentração de contraparte, entre outros.

As operações no Brasil são negociadas, registradas ou custodiadas na BM&FBovespa, na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A.) e, quando realizadas no exterior, em corretoras de primeira linha. O Banco utiliza diferentes instrumentos financeiros para hedge econômico tais como opção, termo, futuro e swap com ajuste periódico. A utilização desses instrumentos tem o objetivo de hedge das posições da tesouraria em mercados, visando adequar o nível de risco existente na carteira, sempre que os comitês de monitoramento de riscos julguem necessário.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Banco e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge contábil. Entretanto, o Banco possui políticas para reduzir sua exposição em moedas estrangeiras, inclusive em subsidiárias ou associadas, através de derivativos ou outros instrumentos financeiros. O objetivo dessas politicas é mitigar qualquer efeito em passivos ou ativos decorrentes de variações em moedas estrangeiras, além daqueles já esperados por propósito de negociação.

a. Registrados em contas de compensação e patrimoniais

Os valores nocionais das operações com instrumentos financeiros são registrados em contas de compensação e os ajustes/prêmios em contas patrimoniais. As posições assumidas decorrentes de operações com instrumentos financeiros derivativos, demonstradas a seguir, consideram as disposições da Circular BACEN nº 3.641/13, que determina a exclusão dos contratos em moeda, ouro e outros ativos vinculados à exposição cambial, vincendos no primeiro dia útil subsequente à data da apuração da exposição cambial. As pontas a receber e a pagar são apresentadas separadamente para os derivativos de Swap, Non-Deliverable Forward (NDF) e Deliverable Forward (DF) no quadro abaixo.

	2015				2014
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total
Mercado futuro					
Posição comprada	20.610.105	1.682.932	4.705.480	26.998.517	55.190.864
Moeda	71.392	-	-	71.392	301.584
Taxa de juros	20.513.405	1.682.932	4.705.480	26.901.817	7.239.587
Índices	-	-	-	-	47.649.693
Commodities	25.308	-	-	25.308	-

	2015				2014
	Até 6 meses	**De 6 a 12 meses**	**Acima de 1 ano**	**Total**	**Total**
Posição vendida	46.695.878	12.589.814	2.174.262	61.459.954	105.841.749
Moeda	4.980.245	2.784.601	-	7.764.846	3.338.338
Taxa de juros	41.418.080	9.311.657	2.174.262	52.903.999	35.695.532
Commodities	297.553	493.556	-	791.109	933.248
Índices	-	-	-	-	65.874.631
Swap					
Posição ativa	35.278.965	12.762.957	100.952.896	148.994.818	151.047.511
Moeda	636.735	938.138	61.630.673	63.205.546	2.608.027
Taxa de juros	34.380.073	11.526.200	38.901.216	84.807.489	137.669.218
Commodities	-	-	-	-	8.846
Índices	475	185.871	419.000	605.346	8.632.919
Ação	51.648	65.658	16	117.322	584.533
Outros	210.034	47.090	1.991	259.115	1.543.968
Posição passiva	35.278.965	12.762.957	100.952.896	148.994.818	151.047.511
Moeda	243.416	296.983	5.949.790	6.490.189	2.608.027
Taxa de juros	33.855.662	11.614.769	92.631.271	138.101.702	137.669.218
Índices	6.196	219.955	1.157.996	1.384.147	8.632.919
Ação	81.235	99.758	320.714	501.707	584.533
Commodities	-	-	-	-	8.846
Outros	1.092.456	531.492	893.125	2.517.073	1.543.968
Derivativos de crédito					
Posição ativa	-	-	136.668	136.668	432.164
Soberano	-	-	136.668	136.668	185.934
Corporativo	-	-	-	-	246.230
Posição passiva	39.048	-	143.697	182.745	325.916
Corporativo	39.048	-	143.697	182.745	325.916
Contratos a termo - NDF					
Posição ativa	59.998.892	3.086.586	5.695.877	68.781.355	12.758.890
Moeda	54.898.290	1.734.162	5.654.998	62.287.450	1.731.250
Índices	-	-	-	-	10.239.256
Commodities	1.692.839	799.618	-	2.492.457	-
Taxa de juros	3.407.763	552.806	40.879	4.001.448	-
Outros	-	-	-	-	788.384
Posição passiva	59.998.892	3.086.586	5.695.877	68.781.355	12.758.890
Moeda	54.630.719	1.708.344	5.693.460	62.032.523	11.027.640
Commodities	1.791.740	200.960	-	1.992.700	1.719.352
Taxa de juros	3.576.433	1.177.282	2.417	4.756.132	-
Outros	-	-	-	-	11.898
Contratos a termo - DF					
Posição ativa	28.723.050	3.732.613	555.660	33.011.323	60.462.160
Moeda	28.596.944	3.611.533	555.660	32.764.137	60.447.299
Taxa de juros	4.018	60.540	-	64.558	-
Commodities	122.088	60.540	-	182.628	14.861
Posição passiva	28.723.050	3.732.613	555.660	33.011.323	60.462.160
Moeda	28.596.944	3.611.533	555.660	32.764.137	60.447.299
Taxa de juros	122.088	60.540	-	182.628	-
Commodities	4.018	60.540	-	64.558	14.861
Operações a termo					
Posição ativa	354.132	-	-	354.132	933.902
Taxa de juros	289.798	-	-	289.798	-
Título público	64.334	-	-	64.334	933.902
Posição passiva	354.132	-	-	354.132	933.902
Taxa de juros	64.334	-	-	64.334	933.902
Título público	289.798	-	-	289.798	-
Opções					
Posição ativa					
Compra de opção de compra	6.759.373	1.335.203	57.454.578	65.549.154	21.315.068

	2015				2014
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total
Ação	293.968	-	121.883	415.851	235.735
Índices	30.255	-	-	30.255	17.488.546
Moeda	6.364.864	1.335.203	57.332.695	65.032.762	3.589.287
Outros	70.286	-	-	70.286	1.500
Compra de opção de venda	5.236.857	1.482.870	77.385.500	84.105.227	17.723.888
Ação	395.386	-	-	395.386	226.964
Índices	-	-	-	-	14.509.849
Moeda	4.841.471	1.478.648	77.385.500	83.705.619	2.987.075
Taxa de juros	-	4.222	-	4.222	-
Posição passiva					
Venda de opção de compra	7.321.078	1.638.408	77.385.500	86.344.986	5.900.606
Ação	299.972	-	-	299.972	173.795
Índices	25.212	-	-	25.212	2.129.081
Moeda	6.925.608	1.638.408	77.385.500	85.949.516	3.597.730
Outros	70.286	-	-	70.286	-
Venda de opção de venda	4.265.800	1.175.442	57.333.502	62.774.744	34.876.701
Ação	-	-	807	807	58.150
Índices	-	-	-	-	31.660.845
Moeda	4.265.800	1.175.442	57.332.695	62.773.937	3.157.706

b. Por valor de custo e mercado

			2015			2014
	Custo	Mercado	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
Swaps						
Posição ativa	1.151.867	2.693.427	233.046	185.882	2.274.499	959.330
Posição passiva	2.513.610	2.994.088	162.689	144.310	2.687.089	1.658.267
Derivativos de crédito						
Posição ativa	4.167	4.167	-	-	4.167	19.530
Posição passiva	22.696	22.695	447	-	22.248	18.308
Contratos a termo - NDF						
Posição ativa	2.133.595	2.187.506	1.395.964	115.053	676.489	736.418
Posição passiva	1.843.544	1.922.144	1.093.673	138.781	689.690	642.178
Contratos a termo - DF						
Posição ativa	15.439.736	15.448.876	13.903.218	1.290.921	254.737	21.922.396
Posição passiva	15.453.056	15.451.212	13.905.440	1.296.353	249.419	21.996.903
Operações a termo						
Posição ativa	353.813	353.813	353.813	-	-	1.749.139
Posição passiva	353.648	353.648	353.648	-	-	1.749.573
Mercado de opções						
Posição ativa	14.473.978	12.768.791	873.637	435.131	11.460.023	1.056.137
Posição passiva	13.352.849	18.677.377	303.009	162.022	18.212.346	538.512
Posição ativa	**33.557.156**	**33.456.580**	**16.759.678**	**2.026.987**	**14.669.915**	**26.442.950**
Posição passiva	**33.539.403**	**39.421.164**	**15.818.906**	**1.741.466**	**21.860.792**	**26.603.741**

c. Valor nocional por contraparte

	2015					2014
	Câmara de liquidação / bolsa de valores	Instituições Financeiras (i)	Empresas	Pessoas Físicas	Total	Total
Mercado futuro						
Posição comprada	26.518.644	479.873	-	-	26.998.517	55.190.864
Posição vendida	59.954.084	1.505.870	-	-	61.459.954	105.841.749
Swap						
Posição ativa	26.969.058	50.436.452	71.586.208	3.100	148.994.818	151.047.511
Posição passiva	26.969.058	50.436.452	71.586.208	3.100	148.994.818	151.047.511
Derivativos de crédito						
Posição ativa	-	136.668	-	-	136.668	432.164
Posição passiva	-	182.745	-	-	182.745	325.916
Contratos a termo - NDF						
Posição ativa	-	45.503.026	23.244.749	33.580	68.781.355	12.758.890
Posição passiva	-	45.503.026	23.244.749	33.580	68.781.355	12.758.890
Contratos a termo - DF						
Posição ativa	-	19.381.846	13.629.477	-	33.011.323	60.462.160
Posição passiva	-	19.381.846	13.629.477	-	33.011.323	60.462.160
Operações a Termo						
Posição ativa	-	-	354.132	-	354.132	933.902
Posição passiva	-	-	354.132	-	354.132	933.902
Mercado de opções						
Posição ativa	179.287	149.008.270	461.866	4.958	149.654.381	39.038.956
Posição passiva	351.410	148.602.104	164.445	1.771	149.119.730	40.777.307
Posição ativa	**53.666.989**	**264.946.135**	**109.276.432**	**41.638**	**427.931.194**	**319.864.447**
Posição passiva	**87.274.552**	**265.612.043**	**108.979.011**	**38.451**	**461.904.057**	**372.147.435**

(i) Incluem fundos de investimento

d. Derivativos de crédito

	2015	2014
Swap de crédito		
Risco transferido		
Soberano	136.668	185.934
Corporativo	-	246.230
Risco recebido		
Corporativo	(182.745)	(325.916)
	(46.077)	106.248

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

De acordo com resoluções do CMN, o efeito no cálculo do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) em 31 de dezembro de 2015 é de R$41.891 (31 de dezembro de 2014 – R$42.412).

e. Margens dadas em garantia

A margem de garantia dada em operações negociadas na BM&F Bovespa e outras bolsas de valores com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais e outros no montante de R$2.934.274 (31 de dezembro de 2014 – R$919.466), e ações no montante de R$91.505 (31 de dezembro de 2014 – R$112.397).

f. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos financeiros são apurados conforme segue:

- Swaps: seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base em preços observados em negociações na BM&F Bovespa, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de swaps de moeda, swaps de taxas de juros e swaps com base em outros fatores de risco (commodities, índices de bolsas, etc).

- Futuros e Termos: cotações em bolsas ou utilizando critérios idênticos ao acima descritos para swaps.

- Opções: os valores justos de tais instrumentos são apurados com base em modelos matemáticos (como Black & Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Todos estes dados são obtidos utilizando-se diferentes fontes (normalmente preços de brokers e corretoras, Bloomberg, Reuters).

- Derivativos de crédito: os valores justos de tais instrumentos são apurados com base em modelos matemáticos consagrados de mercado que são alimentados com dados de spread de crédito do emissor e curva de rentabilidade da taxa de juros. Tais dados são obtidos utilizando-se diferentes fontes (normalmente preços de mercado, Bloomberg, Reuters).

- Títulos e valores mobiliários e venda a descoberto: os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nos preços divulgados pela ANBIMA. Os valores justos dos títulos das dívidas de empresas são calculados com base nos preços do mercado secundário, no preço de ativos semelhantes e na visibilidade de mercado que as áreas comerciais da Companhia têm. As ações são calculadas com base nos preços fornecidos pela BM&F Bovespa. As cotas de fundos são valorizadas considerando preços das cotas divulgadas pelos administradores.

- Ativos financeiros avaliados a valor justo no resultado: estimamos os valores justos dos instrumentos financeiros efetuando o desconto dos fluxos de caixa a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco.

10. Operações de crédito

As operações de crédito são classificadas em níveis de risco de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. Essa classificação leva em consideração entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

A provisão para perdas em operações de crédito é efetuada com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela referida Resolução.

As operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito podem ser assim demonstradas:

a. Operações de crédito

i.Por modalidade de crédito

Modalidade de crédito	2015		2014	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Empréstimos	11.803.700	(969.035)	12.522.183	(720.617)
Financiamentos	1.603.783	(128.025)	2.321.933	(63.597)
FINAME/BNDES	2.424.105	(35.481)	1.687.922	(12.542)
Financiamento de títulos e valores mobiliários	1.315	-	8.793	-
Total	15.832.903	(1.132.541)	16.540.831	(796.756)

ii.Por nível de risco e prazo de vencimento

Nível de risco	2015						2014	
		A vencer						
	Vencidas	Em até 6 meses	De 6 a 12 meses	Após 12 meses	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	-	959.169	406.542	4.616.390	5.982.101	-	5.006.331	-
A	-	943.104	113.628	2.990.314	4.047.046	(20.235)	5.303.949	(26.519)
B	-	194.118	521.620	1.440.458	2.156.196	(21.562)	3.471.519	(34.714)
C	566	1.001.366	121.907	114.931	1.238.770	(37.163)	699.704	(23.048)
D	851	137.529	39.353	876.193	1.053.926	(145.062)	670.839	(110.197)
E	45.995	396.770	50.038	73.824	566.627	(171.952)	1.290.936	(547.837)
F	50.069	12.063	2.248	38.961	103.341	(51.671)	77.986	(38.993)
G	-	-	-	-	-	-	13.731	(9.612)
H	143.268	27.965	434.262	79.401	684.896	(684.896)	5.836	(5.836)
Total	240.749	3.672.084	1.689.598	10.230.472	15.832.903	(1.132.541)	16.540.831	(796.756)

iii.Por setor de atividade

Setor	2015	2014
Comércio	41.972	130.179
Indústria	306.496	477.920
Serviços	14.407.981	14.545.084
Rural	258.270	317.573
Pessoas físicas	818.184	1.070.075
Total	15.832.903	16.540.831

b. Outros créditos – com característica de concessão de crédito e operações de créditos cedidas

Composto, exclusivamente por títulos e créditos a receber, referentes a operações de aquisição de direitos creditórios e operações de recebíveis cedidos, podem ser assim demonstradas:

i.Por nível de risco e faixa de vencimento

	2015						2014	
		A vencer						
Nível de risco	Vencidas	Em até 6 meses	De 6 a 12 meses	Após 12 meses	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	-	46.424	126	93.218	139.768	-	461.576	-
A	115	2.542	64.638	6.991	74.286	(371)	886.031	(4.431)
B	39.059	19.402	13.884	457.970	530.315	(5.303)	229.987	(2.300)
C	60.856	11.045	10.342	67.604	149.847	(4.495)	190.025	(5.701)
E	56.786	-	-	-	56.786	(22.715)	-	-
F	50.541	1.847	-	-	52.388	(26.194)	23.592	(11.796)
H	63.730	-	-	-	63.730	(63.730)	493	(493)
Total	271.087	81.260	88.990	625.783	1.067.120	(122.808)	1.791.704	(24.721)
Créditos cedidos com coobrigação					85.436	(2.472)	176.698	(4.796)
Títulos e créditos a receber (nota 12 (b))					981.684	(120.336)	1.615.006	(19.925)

ii.Por setor de atividade

Setor	2015	2014
Pessoas físicas	93.915	153.052
Comércio	-	85.938
Rural	75.298	-
Serviços	897.907	1.552.714
Total	1.067.120	1.791.704

c. Adiantamento de contrato de câmbio

i.Por nível de risco e faixa de vencimento

	2015						2014	
		A vencer						
Nível de risco	Vencidas	Em até 6 meses	De 6 a 12 meses	Após 12 meses	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	-	9.196	-	-	9.196	-	-	-
A	-	-	-	-	-	-	342.566	(1.713)
B	-	-	72.863	-	72.863	(879)	206.003	(2.060)
C	-	-	-	-	-	-	159.707	(4.791)
D	-	5.195	8.950	-	14.145	(2.733)	10.849	(1.085)
E	-	21.165	14.110	-	35.275	(12.246)	-	-
G	-	-	-	-	-	-	25.074	(17.552)
H	20.886	-	-	-	20.886	(20.886)	-	-
Total	20.886	35.556	95.923	-	152.365	(36.744)	744.199	(27.201)

ii.Por setor de atividade

Setor	2015	2014
Indústria	56.161	105.573
Serviços	96.204	638.626
Total	152.365	744.199

d. Concentração de risco de crédito

	2015	%	2014	%
Maiores devedores				
10 maiores devedores	9.496.571	56%	7.213.541	38%
20 seguintes maiores devedores	3.253.712	19%	4.595.237	23%
50 seguintes maiores devedores	2.446.871	14%	3.932.932	21%
100 seguintes maiores devedores	1.366.692	8%	2.809.679	15%
200 seguintes maiores devedores	479.180	3%	525.345	3%
500 seguintes maiores devedores	9.362	0%	-	0%
Total	17.052.388	100%	19.076.734	100%

e. Provisão

A movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos com característica de crédito durante os exercícios foi a seguinte:

	2015		2014
	2º semestre	Exercício	Exercício
Saldos iniciais	(1.108.185)	(971.801)	(346.149)
Reversão/(constituição) de provisão	(325.132)	(527.561)	(547.157)
Variação cambial de saldo	(134.304)	(94.951)	46.938
Aquisição de carteira	-	-	(146.842)
Créditos baixados para prejuízo	125.272	151.964	21.409
Saldos finais	(1.442.349)	(1.442.349)	(971.801)
Composição dos saldos finais			
Provisão para operações de crédito	(1.132.541)	(1.132.541)	(796.756)
Provisão para operações de crédito cedidos	(2.472)	(2.472)	(4.796)
Provisão para outros créditos	(120.336)	(120.336)	(19.925)
Provisão para adiantamento de contrato de câmbio	(36.744)	(36.744)	(27.201)
Provisão para perdas em fianças	(150.256)	(150.256)	(123.123)
	(1.442.349)	(1.442.349)	(971.801)

f. Renegociação/recuperação de créditos baixados para prejuízo

Na carteira de crédito houve R$1.458.054 referente a renegociações no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (31 de dezembro de 2014 – R$268.794). No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 houve R$1.414 referente à recuperação de créditos baixados para prejuízo (31 de dezembro de 2014 – R$11.815).

g. Cessão de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não houve cessões de crédito com coobrigação (31 de dezembro de 2014 – R$193.456).

11. Outros créditos/outras obrigações

a. Carteira de câmbio

	2015		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Câmbio comprado/vendido a liquidar	1.580.853	10.246.983	2.403.783	6.950.193
Direitos sobre venda de câmbio	10.163.220	-	6.858.467	-
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 10 (c))	3.489	(148.876)	15.820	(728.379)
(-) Adiantamentos em moeda estrangeira recebidos	(156)	-	-	-
(-) Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(234)	-	(4.256)	-
Obrigações por compra de câmbio	-	1.513.482	-	2.296.547
	11.747.172	11.611.589	9.273.814	8.518.361
Circulante	11.747.172	11.611.589	9.273.814	8.518.361
Longo prazo	-	-	-	-

As garantias oferecidas em operações de câmbio realizadas com intermediação da BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&F Bovespa), estão representadas por títulos públicos federais no montante de R$111.000 (31 de dezembro de 2014 - R$18.247).

b. Negociação e intermediação de valores

	2015		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registros e liquidação	1.137.447	1.108.518	1.393.193	957.217
Corretagens e comissões a pagar	-	318	-	348
Devedores/credores - conta liquidações pendentes	2.056.230	1.068.409	4.076.239	1.479.936
Aplicações interfinanceiras de terceiros a liquidar	-	36	-	14.210
Credores por empréstimos de ações	-	3.100	-	14.382
Outras obrigações por negociação e intermediação de valores	2.436.420	796.622	2.764.453	323.698
	5.630.097	2.977.003	8.233.885	2.789.791
Circulante	5.630.097	2.977.003	6.852.466	2.789.791
Longo prazo	-	-	1.381.419	-

A rubrica “Devedores/credores – conta liquidação pendentes” representa, basicamente, valores pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares, relativos a operações de compra e venda de títulos e contratos de ativos financeiros realizadas na BM&F Bovespa, e, quando no exterior, em corretoras de primeira linha, por conta própria e de terceiros.

A rubrica “Outras obrigações para negociação e intermediação de valores” representa, basicamente, no ativo por valores a receber decorrentes da liquidação de ativos financeiros a prazo, e no passivo, representados por obrigações por operações de vendas de títulos emitidos por governos de outros países, a serem liquidadas dentro do prazo regulamentar.

12. Outros créditos

a. Rendas a receber

	2015	2014
Dividendos e bonificações	33.048	1.602.835
Serviços prestados a receber	17.351	17.396
Taxa de administração e performance de fundos e carteiras de investimento	8.068	6.123
Taxa de distribuição	11.744	18.122
Comissões de fianças	10.751	9.460
Outros	7	9
	80.969	1.653.945
Circulante	80.969	1.653.945
Longo prazo	-	-

b. Diversos

	2015	2014
Ativo fiscal diferido - IR / CS (Nota 18)	5.082.936	1.536.172
Ativo fiscal diferido - Outros	358.964	33.427
Depósitos judiciais	884.726	821.789
Impostos a compensar	576.561	399.508
Opções por incentivos fiscais	1.317	1.317
Títulos e créditos a receber		
Com característica de concessão de crédito (Nota 10(b))	981.684	1.615.006
Sem característica de concessão de crédito (ii)	126.703	5.344
Investimento mantido para venda	1.176.377	-
Adiantamentos a fornecedores	540.870	-
Devedores diversos - país (i)	2.829.119	967.635
Outros	198	9.147
	12.559.455	5.389.345
Circulante	6.668.584	2.733.086
Longo prazo	5.890.871	2.656.259

(i) A rubrica refere-se, entre outros, a valores a receber referente a alienação de investimentos (vide nota 2).
(ii) Em 31 de dezembro de 2015, esta rubrica possuia o valor de R$50.634, referente a provisão para perdas, registrado em "Outros créditos – Provisão para perdas em outros créditos".

13. Participações em controladas, coligadas e controle compartilhado

	Controladas, coligadas e empresas com controle compartilhado						
	Patrimônio líquido		Lucro líquido / (Prejuízo)			Participação direta	
	2015	2014	2º semestre	2015	2014	2015	2014
No país							
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	517.876	597.723	162.229	244.153	315.651	99,99%	99,99%
BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	394.091	359.463	72.669	120.411	43.082	99,99%	99,99%
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	84.916	76.918	16.054	26.998	18.132	99,99%	99,99%
BTG Pactual Corretora de Mercadorias Ltda.	-	120.253	(4.720)	-	22.307	0,00%	99,99%
BTG Pactual Securitizadora S.A.	691	850	(59)	(158)	(62)	99,99%	99,99%
BTG Pactual Holding Internacional S.A.	13.406.793	5.422.972	2.507.438	3.951.297	556.768	99,99%	99,99%
BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda	1.916.607	1.134.088	(252.337)	50.997	478.873	99,99%	99,99%
Recovery do Brasil Consultoria Ltda.	-	78.060	(24.672)	-	19.622	0,00%	73,23%
BTG Pactual Vivere Participações S.A.	-	(16.008)	37.709	-	(19.531)	20,32%	20,32%
BR Properties S.A.	-	6.005.116	(65.062)	-	264.611	0,00%	0,12%
BW Properties S.A.	537.017	596.906	(127.242)	(133.947)	66.388	50,93%	57,62%
Warehouse 1 Empreendimentos Imobiliários S.A.	40.974	110.328	(25.777)	(5.621)	20.156	35,00%	35,00%
Max Casa XIX Empreendimentos Imobiliários S.A.	23.848	37.733	4.880	4.125	2.888	50,00%	50,00%
ACS Omicron Empreendimentos Imobiliários S.A.	9.624	17.375	870	1.344	1.803	44,74%	44,74%
BTG Pactual Commodities S.A.	-	295.868	(70.892)	-	(8.316)	0,00%	99,99%
BTG Pactual Holding de Seguros Ltda.	763.020	1.061.926	13.263	48.875	45.222	99,99%	99,99%
TTG Participações Holding	100.473	16.767	28.708	44.268	(1.194)	99,99%	99,99%
Pan Corretora S.A.	59.961	49.931	(39.901)	10.030	9.189	51,00%	51,00%
Banco Sistema S.A.	6.704.056	804.454	727.485	1.215.602	302.749	99,91%	98,84%
BTGP Corretora de Seguros S.A.	7.936	1.285	4.273	6.651	-	99,99%	0,00%
BTG Pactual Corretora de Resseguros Ltda	72	-	(30)	(30)	-	99,99%	0,00%
Controle compartilhado no país							
Banco Pan S.A.	3.643.797	3.634.486	77.970	8.052	7.823	40,35%	40,35%
No exterior							
BTG Pactual Overseas Corporation	30.122	-	60.252	293.317	470.126	99,99%	99,99%
Spring Valley Management LLC	-	-	-	-	174.471	0,00%	0,00%
BTG Pactual Chile Internacional Ltd.	50.152	32.217	(400)	2.791	18.338	99,99%	99,99%
Banco BTG Pactual Luxembourg S.A.	327.364	144.957	116.926	114.267	145.289	99,99%	99,99%
BTG Pactual S.A. Comisionista de Bolsa	137.910	89.785	(9.350)	1.522	11.573	99,99%	99,99%

		Movimentação dos investimentos					
	2014	Aquisição / Aporte / Transferência / (Vendas)	Dividendos / Juros sobre capital próprio	Resultado de Participação	Ajuste de avaliação patrimonial	2015	Resultado de Participação de 2014
Controladas e coligadas - no país							
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	597.721	-	(324.000)	244.153	-	517.874	315.651
BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	359.463	14.413	(55.500)	75.716	-	394.092	43.082
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	76.918	-	(19.000)	26.998	-	84.916	18.132
BTG Pactual Corretora de Mercadorias Ltda.	120.254	(14.413)	(116.550)	10.709	-	-	22.307
BTG Pactual Securitizadora S.A.	848	-	-	(158)	-	690	(62)
BTG Pactual Holding Internacional S.A.	5.422.959	4.059.452	-	3.929.593	(5.210)	13.406.794	556.728
BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda.	1.134.085	731.522	-	50.988	-	1.916.595	478.872
Recovery do Brasil Consultoria Ltda. (ii)	57.163	(64.244)	(42.383)	49.464	-	-	15.442
Ágio - Recovery do Brasil Consultoria Ltda. (ii)	2.556	(2.556)	-	-	-	-	-
BTG Pactual Vivere Participações S.A.	-	3.863	-	(3.863)	-	-	(8.937)
BR Properties S.A.	4.739	(4.739)	-	-	-	-	(678)
BW Properties S.A.	344.957	-	-	(71.470)	-	273.487	42.274
Ágio – BW Properties S.A.	2.322	-	-	-	-	2.322	-
Warehouse 1 Empreendimentos Imobiliários S.A.	38.614	(5.075)	(17.899)	(1.300)	-	14.340	25.243
Max Casa XIX Empreendimentos Imobiliários S.A.	18.866	(7.500)	(1.889)	2.447	-	11.924	1.549
ACS Omicron Empreendimentos Imobiliários Ltda.	7.774	(5.369)	-	1.901	-	4.306	2.408
BTG Pactual Commodities S.A. (i)	295.869	(297.900)	-	2.031	-	-	(8.316)
TTG Participações Holding	55.865	340	-	44.268	-	100.473	244
BTGP E&P	-	-	-	-	-	-	539.106
BTG Pactual Holding de Seguros	1.061.926	(285.000)	(63.000)	48.875	218	763.019	45.222
BTGP Corretora de Seguros S.A.	1.285	-	-	6.651	-	7.936	1.185
Pan Corretora S.A.	25.465	-	-	5.115	-	30.580	-
Banco Sistema S.A.	795.122	5.003.201	(315.553)	1.215.080	-	6.697.850	299.237
Deságio Banco Sistema S.A.	(26.551)	-	-	-	-	(26.551)	-
Rede D'OR São Luiz S.A. (ii)	-	(378.574)	-	378.574	-	-	-
Ágio - Rede D'OR São Luiz S.A. (ii)	-	87.561	-	(87.561)	-	-	-
BPMB I Participações S.A.	-	77	-	(77)	-	-	-
BTG Pactual Corretora de Resseguros Ltda	-	102	-	(31)	-	71	-
	10.398.220	**8.835.161**	**(955.774)**	**5.928.103**	**(4.992)**	**24.200.718**	**2.388.689**
Controle compartilhado no país							
Banco Pan S.A.	1.372.936	-	(2.003)	5.045	821	1.376.799	(81.589)
Deságio - Pan S.A.	(111.344)	-	-	-	-	(111.344)	-
	1.261.592	**-**	**(2.003)**	**5.045**	**821**	**1.265.455**	**(81.589)**
Total	**11.659.812**	**8.835.161**	**(957.777)**	**5.933.148**	**(4.171)**	**25.466.173**	**2.307.100**
No exterior							
Pactual Overseas Corporation (iii)	1.604.458	(2.667.586)	-	1.093.255	-	30.127	549.169
Spring Valley Management LLC (iii) (iv)	-	-	-	-	-	-	459.304
BTG Pactual Chile Internacional Ltd. (iii)	32.217	-	-	17.935	-	50.152	19.977
Banco BTG Pactual Luxembourg S.A. (iii)	144.957	-	-	182.407	-	327.364	(3.790)
BTG Pactual S.A. Comisionista de Bolsa (iii)	85.018	36.860	-	7.408	-	129.286	4.278
Ágio - BTG Pactual S.A. Comisionista de Bolsa (iii)	52.500	-	-	(7.248)	-	45.252	(13.866)
Ariel Re (Holding) Limited (iii)	-	(92.111)	-	92.111	-	-	-
	1.919.150	**(2.722.837)**	**-**	**1.385.868**	**-**	**582.181**	**1.015.072**
Total	**13.578.962**	**6.112.324**	**(957.777)**	**7.319.016**	**(4.171)**	**26.048.354**	**3.322.172**

(i) Empresa transferida para subsidiária BTG Pactual Holding Internacional S.A..
(ii) Nota 2.
(iii) A diferença entre o resultado de participação do Banco na controlada e o lucro líquido da controlada é referente à variação cambial.
(iv) Empresa liquidada.

14. Ativo Intangível

	Movimentação do Intangível				
	2014	Aquisições	Amortizações	Variação cambial	2015
Outros Ativos Intangíveis					
Custo					
Softwares	72.731	15.661	-	2.809	91.201
Benfeitorias em imóveis de terceiros	74.068	6.753	-	-	80.821
Amortização acumulada					
Softwares	(29.540)	-	(14.911)	(1.733)	(46.184)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(16.651)	-	(8.639)	-	(25.290)
	100.608	22.414	(23.550)	1.076	100.548

O prazo de amortização do intangível é de 5 anos.

15. Captações de recursos e obrigações por empréstimos e repasses

a. Resumo

	2015						2014
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos	Total
Depósitos	24.653.018	13.965.737	5.895.156	3.900.868	757.879	133.378	23.885.646
Captações no mercado aberto	25.429.006	20.098.523	2.134.997	1.388.569	17.715	1.789.202	37.426.632
Recursos de aceites e emissão de títulos	19.413.107	2.655.696	6.889.507	6.431.779	3.044.969	391.156	20.165.982
Obrigações por empréstimos e repasses	3.711.926	1.134.604	219.028	87.343	139.789	2.131.162	4.718.795
Dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	13.096.362	-	657.178	2.298.319	7.690.033	2.450.832	10.916.392
Total	86.303.419	37.854.560	15.795.866	14.106.878	11.650.385	6.895.730	97.113.447

b. Depósitos

	2015						2014
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos	Total
Depósitos à vista	130.554	130.554	-	-	-	-	170.686
Depósitos interfinanceiros	4.471.768	3.857.508	524.929	69.050	20.281	-	2.693.192
Depósitos à prazo (i)	20.050.696	9.977.675	5.370.227	3.831.818	737.598	133.378	21.021.768
Total	24.653.018	13.965.737	5.895.156	3.900.868	757.879	133.378	23.885.646

(i) Inclui Depósitos a Prazo com Garantia Especial no FGC ("DPGE"), com vencimento máximo em 29 de dezembro de 2017. Vide Nota 1.

Os depósitos possuem taxas de juros entre 2,33% a.a. e 19% a.a.

c. Captações no mercado aberto

As captações no mercado aberto têm lastro nos seguintes títulos:

	2015						2014
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos	Total
Carteira própria	3.305.207	2.270.422	669.736	365.049	-	-	6.436.172
Títulos públicos federais	1.606.253	1.606.253	-	-	-	-	600.976
Títulos corporativos	1.664.943	630.158	669.736	365.049	-	-	5.831.325
Títulos de governos de outros países	34.011	34.011	-	-	-	-	3.871
Carteira de terceiros	15.242.238	15.242.238	-	-	-	-	17.914.111
Títulos públicos federais	15.233.771	15.233.771	-	-	-	-	17.494.823
Títulos corporativos	8.467	8.467	-	-	-	-	389.856
Títulos de governos de outros países	-	-	-	-	-	-	29.432
Carteira livre movimentação (i)	6.881.561	2.585.863	1.465.261	1.023.520	17.715	1.789.202	13.076.349
Títulos públicos federais	6.881.561	2.585.863	1.465.261	1.023.520	17.715	1.789.202	13.076.349
	25.429.006	20.098.523	2.134.997	1.388.569	17.715	1.789.202	37.426.632

(i) Da carteira de livre movimentação, R$3.489.295 (31 de dezembro de 2014 – R$3.660.021) refere-se a posição vendida, e R$3.392.266 (31 de dezembro de 2014 – R$9.416.328) a posição financiada.

d. Recursos de aceites e emissão de títulos

	2015						2014
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos	Total
Títulos e valores mobiliários – país	13.553.611	1.377.889	5.779.238	5.291.406	782.780	322.298	13.358.794
Letras financeiras	11.945.501	903.689	5.050.064	4.890.369	779.081	322.298	10.220.598
Letras de crédito imobiliários/agronegócio	1.590.028	459.356	725.936	401.037	3.699	-	3.106.370
Certificados de operações estruturadas	18.082	14.844	3.238	-	-	-	31.826
Títulos e valores mobiliários – exterior	5.859.496	1.277.807	1.110.269	1.140.373	2.262.189	68.858	6.807.188
Medium term notes (i)	5.553.012	1.233.083	910.737	1.093.979	2.246.355	68.858	6.654.274
Fixed rate notes e outros	306.484	44.724	199.532	46.394	15.834	-	152.914
	19.413.107	2.655.696	6.889.507	6.431.779	3.044.969	391.156	20.165.982

(i) Durante o exercício, foram registrados ganhos no valor de aproximadamente R$356.083 milhões decorrentes das notas adquiridas, abaixo do valor de par.

Em 31 de dezembro de 2015, obrigações por títulos e valores mobiliários no país são basicamente indexadas a percentuais de taxa referencial de juros (CDI) entre 86% e 113% ou índices de preço (IPCA e IGPM) mais 1,2% a.a. a 7,8% a.a. (31 de dezembro de 2014 - taxa referencial de juros (CDI) entre 50% e 113% ou índices de preço (IPCA e IGPM) mais 1,2% a.a. a 7,8% a.a.).

Em 31 de dezembro de 2015, obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior possuem taxas entre 1,2% a.a. a 7% a.a. (31 de dezembro de 2014 - entre 0,75% a.a. a 7% a.a.).

e. Obrigações por empréstimos e repasses

	2015						2014
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos	Total
Empréstimos no exterior	1.204.284	1.132.204	70.458	1.622	-	-	3.060.972
Obrigações em moedas estrangeiras	160.766	90.308	70.458	-	-	-	-
Obrigações por empréstimos no exterior	1.043.518	1.041.896	-	1.622	-	-	3.060.972
Empréstimos no país	148.815	-	141.460	-	-	7.355	-
Obrigações por empréstimos no país	148.815	-	141.460	-	-	7.355	-
Obrigações por repasses no país	2.358.827	2.400	7.110	85.721	139.789	2.123.807	1.657.823
FINAME/BNDES	2.358.827	2.400	7.110	85.721	139.789	2.123.807	1.657.823
	3.711.926	1.134.604	219.028	87.343	139.789	2.131.162	4.718.795

Em 31 de dezembro de 2015, obrigações por empréstimos e repasses possuem taxas entre de 0,73% a.a. 6% a.a. (31 de dezembro de 2014 - entre 1,78% a.a. a 11,25% a.a.).

f. Dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital

	2015					2014
Nome do papel - moeda original	Valor Principal (moeda original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo contábil	Saldo contábil
Letras financeiras - R$ (i)	4.161.000	15/04/2011	15/04/2021	Inflação + taxa pré	6.084.766	5.403.116
Notas subordinadas - US$	800.000	28/09/2012	15/09/2022	5,75%	1.851.199	2.015.440
Notas subordinadas elegíveis a capital - US$ (ii)	1.300.000	12/09/2014	Perpétuo (opção de liquidação em 2019)	8,75%	5.160.397	3.497.836
Total					13.096.362	10.916.392

(i) Letras Financeiras possuem vencimentos, taxas e valor principal distintos, com amortizações semestrais a partir de 2016.
(ii) Durante o exercício, foram registrados ganhos no valor de aproximadamente R$67.108 milhões decorrentes das notas adquiridas, abaixo do valor de par.

16. Outras obrigações

a. Sociais e estatutárias

	2015	2014
Dividendos e participações a pagar	459.703	298.200
Participações de funcionários nos lucros	433.198	209.000
	892.901	507.200
Circulante	892.901	507.200
Longo prazo	-	-

b. Fiscais e previdenciárias

	2015	2014
Impostos e contribuições a recolher	61.073	28.601
Impostos e contribuições a pagar	401.111	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18)	9.598	21.902
Tributos com exigibilidade suspensa e outras contingências fiscais (Nota 17 (c))	862.472	823.093
	1.334.254	873.596
Circulante	462.183	41.972
Longo prazo	872.071	831.624

c. Diversas

	2015	2014
Obrigações por aquisição de bens e direitos (i)	1.041.364	996.731
Provisão para pagamentos a efetuar	44.650	59.792
Obrigações por operações vinculadas a cessão	104.211	196.266
Provisão de perda para fianças (Nota 10 (e))	150.256	123.123
Provisão para passivos contingentes (Nota 17 (c))	13.218	7.949
Credores diversos - Brasil	229.858	163.454
Credores diversos - exterior	53.915	-
Outras	2.656	-
	1.640.128	1.547.315
Circulante	413.456	553.190
Longo prazo	1.226.672	994.125

(i) Refere-se a valores a pagar referente a aquisição de investimentos (substancialmente Banco Pan S.A. e Banco Sistema S.A.).

17. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

A Administração do Banco avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos contra as empresas e constitui provisão, sempre que julgue necessário, para fazer face a perdas prováveis decorrentes dos referidos processos. O julgamento da administração leva em consideração a opinião de seus advogados externos e internos com relação à expectativa de êxito em cada processo.

a. Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a instituição não tem contabilizados ativos contingentes.

b. Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

i. Provisões trabalhistas

São compostas por demandas movidas por ex-funcionários principalmente com pedidos de horas extras e equiparação salarial. Os valores das contingências são provisionados de acordo com análise do valor potencial de perda, considerando o estágio atual do processo e o parecer de consultores jurídicos externos e internos.

ii. Provisões cíveis

Nas ações cíveis com potencial de perda (danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios) os valores das contingências são provisionados com base no parecer de consultores jurídicos externos e internos.

iii. Provisões fiscais e previdenciárias

As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais, municipais e estaduais e são compostas por obrigações legais e passivos contingentes. Sua constituição é baseada na opinião de consultores jurídicos externos e internos e na instância em que se encontra cada um dos processos.

c. Composição e movimentação das provisões no exercício

A Administração do Banco está questionando a constitucionalidade de alguns procedimentos fiscais relacionados aos tributos federais, bem como participa em outros processos judiciais, fiscais e cíveis. A Administração do Banco, com base na opinião dos consultores legais, considera, para os processos judiciais em andamento, que as provisões para esses riscos em 31 de dezembro de 2015 são adequadas para cobrir eventuais perdas decorrentes desses processos.

As provisões constituídas e as respectivas movimentações podem ser assim demonstradas nos exercícios findos em 31 de dezembro:

	2015				2014
	Tributária	Cível	Trabalhista	Total	Total
Saldo no início do exercício	823.093	-	7.949	831.042	758.556
Constituição	114.571	-	12.538	127.109	136.603
Baixa / reversão	(75.192)	-	(7.269)	(82.461)	(64.117)
Saldo no final do exercício	862.472	-	13.218	875.690	831.042
Tributos com exibilidade suspensa e Outras contingências fiscais (Nota 16(b))				862.472	823.093
Provisão para passivos contingentes				13.218	7.949

A natureza das principias provisões estão apresentadas a seguir.

i. Tributos com exigibilidade suspensa e outros passivos tributários (Nota 16b)

O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns impostos e contribuições. Os valores referentes a obrigações legais e contingências avaliadas pelos advogados internos e externos como perda possível, estão integralmente provisionados. Dentre referidas discussões judiciais as seguintes merecem destaque:

COFINS - Discussão da legalidade da cobrança da COFINS de acordo com as regras estabelecidas na Lei 9.718/98.

PIS - Questionamento da incidência da contribuição para o PIS instituída nas Emendas Constitucionais nº 10 de 1996 e nº 17 de 1997.

CSL - Discussão da CSL exigida das instituições financeiras no período de 1996 a 1998 por alíquotas superiores às aplicadas às pessoas jurídicas em geral, em detrimento ao princípio constitucional da isonomia.

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco figurava como parte em processos tributários com probabilidade de êxito possível, os quais não estão provisionados. Segue abaixo a descrição dos processos relevantes.

- Processos relativos ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), nos quais se discute a incidência de contribuição previdenciária sobre referidos valores e sua indedutibilidade da base de cálculo do IRPJ e CSLL. O valor envolvido é de R$852,5 milhões. Parte desse valor conta como garantia por cláusula de indenização, uma vez que se refere a período anterior à aquisição do Banco pelos atuais controladores.

- Processos relativos à desmutualização e IPO da Bovespa e BM&F, em que se discute a tributação de PIS e Cofins sobre receitas auferidas na alienação das ações das sociedades mencionadas anteriormente. O valor envolvido é de R$18,5 milhões. Esse valor conta com garantia por cláusula de indenização, uma vez que se refere a período anterior à aquisição do Banco pelos atuais controladores.

- Em outubro de 2012 o Banco recebeu um auto de infração, que em 30 de dezembro de 2015, totalizava R$2.139 milhões, alegando que a utilização da amortização de ágio pelo Banco para redução do montante do IRPJ e da CSLL a pagar era inapropriado. Tal ágio foi gerado na aquisição do Banco pelo UBS em 2006. A amortização desse ágio ocorreu de fevereiro de 2007 a janeiro de 2012, embora o auto de infração esteja relacionado apenas às declarações de IRPJ e CSLL para os anos de 2007, 2008 e 2009. O Banco apresentou defesa contra esse auto de infração. Em fevereiro de 2013, foi proferida decisão de primeira instância que reduziu parcialmente o valor do auto de infração. Em 3 de junho de 2015 foi proferida decisão de segunda instância administrativa que deu parcial provimento ao auto de infração para cancelar definitivamente a multa isolada no valor de R$329,7 milhões. Com base na jurisprudência sobre o assunto, incluindo casos semelhantes recentes, o Banco acredita que o auto de infração não possui fundamento e que o recurso apresentado pelo Banco acabará por prevalecer. Adicionalmente, em dezembro de 2015 o Banco recebeu outro auto de infração totalizando o valor de R$1.643 milhões referente aos anos de 2010 e 2011, o qual considerou indevido o aproveitamento do ágio gerado nas operacoes de aquisição do Pactual pelo UBS, realizada em 2006, bem como na recompra do Pactual pelo BTG, em 2009. O Banco não espera incorrer em qualquer perda (além das despesas do recurso) com relação a esse assunto, e não estabeleceu (e não espera estabelecer) qualquer provisão em suas demonstrações financeiras. Além da avaliação quanto à improcedência dos autos de infração, caso o Banco venha a incorrer em perdas com relação ao primeiro auto de infração, o mesmo acredita ter o direito de ser indenizado por terceiros por partes dessas perdas. Dessa forma, em nenhum caso o BTG Pactual espera incorrer em qualquer perda material relacionado a este assunto.

ii. Outros passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco figurava como parte em processos cíveis, trabalhistas e outras contingências, com probabilidade de êxito possível, os quais não estão provisionados.

18. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro com o produto da alíquota fiscal sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como se segue:

	2015	2014
Base de cálculo	1.348.546	2.079.742
Resultado antes da tributação e participações	2.806.588	2.795.501
Participações estatutárias sobre o lucro	(543.288)	(115.759)
Juros sobre capital próprio	(914.754)	(600.000)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(539.418)	(831.897)
(Inclusões) / exclusões permanentes no cálculo da tributação	3.122.061	882.787
Resultado da equivalência patrimonial de controladas em conjunto e coligadas no país	1.928.639	758.829
Ganho / (Perda) cambial sobre investimentos no exterior	763.357	145.956
Lucros disponibilizados no exterior	46.692	(58.908)
Dividendos	137.847	43.935
Outras (inclusões) / exclusões permanentes	245.526	(7.025)
(Inclusões) / exclusões temporárias no cálculo da tributação	(2.853.366)	(283.867)
Reversão da provisão para ágio na aquisição de investimentos	100.633	113.710
Resultado da avaliação a mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	(2.645.888)	(26.120)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(343.427)	(197.833)
Juros sobre capital próprio	119.280	(119.280)
Contingências fiscais e provisões para tributos com exigibilidade suspensa	13.390	(12.914)
Provisão para perdas em investimentos	-	24.974
Outras provisões	(97.354)	(66.404)
Efeito majoração de alíquota CSLL 5% (corrente)	(51.085)	-
Compensação sobre prejuízo fiscal - Brasil	(79.234)	218.880
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(401.042)	(14.097)
Referentes a diferenças temporárias		
Constituição / (reversão) do exercício	2.853.366	280.999
Constituição / (reversão) sobre prejuízos no país	79.234	236.102
Constituição / (reversão) sobre prejuízos de agência no exterior	79.682	-
Recuperação de imposto de renda de investimento no exterior	212.813	185.407
Majoração de alíquota CSLL 5% exercício anterior	536.145	-
(Despesa) / receita de ativos fiscais diferidos	3.761.240	702.508
Total de receita / (despesa)	3.360.198	688.411

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão constituídos e registrados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.059/02, levando em consideração o período de realização.

A movimentação dos ativos fiscais diferidos, apresentados na rubrica "Outros créditos – Diversos" (nota 12(b)), podem ser assim demonstrados:

Imposto de renda e contribuição social	2014	Constituição	Realização (i)	2015
Prejuízos fiscais de IR e base negativa de CSLL	221.444	-	-	221.444
Prejuízos fiscais de IR e base negativa de CSLL no exercício	-	200.049	-	200.049
Juros sobre capital próprio	119.280	-	(119.280)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	370.928	498.661	(154.804)	714.785
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	284.077	14.902.201	(12.149.000)	3.037.278
Ágio na aquisição de investimentos	196.907	-	(100.632)	96.275
Contingências fiscais e provisões para tributos com exibilidade suspensa	196.062	-	(16.381)	179.681
Outras diferenças temporárias	147.474	216.486	(136.084)	227.876
Efeito majoração de alíquota - CSLL 5%	-	391.503	-	391.503
	1.536.172	16.208.900	(12.676.181)	5.068.891
Efeitos registrados no patrimônio líquido				
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	-	14.045	-	14.045
	1.536.172	16.222.945	(12.676.181)	5.082.936

Imposto de renda e contribuição social	2013	Constituição	Realização (i)	2014
Prejuízos fiscais de IR e base negativa de CSLL	2.564	218.880	-	221.444
Juros sobre capital próprio	-	240.000	(120.720)	119.280
Provisão para perdas em investimentos (ii)	26.120	-	(26.120)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	173.095	230.458	(32.625)	370.928
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	259.105	1.768.380	(1.743.408)	284.077
Ágio na aquisição de investimentos	310.617	-	(113.710)	196.907
Contingências fiscais e provisões para tributos com exibilidade suspensa	183.148	12.914	-	196.062
Outras diferenças temporárias	64.422	142.007	(58.955)	147.474
	1.019.071	2.612.639	(2.095.538)	1.536.172

(i) Em 31 de dezembro de 2015, o valor referente a recuperação de imposto de renda pago no exterior é de R$228.521 (31 de dezembro de 2014 – R$185.407)

(ii) Refere-se a crédito tributário por provisão de perda do investimento na companhia BR Properties S.A.

Segue abaixo composição do valor presente dos créditos tributários, tendo em vista a expectativa para realização dos ativos fiscais diferidos:

Descrição	Créditos tributários sobre diferenças temporárias	Prejuízo e base negativa	Total
2016	1.561.653	95.670	1.657.323
2017	1.453.345	65.003	1.518.348
2018	1.453.345	260.195	1.713.540
A partir de 2019	179.680	-	179.680
	4.648.023	420.868	5.068.891
Valor presente	3.420.294	294.675	3.714.969

O Banco possui obrigações fiscais diferidas no montante de R$9.598 (31 de dezembro de 2014 - R$21.902), conforme Nota 16 (b).

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de setembro de 2015. Em 7 de outubro de 2015, foi publicada a Lei 13.169, que reduz a aliquota de 20% para 15% a partir de 2019.

19. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto de 2.756.103.006 de ações (31 de dezembro de 2014 – 2.714.902.212), sendo 1.404.405.002 ações ordinárias (31 de dezembro de 2014 – 1.390.671.404),535.847.600 ações preferenciais classe A (31 de dezembro de 2014 – 508.380.404) e 815.850.404 ações preferenciais classe B (31 de dezembro de 2014 – 815.850.404), todas nominativas e sem valor nominal.

Em assembleia geral extraordinária realizada em 15 de setembro de 2015, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante total de R$773.663, com a emissão de 33.634.410 ações ordinárias e 67.268.820 ações preferenciais Classe A, ambas nominativas e sem valor nominal.

As ações ordinárias terão, cada uma, direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, e participarão, em igualdade de condições com as ações preferenciais Classe A e as ações preferenciais Classe B, na distribuição dos lucros.

As ações preferenciais Classe A e B não terão direito a voto, terão prioridade no reembolso de capital sem prêmio e participarão, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição dos lucros.

As ações preferenciais Classe A terão direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição em decorrência de alienação de controle do Banco, sendo assegurado aos seus titulares o recebimento de valor por ação no mínimo igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação ordinária integrante do bloco de controle.

As ações preferenciais Classe B serão conversíveis em ações ordinárias, mediante simples pedido por escrito de seu titular ou do Banco, sem necessidade de deliberação e reunião de conselho ou acionista, desde que (i) tal conversão ocorra por ocasião da emissão de novas ações pelo Banco, dentro ou não do limite do capital autorizado (salvo se o acionista a converter seja BTG Pactual Holding S.A.) (ii) após a conversão, BTG Pactual Holding S.A. (ou sociedade que venha a lhe suceder a qualquer título, inclusive por força de incorporação, fusão, cisão ou outro tipo de reorganização societária) continue detendo, direta ou indiretamente, mais do que 50% das ações ordinárias de emissão do Banco e (iii) seja sempre observado acordo de acionistas da companhia. Essas ações serão conversíveis em ações preferenciais Classe A, a pedido de seu titular, e desde que (i) o Banco seja uma companhia aberta com suas ações listadas em bolsa de valores e (ii) seja sempre observado o acordo de acionistas da companhia.

b. Ações em tesouraria

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o Banco aprovou programa de recompra e cancelamento de ações, conforme descrito na Nota 1.

c. Reserva legal

Constituída semestralmente à alíquota de 5% do lucro líquido do exercício/semestre, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social.

d. Reserva estatutária

De acordo com o Estatuto, esta reserva tem por finalidade a manutenção de capital de giro, e seu montante está limitado ao saldo do capital social.

e. Reserva de lucros a realizar

Constituída em função do resultado não distribuído apurado na agência no exterior.

f. Distribuição de lucros

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 25 de fevereiro de 2015, o Banco aprovou a distribuição de dividendos, referente a resultados de períodos anteriores, equivalentes a R$0,04 por ação, no valor de R$106.130. O pagamento de tais dividendos, ocorreu em 10 de março de 2015.

Em 30 de junho de 2015 o Banco provisionou R$422.000 (30 de junho de 2014 – R$301.800), referente a juros sobre capital próprio, equivalentes a R$0,16 por ação (30 de junho de 2014 - R$0,11 por ação), que gerou R$168.800 (30 de junho de 2014 – R$120.720) de benefício fiscal. Tais montantes foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração em 30 de junho de 2015 (30 de junho de 2014 – 05 de agosto de 2014), e pagos em 5 de agosto de 2015.

Em 05 de agosto de 2015, o Banco aprovou a distribuição de dividendos no valor de R$47.324, equivalentes a R$0,02 por ação. Em 30 de junho de 2014 o Banco provisionou R$146.639), referente a dividendos sobre lucro do exercício, equivalentes a R$0,05 por ação. Tais montantes foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração em 05 de agosto de 2014.

Em 31 de dezembro de 2015 o Banco provisionou R$492.754 (31 de dezembro de 2014 – R$298.200), referente a juros sobre capital próprio, equivalentes a R$0,18 por ação (31 de dezembro de 2014 – R$0,11 por ação), que gerou R$197.102 (31 de dezembro de 2014 – R$119.280) de benefício fiscal. Tais montantes foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2015 (31 de dezembro de 2014 – 30 de dezembro de 2014)

20. Receitas de prestação de serviços

	2015		2014
	2º semestre	Exercício	Exercício
Taxa de administração e prêmio de performance de fundos e carteiras de investimentos	149.634	297.250	218.946
Assessoria técnica	164.014	340.118	500.487
Comissão de colocação de títulos	81.418	92.735	42.856
Rendas de garantias prestadas	144.496	258.683	165.967
Outros serviços	7.825	14.774	64.632
	547.387	1.003.560	992.888

21. Outras receitas operacionais

	2015		2014
	2º semestre	Exercício	Exercício
Recuperação de encargos e despesas	12.259	12.552	15.937
Reversão de provisão – outras	14.225	39.915	-
Ressarcimento de clientes	1.247	1.247	62
Reversão de provisões - contingências	3.437	38.027	7.963
Atualização monetária de depósitos judiciais e outros	46.370	101.734	58.022
Variação cambial	225.204	225.797	144
Ajuste ao valor de mercado de ativos mantidos para venda	560.582	560.582	-
Atualização de valores a receber por venda de bens e direitos	181.127	291.492	107.271
Outras rendas operacionais	(1.677)	12.831	16.324
	1.042.774	1.284.177	205.723

22. Outras despesas operacionais

	2015		2014
	2º semestre	Exercício	Exercício
Provisão de garantias prestadas	72.073	121.399	24.873
Despesa com correção monetária	77.834	140.569	1.383
Atualização de valores a pagar por aquisição de bens e direitos (i)	87.549	135.724	68.843
Desconto concedido em renegociações	289.139	289.139	-
Variação cambial - outros	253.844	268.122	4.349
Despesa de atualização de impostos	(32.096)	366	1.404
Outras	6.014	15.746	11.995
Total	754.357	971.065	112.847

(i) Refere-se a atualização de valores a pagar referentes a aquisição de investimentos (substancialmente Banco Pan S.A. e Banco Sistema S.A.)

23. Outras despesas administrativas

	2015		2014
	2º semestre	Exercício	Exercício
Serviços de terceiros e consultorias	119.263	173.274	120.689
Telecomunicações e processamento de dados	77.399	133.634	122.891
Locações e condomínios	26.456	51.756	53.193
Viagens e hospedagens	16.392	28.719	30.250
Despesas do sistema financeiro	24.226	40.601	32.298
Propaganda e relações públicas	8.745	17.002	25.145
Amortização e depreciação	19.773	38.999	36.043
Outros	19.648	27.326	46.202
Total	311.902	511.311	466.711

24. Despesas tributárias

	2015		2014
	2º semestre	Exercício	Exercício
Tributos com exigibilidade suspensa	45.470	87.693	70.012
ISS	50.212	71.602	28.349
PIS e Cofins - corrente e diferido	(300.296)	(322.135)	(3.330)
Outros	5.986	13.993	31.506
Total	(198.628)	(148.847)	126.537

25. Partes relacionadas

As instituições integrantes do Grupo BTG Pactual investem suas disponibilidades, primordialmente, em produtos de captação do Banco.

Os saldos das operações com partes relacionadas, as quais são efetuadas com base em taxas e condições usuais de mercado, estão refletidos nas seguintes contas:

	Grau de relação	Prazo máximo	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)	
			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo						
Aplicações no mercado aberto						
- FIM CP LS Investimento no Exterior	Controlada	14/12/2016	6.469.931	1.717.632	1.079.571	493.547
- FIM B-2 (i)	Ligada	04/01/2016	1.298.726	1.323.968	100.000	135.539
- Banco Pan S.A.	Controlada em conjunto	04/01/2016	630.001	-	27.648	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros						
- Banco Pan S.A.	Controlada em conjunto	04/01/2016	310.000	2.518.106	213.264	176.482
Títulos e valores mobiliários						
- BTG Investments LP (i)	Ligada	17/04/2018	200.362	177.301	16.806	-
- Banco Pan S.A.	Controlada em conjunto	23/04/2020	23.040	55.135	(14.985)	-
Instrumentos financeiros derivativos						
- FIM CP LS Investimento no Exterior	Controlada	01/07/2019	11.380.325	-	-	-
- BTG Pactual International Port Fund SPC - Class C	Controlada	20/07/2016	965.537	5.336.710	-	-
- BTG Pactual Commodities Absolute Return Ltd	Controlada	01/06/2018	764.257	1.382.100	-	-
- BTG Pactual Commodities S.A.	Controlada	31/05/2016	577.924	42.463	-	-
- Banco Pan S.A.	Controlada em conjunto	22/04/2020	2.025	2.204	5.457	-
- Outros	Controlas e Ligadas	Diversos	1.428.636	386.843	127.218	20.836
Operações de crédito						
- BSI UK Holding	Ligada	14/09/2025	3.663.406	-	-	-
Rendas a receber						
- Banco Sistema S.A.	Controlada	Sem Prazo	13.587	-	315.553	-
- BTG Pactual Asset Management S.A.- DTVM	Controlada	Sem Prazo	7.142	-	24.000	-
- BTG Pactual Global Asset Management Limited	Controlada	Sem Prazo	6.345	14.705	80.728	32.622
- Outros	Controlas e Ligadas	Sem Prazo	1.005	321.521	60.461	-
Negociação e intermediação de valores						
- BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Controlada	Sem Prazo	66.316	-	-	-
- BTG Pactual Commodities (Switzerland) AS	Controlada	Sem Prazo	40.855	-	-	-
- BTG Comisionista de Bolsa	Controlada	Sem Prazo	35.300	-	-	-
- BTG Pactual International Port Fund SPC - Class C	Controlada	Sem Prazo	12.191	80.296	-	-
Diversos						
- BPMB I S.A.	Controlada	Sem Prazo	40.492	-	-	-
- BTG Pactual Serviços Financeiros S.A.- DTVM	Controlada	Sem Prazo	29.540	7.131	-	-
- BTG Pactual Holding Internacional S.A.	Controlada	Sem Prazo	6.694	-	-	-
- BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda	Controlada	Sem Prazo	5.033	30.435	-	-
- BTG Pactual Asset Management S.A.- DTVM	Controlada	Sem Prazo	3.711	-	-	-
- Outros	Controlas e Ligadas	Diversos	7.223	85.938	-	-
Passivo						
Depósitos interfinanceiros						
- Banco Sistema S.A.	Controlada	04/01/2016	(2.500.000)	(1.349.447)	(451.549)	-
- BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Controlada	23/09/2016	(375.105)	(272.950)	(38.442)	(20.463)
- Outros	Controlas e Ligadas	Diversos	(121.297)	(300.975)	(26.868)	(23.366)
Depósitos à prazo						
- BTG Pactual Global Fund	Controlada	02/01/2016	(1.202.613)	(304.865)	-	-

	Grau de relação	Prazo máximo	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)	
			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
- BTG Pactual Absolute Return Master Fund I	Ligada	02/01/2016	(824.878)	-	-	-
- BTG Investments LP	Ligada	02/01/2016	(735.287)	-	(11.380)	-
- BTG Pactual International Port Fund SPC - Class C	Controlada	02/01/2016	(394.323)	(207.597)	-	-
- BTG Pactual US AM Corp.	Controlada	02/01/2016	(276.159)	(274.930)	-	-
- BTG Pactual US Capital, LLC	Controlada	02/01/2016	(266.257)	(193.696)	-	-
-BTG Pactual Commodities Holding (UK) Limited	Controlada	02/01/2016	(261.819)	(185)	-	-
- BTG Pactual Proprietary Feeder (1) Limited	Ligada	02/01/2016	(221.463)	(78.977)	-	-
- BTG Pactual Commodities Absolute Return Ltd	Controlada	02/01/2016	(163.575)	(25.644)	-	-
- BTG Pactual Europe LLP	Controlada	02/01/2016	(147.001)	(153.978)	-	-
- BTG Pactual Commodities S.A.	Controlada	02/01/2016	(117.479)	-	(15.472)	-
- BSI SA	Controlada	02/01/2016	(83.878)	-	-	-
- Outros	Controladas e Ligadas	02/01/2016	(492.398)	(253.040)	(54.790)	-
Captações no mercado aberto						
- Banco Sistema S.A.	Controlada	04/01/2016	(4.302.955)	-	(71.116)	-
- FIM CP LS Investimento no Exterior	Controlada	12/12/2016	(1.099.100)	-	(408.690)	-
- Outros	Controlas e Ligadas	Diversos	(423.314)	(530.867)	-	(1.150)
Recursos de aceites e emissão de títulos						
- BTGP Int Port Fund II Commodities	Controlada	27/11/2017	(626.527)	-	-	-
- FIM CP LS Investimento no Exterior	Controlada	27/11/2017	(596.836)	(24.777)	-	-
- Sócios e pessoal chave da administração	Sócios	Sem Prazo	-	(41.636)	-	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior						
- BTG MB Investments LP	Ligada	18/09/2019	(404.162)	(1.418.052)	(140.015)	-
- BTG Investments LP (i)	Ligada	17/04/2018	(1.930.422)	-	(37.423)	-
Instrumentos financeiros derivativos						
- FIM CP LS Investimento no Exterior	Controlada	01/07/2019	(17.546.994)	-	1.056.231	-
- BTG Pactual International Port Fund SPC - Class C	Controlada	20/07/2016	(1.397.738)	(5.379.296)	14.430	-
- BTG Pactual Commodities Absolute Return Ltd	Controlada	01/06/2018	(744.778)	(1.375.873)	-	-
- BTG Pactual Commodities (Switzerland) AS	Controlada	01/01/2016	(549.262)	(52.709)	-	-
-Outras	Controladas e Ligadas	Diversos	(1.555.851)	(715.279)	(226.337)	-
Negociação e intermediação de valores						
- Covalis Master Feeder	Controlada	Sem Prazo	(241.920)	-	-	-
-BTG Pactual Commodities Holding (UK) Limited	Controlada	Sem Prazo	(88.556)	-	-	-
-Outras	Controladas e Ligadas	Sem Prazo	(1.585)	-	-	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital						
- FIM CP LS Investimento no Exterior	Ligada	29/04/2022	(29.691)	-	-	-
Diversas						
- Banco Sistema S.A.	Controlada	Sem Prazo	(6.735)	-	-	-
- BPMB I S.A.	Controlada	Sem Prazo	(5.723)	-	-	-
- BTG Pactual US Capital, LLC	Controlada	Sem Prazo	(1.143)	-	-	-
-Outras	Controladas e Ligadas	Sem Prazo	(1.719)	(13.930)	-	-

(i) Pertence ao consolidado da BTG Pactual Participations Ltd.

A remuneração total do pessoal chave da administração para o exercício foi de R$61.012 (31 de dezembro de 2014 – R$41.080) a qual é considerada benefício de curto prazo.

26. Outras informações

a. Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Saldos no início do exercício		
Disponibilidades	590.257	791.500
Aplicações no mercado aberto	16.080.581	6.410.858
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.392.879	2.992.892
	21.063.717	10.195.250

	2015	2014
Saldos no fim do exercício		
Disponibilidades	1.797.797	590.257
Aplicações no mercado aberto	9.981.383	16.080.581
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.843.062	4.392.879
	15.622.242	21.063.717

b. Compromissos e responsabilidades

O Banco tem como principais compromissos e responsabilidades o seguinte:

	2015	2014
Coobrigações e riscos em garantias prestadas	11.869.454	11.834.916
Responsabilidades por administração de fundos e carteiras de investimentos	11.023.259	11.995.057
Depositários de valores em custódia	225.555.794	174.666.511
Negociação e intermediação de valores	1.514.796.291	1.375.531.702
Valores de crédito contratados a liberar	709.744	2.552.099
Compromissos a liberar	128.280	865.577

Na rubrica "Coobrigações e riscos em garantias prestadas", é composta, basicamente, por fianças corporativas ou ativos destinados à garantia de operações em bolsas.

Na rúbrica "Responsabilidades por administração de fundos e carteiras de investimento'' os valores estão registrados pelo somatório dos valores patrimoniais dos fundos e carteiras de investimento.

Na rubrica "Depositários de valores em custódia", estão refletidas as posições de terceiros de títulos públicos e privados, custodiados no SELIC, na CETIP S.A. e na BM&F Bovespa S.A.

Na rubrica "Negociação e intermediação de valores", estão representados os valores dos contratos de compra e venda de instrumentos financeiros derivativos, relacionados a operações de terceiros.

Na rubrica "Valores de créditos contratados a liberar", estão registrados valores a liberar referentes a operações de crédito contratadas com clientes.

Na rubrica "Compromissos a liberar", estão registrados valores a liberar referentes a compromissos do Banco com suas investidas.

27. Eventos subsequentes

Em 12 de Janeiro de 2016, o Banco anunciou que está engajado em discussões referentes à potencial alienação de sua participação acionária na Pan Seguros S.A. e na Pan Corretora S.A. Até a data da divulgação desta demonstração, o Banco não pode confirmar se (i) os potenciais interessados chegarão a um acordo em relação aos termos e condições relacionadas à transação, e (ii) se os potenciais interessados celebrarem um instrumento vinculante em relação à transação, se eventuais condições precedentes a serem acordadas pelos potenciais interessados serão efetivamente verificadas, viabilizando assim a conclusão da transação.

Em 14 de janeiro de 2016, o Banco comunicou que recebeu manifestações indicativas e não vinculantes de terceiros para aquisição do BSI S.A., e o Conselho de Administração autorizou tal negociação. Até a data da divulgação desta demonstração, o Banco não pode confirmar se os potenciais interessados chegarão a um acordo em relação aos termos e condições relacionadas à transação.

Em 28 de janeiro de 2016 o Banco anunciou uma redução em sua estrutura de custos, objetivando uma diminuição de 25% dos custos totais. Dentro deste programa, comunicou nesta mesma data o desligamento de 305 funcionários, de um total de 1.653 no Brasil.

Em continuidade ao programa de recompra e cancelamento de ações, em 15 de fevereiro de 2016, foram canceladas 19.925.230 ações ordinárias e 39.850.460 ações preferenciais emitidas pelo Banco. Ainda o Conselho de Administração aprovou a aquisição de até 19.068.708 *units,* observado o limite de 10% de ações em circulação, para a manutenção de ações em tesouraria.

Em 17 de fevereiro de 2016, a transação de venda da Recovery, descrita na Nota 2, foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Em 18 de fevereiro de 2016 o indicador de Liquidez de Curto Prazo é equivalente a 150% para o Conglomerado Prudencial.

Em 19 de fevereiro de 2016, o Banco anunciou que está em negociações exclusivas com o EFG International, em relação a potencial aquisição do BSI S.A.. Até a data da divulgação desta demonstração, o Banco não pode confirmar se as partes chegarão a um acordo em relação aos termos e condições relacionados a transação.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A. e controladas

31 de dezembro de 2015
com relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Banco BTG Pactual S.A. e controladas

Demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas 1
Balanços patrimoniais consolidados 3
Demonstrações consolidadas do resultado 4
Demonstrações consolidadas do resultado abrangente 5
Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido 6
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa 7
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas 8

Building a better working world

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
5º ao 8º Andares - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (5521) 3263-7000
ey.com.br

Relatório dos auditores independentes

Aos Acionistas e Administradores da
Banco BTG Pactual S.A. e controladas
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco BTG Pactual S.A. e controladas ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco BTG Pactual S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB.

Ênfases

i) Em 31 de dezembro de 2015, a controlada em conjunto Banco Pan S.A., possuía créditos tributários reconhecidos em seu ativo, no valor de R$ 3,1 bilhões, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários de longo prazo. Essa projeção de realização do crédito tributário foi revisada e aprovada pela administração do Banco Pan S.A. com base em estudo do cenário atual e futuro e aprovada pelo seu de Conselho de Administração em 1º de fevereiro de 2016, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção e custo de captação. A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco Pan S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

ii) Chamamos a atenção para a nota explicativa n° 1 às demonstrações financeiras consolidadas, que indica que o Banco foi atingido por uma série de notícias envolvendo seu principal acionista e então administrador. A referida nota inclui também informações relevantes que afetam as operações do Banco, o processo de investigação, e as medidas de conservação de liquidez relacionadas à distribuição de dividendos, dentre outras informações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração consolidada do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstração financeiras individuais

O Banco elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, contendo as mesmas ênfases acima mencionadas, com data de 19 de fevereiro de 2016.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP 015.199/F-6

Rodrigo De Paula
Contador CRC – 1SP 224.036/O-8

Grégory Gobetti
Contador CRC – 1PR 039.144/O-8

Banco BTG Pactual S.A. e controladas

Balanços patrimoniais consolidados
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Nota	2015	2014
Ativo			
Disponibilidades e reservas no Banco Central	6	5.054.877	2.730.920
Ativos financeiros ao valor justo no resultado			
Ativos financeiros para negociação	7	11.633.782	14.430.375
Ativos financeiros designados ao valor justo no resultado	7	9.542.553	23.513.940
Instrumentos financeiros derivativos	7	41.293.258	35.307.143
Empréstimos e recebíveis			
Aplicação no mercado aberto	10	8.010.509	9.034.456
Valores a receber de bancos	11	3.860.804	4.623.245
Outros emprestimos e recebíveis	12	16.947.576	31.949.920
Ativos financeiros disponíveis para venda	8	353.721	939.547
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	13	5.128.734	4.634.556
Ativos não circulantes mantidos para venda	17	378.352	946.514
Ativos fiscais - diferidos	21	6.269.711	1.930.452
Operações descontinuadas - ativo	17	90.082.776	-
Outros ativos	15	36.714.629	19.974.593
Investimento em coligadas e controladas em conjunto	16	6.203.639	6.413.020
Imobilizado de uso		244.119	131.987
Ativo Intangível	18	1.279.023	1.151.425
Total do ativo		**242.998.063**	**157.712.093**
Passivo			
Passivos financeiros ao valor justo no resultado			
Passivos financeiros para negociação	7	6.018.716	13.137.225
Instrumentos financeiros derivativos	7	39.294.734	33.332.167
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Captações no mercado aberto	10	14.262.022	26.144.864
Valores a pagar a bancos	11	1.475.367	769.819
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	14	56.379.346	57.502.942
Passivos fiscais	19	3.487.906	2.490.571
Operações descontinuadas - passivo	17	84.360.947	-
Outros passivos	20	17.473.248	8.839.386
Total do passivo		**222.752.286**	**142.216.974**
Patrimônio Líquido	23		
Capital social		7.235.738	6.462.076
Ações em tesouraria		(132.394)	-
Reservas de lucros		6.200.578	6.851.766
Outros resultados abrangentes		6.712.485	1.588.520
Total do Patrimônio líquido de acionistas controladores		20.016.407	14.902.362
Participação de acionistas não controladores		229.370	592.757
Total do Patrimônio líquido		**20.245.777**	**15.495.119**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**242.998.063**	**157.712.093**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco BTG Pactual S.A. e controladas

Demonstrações consolidadas do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Nota	2015	2014
Receitas com juros	25	7.801.390	6.721.169
Despesas com juros	25	(14.685.421)	(9.417.973)
Resultado líquido de juros		(6.884.031)	(2.696.804)
Resultado líquido com instrumentos financeiros	25	3.983.639	3.987.479
Variações cambiais líquidas		(115.684)	917.892
Receitas de tarifas e comissões	26	2.868.444	2.938.179
Resultado de equivalência patrimonial de coligadas e controladas em conjunto	16	(522.971)	362.558
Outras receitas operacionais	27	2.511.160	219.282
Total de receitas		1.840.557	5.728.586
Despesas administrativas	28	(1.686.448)	(1.327.122)
Despesas com pessoal	29	(2.733.703)	(1.848.401)
Provisões para perdas com crédito	12	(585.747)	(467.853)
Despesas tributárias		(200.448)	(299.196)
Lucro operacional antes da tributação		(3.365.789)	1.786.014
Imposto de renda e contribuição social	22	3.280.693	115.134
Resultado com operações descontinuada	17	661.114	-
Lucro líquido do exercício		576.018	1.901.148
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		736.814	2.117.086
Prejuízo atribuível aos acionistas não controladores		(160.796)	(215.938)
Lucro por ação – básico e diluído – Em R$	24		
Ordinárias		0,27	0,78
Preferenciais		0,27	0,78

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco BTG Pactual S.A. e controladas

Demonstrações consolidadas do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto o valor de lucro por ação)

	Nota	2015	2014
Lucro líquido do exercício		576.018	1.901.148
Outros resultados abrangentes com reclassificação para resultado:			
Variação de ajuste de avaliação patrimonial - controladas em conjunto	23	(4.170)	(4.247)
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos mantidos para venda	23	18.501	(12.854)
Variação cambial sobre investimentos no exterior e sobre itens não monetários	23	5.109.634	1.066.423
Total do resultado abrangente		5.699.983	2.950.470
Atribuível aos acionistas controladores		5.860.779	3.166.408
Atribuível aos acionistas não controladores		(160.796)	(215.938)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco BTG Pactual S.A. e controladas

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto o valor de dividendos por ação)

	Nota	Capital Social	Capital adicional integralizado	Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros Acumulados	Total de acionistas controladores	Total de acionistas não-controladores	Total
				Legal	A realizar	Estatutária	Total						
Saldos em 31 de dezembro de 2013		**6.355.334**	**106.742**	**458.188**	**1.078.592**	**3.944.539**	**5.481.319**	**539.198**	**-**	**-**	**12.482.593**	**334.083**	**12.816.676**
Variação de ajuste de avaliação patrimonial - controladas em conjunto	22	-	-	-	-	-	-	(4.247)	-	-	(4.247)	-	(4.247)
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos mantidos para venda		-	-	-	-	-	-	(12.854)	-	-	(12.854)	-	(12.854)
Variação cambial sobre investimentos no exterior e sobre itens não monetários	22	-	-	-	-	-	-	1.066.423	-	-	1.066.423	-	1.066.423
Juros sobre capital próprio intermediários (R$0,11 por ação)		-	-	-	-	-	-	-	-	(301.800)	(301.800)	-	(301.800)
Dividendos intermediários (R$0,05 por ação)		-	-	-	-	-	-	-	-	(146.639)	(146.639)	-	(146.639)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	2.117.086	2.117.086	(215.938)	1.901.148
Reservas de lucros		-	-	105.854	715.790	548.803	1.370.447	-	-	(1.370.447)	-	-	-
Juros sobre capital próprio (R$ 0,09 por ação)	22	-	-	-	-	-	-	-	-	(298.200)	(298.200)	-	(298.200)
Adição de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	474.612	474.612
Saldos em 31 de dezembro de 2014		**6.355.334**	**106.742**	**564.042**	**1.794.382**	**4.493.342**	**6.851.766**	**1.588.520**	**-**	**-**	**14.902.362**	**592.757**	**15.495.119**
Saldos em 31 de dezembro de 2014		**6.355.334**	**106.742**	**564.042**	**1.794.382**	**4.493.342**	**6.851.766**	**1.588.520**	-	**-**	**14.902.362**	**592.757**	**15.495.119**
Aumento de capital		773.662	-	-	-	-	-	-	-	-	773.662	**-**	773.662
Aquisição de ações em tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	(452.188)	-	(452.188)	**-**	(452.188)
Alienação de ações em tesouraria		-	-	-	-	(319.794)	(319.794)	-	319.794	-	-	**-**	-
Variação de ajuste de avaliação patrimonial - controladas em conjunto	23	-	-	-	-	-	-	(4.170)	-	-	(4.170)	-	(4.170)
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos disponiveis para venda		-	-	-	-	-	-	18.501	-	-	18.501	-	18.501
Variação cambial sobre investimentos no exterior e sobre itens não monetários	23	-	-	-	-	-	-	5.109.634	-	-	5.109.634	-	5.109.634
Juros sobre capital próprio intermediários (R$0,16 por ação)		-	-	-	-	-	-	-	-	(422.000)	(422.000)	-	(422.000)
Dividendos pagos sobre resultado de exercícios anteriores (R$0,04 por ação)		-	-	-	-	(106.130)	(106.130)	-	-	-	(106.130)	-	(106.130)
Dividendos intermediários (R$0,02 por ação)		-	-	-	-	(47.324)	(47.324)	-	-	-	(47.324)	-	(47.324)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	736.814	736.814	(160.796)	576.018
Reservas de lucros		-	-	343.728	3.498.426	(4.020.094)	(177.940)	-	-	177.940	-	-	-
Juros sobre capital próprio (R$0,18 por ação)	23	-	-	-	-	-	-	-	-	(492.754)	(492.754)	(202.591)	(695.345)
Adição de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		**7.128.996**	**106.742**	**907.770**	**5.292.808**	**-**	**6.200.578**	**6.712.485**	**(132.394)**	**-**	**20.016.407**	**229.370**	**20.245.777**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco BTG Pactual S.A. e controladas

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Nota	2015	2014
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		576.018	1.901.148
Ajustes ao lucro líquido		(1.484.461)	1.800.627
Resultado de participações em controladas em conjunto e coligadas	16	522.971	(362.558)
Despesa de juros com dívidas subordinadas		2.876.070	1.636.901
Participação de não controladores		160.796	215.938
Tributos diferidos		(4.986.493)	226.078
Variação cambial do permanente		(194.803)	-
Amortização de intangível		94.166	35.349
Depreciações e amortizações		42.832	48.919
Lucro líquido ajustado do exercício		(908.443)	3.701.775
Aumento/redução de ativos e passivos operacionais			
Reservas no Banco Central		-	(907.863)
Ativos financeiros para negociação		1.773.941	15.344.281
Ativos financeiros designados ao valor justo no resultado		13.971.387	(10.294.190)
Instrumentos financeiros derivativos - ativo		(5.986.115)	(14.771.800)
Ativos financeiros disponíveis para venda		585.826	(515.726)
Aplicação no mercado aberto		(10.252.992)	7.367.150
Valores a receber / (pagar) de bancos		1.993.560	1.104.852
Outros empréstimos e recebíveis		14.151.298	(14.267.964)
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		(494.178)	(280.871)
Ativos não circulantes mantidos para venda		568.162	(290.974)
Outros ativos		(23.550.004)	(4.710.340)
Passivos financeiros para negociação		(7.118.509)	(2.904.235)
Instrumentos financeiros derivativos - passivo		5.962.567	12.584.582
Captações no mercado aberto		(11.882.842)	6.244.776
Passivos fiscais		997.335	1.230.706
Outros passivos		11.866.219	3.265.677
Caixa (utilizado) / proveniente das atividades operacionais		(8.322.788)	1.899.836
Atividades de investimento			
Alienação de investimentos	16	1.678.463	198.474
Aquisição de participações societárias	16	(270.300)	(1.262.115)
Dividendos recebidos	16	299.458	89.438
Aquisição de imobilizado de uso		(151.134)	(86.804)
Alienação de imobilizado de uso		15.744	40.439
Aquisição de intangível	18	(48.850)	(93.858)
Alienação de intangível	18	-	149
Ativos e passivos de operações descontinuadas		(4.519.059)	-
Aquisição / alienação de negócios, líquido de caixa		7.806.287	(471.222)
Caixa proveniente / (utilizado) das atividades de investimento		4.810.609	(1.585.499)
Atividades de financiamento			
Passivos financeiros ao custo amortizado		(3.999.666)	11.705.726
Aquisição / alienação de ações em tesouraria		(452.188)	-
Aumento de capital		773.663	-
Participação de não controladores no patrimônio		(363.387)	474.612
Dividendos distribuídos	23	(153.454)	(278.830)
Juros sobre o capital próprio distribuídos	23	(720.200)	(548.700)
Caixa (utilizado) / proveniente das atividades de financiamento		(4.915.232)	11.352.808
(Diminuição) / aumento de caixa e equivalentes de caixa		(8.427.411)	11.667.145
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	31		
No início do período		22.422.310	10.755.165
No fim do período		13.994.899	22.422.310
(Diminuição) / aumento de caixa e equivalentes de caixa		(8.427.411)	11.667.145
Transações não monetárias		492.754	298.200
Juros sobre capital próprio deliberados		492.754	298.200
Renegociação de crédito		1.202.770	-
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de controlada em conjunto		(4.170)	(4.247)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

1. Contexto operacional

O Banco BTG Pactual S.A. (‘’Banco’’ ou “BTG Pactual”) está constituído sob a forma de banco múltiplo, atuando em conjunto com suas controladas (”Grupo”), oferecendo produtos e serviços financeiros relativos às carteiras comerciais, inclusive câmbio, de investimentos, crédito, financiamento e investimento, arrendamento mercantil, seguros e crédito imobiliário.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a intermediação de outras sociedades integrantes do Grupo BTG Pactual.

O Banco e a BTG Pactual Participations Ltd. possuem *units* listadas na NYSE Euronext em Amsterdã e na BM&F BOVESPA em São Paulo. Cada *unit* emitida corresponde a 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais classe A do Banco, e 1 ação Classe A e 2 ações Classe B da BTG Pactual Participations Ltd. Todas units listadas e negociadas em Amsterdã são integralmente conversíveis em *units* no Brasil.

Desde 25 de novembro de 2015, o Grupo foi atingido por uma série de notícias relacionadas ao Sr. André Santos Esteves, e desde então tem tomado medidas, descritas a seguir, para garantir o funcionamento em curso normal das Companhias. Embora o Grupo não faça parte de qualquer investigação ou acusação, as notícias impactaram o preço das *units* e de títulos emitidos, o que levou a Administração do Grupo a adotar uma postura conservadora para reduzir o uso do balanço patrimonial, conservar a liquidez e preservar o capital.

Controle societário

Em 29 de novembro de 2015, o Sr. André Santos Esteves renunciou a todos os seus cargos executivos no BTG Pactual; o Conselho de Administração nomeou: (i) o Sr. Persio Arida como Presidente do Conselho de Administração, (ii) o Sr. John Huw Jenkins Gwili como Vice-Presidente do Conselho de Administração e (iii) o Sr. Marcelo Kalim e o Sr. Roberto Balls Sallouti como co-CEOs. Além disso, em 02 de dezembro de 2015, uma permuta de ações foi realizada entre o Sr. André Santos Esteves e os sete principais acionistas da Companhia (*Top Seven Partners*), um grupo composto pelos Srs. Marcelo Kalim, Roberto Balls Sallouti, Persio Arida, Antonio Carlos Canto Porto Filho, James Marcos de Oliveira, Renato Monteiro dos Santos e Guilherme da Costa Paes, acionistas e membros da alta administração do BTG Pactual, resultando na alteração do controle acionário atual do Banco, que será exercido pelos *Top Seven Partners*, através de uma sociedade holding criada por eles. O Banco Central do Brasil aprovou a nova estrutura em 3 de dezembro de 2015.

Comitê Especial

Em 4 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração formou o Comitê Especial, constituído principalmente por membros independentes/não-executivos do Conselho de Administração, para supervisionar e conduzir uma investigação interna relacionada a prisão do Sr. André Santos Esteves. O Comitê Especial contratou as firmas de advocacia independentes Quinn Emanuel Urquhart & Sullivan, LLP e Veirano Advogados (em conjunto, “Conselheiros Legais”) para conduzir a investigação. O Conselho de Administração não impôs limites à autoridade do Comitê Especial e dos Conselheiros Legais para requerer total cooperação do Grupo, sua Administração e seus empregados, além de acesso total às informações requeridas no contexto da investigação.

Na data de emissão das demonstrações financeiras, a investigação encontra-se em andamento, no entanto os Conselheiros Legais estão conduzindo uma revisão extensa da documentação relacionada ao tema sob investigação, entrevistas com pessoas relevantes, e envolvendo terceiros para conduzir análises financeiras relacionadas a certas transações. O Comitê Especial e os Conselheiros Legais apresentaram indicativos que, com base nas atividades realizadas até a data, não foram identificadas evidências de que o Grupo, sua Administração ou qualquer de seus empregados se envolveram em atividades de corrupção ou fraude dentre outras violações de leis. A investigação encontra-se em andamento e tem sua conclusão estimada para abril de 2016.

Programa de Recompra

Em 25 de novembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou um programa de recompra de ações que previa a aquisição de até 10% das ações em circulação (aproximadamente 23 milhões de *units*). Em 13 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento das ações recompradas (aproximadamente 20 milhões de *units*), bem como a aprovação da continuidade do programa de recompra de ações de até aproximadamente 21 milhões de *units*.

Como consequência do programa de recompra e cancelamento de ações, durante o exercício houve recompra de aproximadamente 31.973.542 de ações ordinárias e 63.947.084 de ações preferenciais (equivalentes a R$452.188) do BTG Pactual. Em 31 de dezembro de 2015, aproximadamente 12.072.730 de ações ordinárias e 24.145.460 de ações preferenciais (equivalentes a R$132.394) encontram-se mantidas em tesouraria e 19.900.812 de ações ordinárias e 39.801.624 ações preferenciais (equivalentes a R$319.794) foram canceladas durante o exercício.

Recompra de Passivos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Grupo realizou diversas operações de recompra e liquidação antecipada de seus passivos, incluindo uma parte do saldo devedor de notas perpétuas não-cumulativas subordinadas e sênior (tier I), sem nenhum impacto sobre a base de capital.

Comunicação

De acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM"), o Banco Central do Brasil ("BACEN") e outros órgãos regulatórios, estamos fornecendo todas as informações necessárias e também divulgando informações de forma voluntária, a fim de fornecer informações precisas e transparentes para os nossos acionistas, credores e para o mercado em geral.

Gerenciamento de Liquidez e de Risco

A fim de garantir um nível adequado e conservador de liquidez, desde os eventos anteriormente mencionados foram adotadas algumas medidas:

a. Portfólio de Crédito

Foram cedidas ou liquidadas antecipadamente operações do portfólio de crédito, no valor total de aproximadamente R$10 bilhões até 31 de dezembro de 2015.

b. Fundo Garantidor de Crédito ("FGC")

No dia 4 de dezembro de 2015, foi assinado o Memorando de Entendimento com o FGC para estender uma linha de crédito ao montante de até R$6,0 bilhões, garantida por parte da carteira de crédito expandido do Banco BTG Pactual S.A. (principalmente Debêntures e Certificados de Crédito Bancários), e pessoalmente pelo seus acionistas controladores (Top Seven Partners); tais garantias representam 120% da linha de crédito. Em 31 de dezembro de 2015, o valor de R$5,0 bilhões havia sido sacado desta linha de crédito.

c. Depósitos a Prazo com Garantia Especial ("DPGE")

Este é um produto financeiro de captação em renda fixa, sem vencimento parcial ou antecipado, que oferece aos investidores garantias estendidas, em termos de valor, fornecidas pelo FGC em caso de intervenção, liquidação ou insolvência reconhecida pela parte competente da instituição financeira. Até 31 de dezembro de 2015, o BTG Pactual havia emitido aproximadamente R$1,7 bilhões em DPGE.

d. Vendas de ativos e de investimentos

Foram vendidos ativos e participações em investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, informações sobre essas transações encontram-se detalhadas na Notas 2 e 16.

Adicionalmente, e em conexão com o Fato Relevante datado de 04 de dezembro de 2015 relativo ao contrato firmado com o FGC, foram implementadas medidas adicionais visando a preservação da liquidez do Grupo, que compreendem (i) a limitação da distribuição de dividendos ao mínimo requerido no Estatuto Social (1% do lucro líquido ajustado), (ii) a postergação do pagamento dos juros sobre o capital próprio declarados aos acionistas em dezembro de 2015, (iii) a suspensão do pagamento de remuneração variável aos administradores e do aumento de sua remuneração fixa; e (iv) a suspensão de quaisquer concessões de operações de crédito aos integrantes do partnership.

A Administração do Banco entende que essas medidas foram suficientes para prover os recursos financeiros necessários para atender suas obrigações no curto e médio prazos, e fortalecer a sua liquidez corrente. O nivel de caixa, medido pelo estoque de ativos de alta qualidade (HQLA) era, em 31 de dezembro de 2015, superior àquele observado anteriormente ao dia 25 de novembro de 2015, e o indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR) é equivalente a 111% para o Conglomerado Prudencial.

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pela Administração em 29 de março de 2016, e contemplam uma visão verdadeira e apropriada da evolução e resultados do Grupo.

2. Reorganizações societárias

Reorganizações societárias

Em setembro de 2015, a ENEVA S.A. concluiu seu processo de recuperação judicial. Como consequência, uma parte das operações de crédito detida pelo Banco foi convertida em participação na companhia, bem como também foi aportado pelo Banco novos ativos na companhia. Em 31 de dezembro de 2015, o Banco possui participação equivalente a 49.7% do capital total da ENEVA.

O Banco Pan S.A. ("Banco Pan"), o Banco e a Caixa Participações S.A. ("Caixapar"), celebraram em 21 de agosto de 2014 contratos de compra e venda por meio dos quais o Banco Pan S.A. alienou (i) a totalidade da participação societária por ele detida na Pan Seguros S.A. à BTG Pactual Seguradora S.A. ("BTGP Seguradora"), uma sociedade controlada do BTG Pactual, e (ii) a totalidade da participação societária por ele detida na Pan Corretora S.A. ao Banco e à Caixapar, pelo valor total combinado de R$580.000, corrigido pela variação positiva de 100% da Taxa DI até a consumação do fechamento das operações. Nesta transação foi gerado ágio de R$ 393.668. A Caixapar, no âmbito das operações, resguardou o direito de manter, após sua consumação, a condição atual de co-controlador da Pan Seguros S.A. O Banco efetivou a operação em 29 de dezembro de 2014. Após a aquisição foi realizada a incorporação da BTGP Seguradora pela Pan Seguros S.A. Em maio de 2015, a transação referente a transferência de 49% da participação na Pan Seguros S.A. para a Caixapar foi concluída.

Em 13 de junho de 2014, o Banco Pan S.A. deliberou aumento de capital social no valor de R$3,0 bilhões, sendo (i) até R$1,5 bilhões mediante a emissão de até 443.786.982 novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, na mesma proporção das ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes, sendo até 242.566.348 ações ordinárias e até 201.220.634 ações prefenciais, ao preço de emissão de R$3,38 (três reais e trinta e oito centavos) por ação ordinária ou preferencial, para subscrição privada pelos acionistas da companhia, e (ii) até R$1,5 bilhão mediante a criação e emissão de nova classe de ações preferenciais, resgatáveis, negociadas em Mercados Organizados administrados pela BM&FBOVESPA, com prazo de 5 anos, com direito a dividendos fixos, cumulativos, anuais e prioritários, equivalentes a 104% da variação do DI sobre o valor de emissão. A emissão de ações preferenciais, resgatáveis, foi cancelada em 5 de dezembro de 2014.

O Banco e Caixapar exerceram seus direitos de exercício em conexão com o aumento de capital descrito no item (i) e efetuaram contribuição total de capital de R$651 milhões e R$576 milhões respectivamente, que gerou um deságio de R$22 milhões, mantendo a condição de acionistas co-controladores de todas ações com direito a voto e 80,7% do capital social total do Banco Pan. A criação e emissão da nova classe de ações descritas no item (ii) acima foram reconsideradas pelos acionistas.

Em 15 de abril de 2014, a SUSEP concedeu autorização para a BTG Pactual PV Holding Ltda. (cuja razão social foi alterada para BTG Pactual Vida e Previdência S.A.), operar produtos de previdência.

Em 24 de janeiro de 2014, o Banco BTG Pactual recebeu licença bancária do Ministério de Finanças de Luxemburgo, formalizando uma nova agência no exterior do Banco, bem como uma subsidiária local. Infraestrutura e processos operacionais foram implantados iniciando as atividades destas companhias em 2014.

Em 22 de abril de 2013 o Banco Central do Brasil concedeu autorização para a constituição do Banco BTG Pactual Chile, em Santiago (Chile), com capital inicial de US$50 milhões. Essa transação foi aprovada pelas autoridades chilenas em 17 de dezembro de 2014.

Aquisições e vendas

Em 30 de outubro de 2015, o Banco vendeu uma de suas comercializadoras de energia contendo contratos avaliados em R$1,8 bilhão pelo montante total de R$2 bilhões, sendo R$200 milhões recebidos na data da transação, e o restante a ser recebido ao longo de 5 anos em parcelas semestrais.

Em abril de 2015, o Banco por meio de uma de suas subsidiárias converteu debêntures, emitidas pela Rede D'Or, no valor de R$985.978, equivalentes a 21,1% do capital total, gerando um ágio de R$649.807. Em maio de 2015, a Rede D'Or recebeu um aumento de capital, que diluiu a participação do Banco para 19,4%, gerando um ganho de participação de R$269.174, líquido de amortizações do ágio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Banco vendeu toda sua participação remanescente na Rede D'Or reconhecendo um ganho no valor aproximado de R$2,7 bilhão. Adicionalmente, os contratos de venda possuem cláusulas que podem alterar o valor remanescente que o Banco tem a receber, caso a Rede D'Or não atinja determinadas condições precedentes. Em 31 de dezembro de 2015, o Banco estimou que o valor potencial de tais cláusulas não é significativo.

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco firmou um compromisso de venda de sua participação integral na Recovery do Brasil Consultoria S.A. ("Recovery") pelo valor total de R$1,2 bilhão, conforme descrito a seguir: (i) transferência de ações ordinárias, equivalentes a 81,94% do capital social da Recovery; (ii) transferência de quotas emitidas pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NPL I ("FIDC NPL I"), equivalentes a 69,34% da totalidade das quotas do fundo; e (iii) transferência de debêntures não conversíveis emitidas pela Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Renova"). Nesta mesma data, tais ativos foram classificados como "operações descontinuadas" a valor de mercado, conforme apresentado na Nota 17. A transação descrita acima, gerou um ganho no valor aproximado de R$560 milhões.

O Grupo BTG Pactual firmou uma joint venture para criação de uma empresa de resseguros operando através de entidades reguladas. Como parte da estratégia de crescimento da joint venture, em 10 de julho de 2014, o Banco assinou os documentos definitivos de aquisição de 100% das ações da Ariel Re (Holdings) Limited ("Ariel"), um grupo internacional de resseguros não-vida, com sede em Londres e Bermudas, especializado em resseguro de catástrofe para propriedades. Em 12 de janeiro de 2015, a transação de aquisição de Ariel foi aprovada pelo Banco Central do Brasil e em 3 de fevereiro liquidada. Em abril de 2015, a transação referente a transferência de 50% da participação na Ariel para a joint venture foi concluída.

Em 14 de julho de 2014, o Banco assinou contrato definitivo de compra e venda de ações do BSI, que prevê a aquisição, diretamente ou indiretamente, de 100% das ações do BSI S.A., ou BSI, uma instituição financeira Suiça, subsdiária indireta do Grupo Generali. O Banco BTG Pactual acredita que o negócio do BSI será um complemento em termos geográficos, e de cobertura de clientes, ao seu já existente portfólio, com sobreposição limitada. Em 30 de setembro de 2015, a aquisição foi concluída e o valor total agregado pago pelo Banco BTG Pactual foi de CHF1.248 milhões (R$4.935 milhões) de acordo com a taxa de conversão na data da aquisição, e corresponde a: (i) CHF1.048 milhões (R$4.162 milhões) em caixa pagos em setembro de 2015, e (ii) ações no valor de CHF200 milhões (R$773 milhões). A transação gerou um deságio de CHF27 milhões (R$109 milhões).

Adicionalmente, a Generali NV usou parte dos recursos de caixa CHF50 milhões (R$203 milhões) para financiar a aquisição de uma determinada participação da BTGP, necessária para formar as *units* do Grupo BTG Pactual. A emissão de ações foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 3 de novembro de 2015.

A tabela abaixo apresenta um resumo da transação na data da aquisição do BSI:

	Data da aquisição (em R$ mil)
Caixa e equivalentes de caixa	16.889.023
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.224.291
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	8.674.372
Operações de crédito	53.405.471
Provisão para operações de liquidação duvidosa	(734.726)
Depósitos	(75.739.691)
Captações no mercado aberto e Instrumentos financeiros derivativos	(3.992.057)
Outros ativos e passivos	(8.641.827)
Aquisições de ativos líquidos	5.084.856
Valor pago	
Caixa	4.161.728
Ações	773.663
Total pago	4.935.391
Capitalização de custos da transação	39.945
Deságio	(109.520)
Aquisição de negócios, líquido de caixa	12.687.350

Posteriormente a aquisição acima descrita, a Administração do Banco optou por classificar o BSI como uma operação descontinuada, conforme previsto no IFRS 5. Como consequência dessa opção, o Banco não concluiu o processo de alocação do custo individualmente aos ativos identificáveis e aos passivos, e passou a apresentá-lo como uma linha separada de negócios ao valor justo conforme decrito na Nota 17.

Em 19 de dezembro de 2014, foi aprovada pelo BACEN, a aquisição dos bens e direitos detidos pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ("FGC") em face do Banco Bamerindus do Brasil S.A. - em Liquidação Extrajudicial ("Instituição") e sociedades participantes de seu grupo econômico. Nesta operação o BTG Pactual pagou ao FGC o valor de R$107 milhões em dezembro de 2014, e vai pagar quatro parcelas anuais de R$87 milhões, indexadas ao CDI, ate 2018. Nesta transação foi gerado deságio de R$ 26.551. Também em 19 de dezembro de 2014 cessou-se a liquidação extrajudicial da Instituição e das suas subsidiárias, e houve a alteração na denominação social para Banco Sistema S.A. Dentre os ativos da Instituição não consta a marca Bamerindus. A presente transação assegurou ao BTG Pactual a aquisição do controle acionário da Instituição e de suas subsidiárias, e a participação societária superior a 98% (noventa e oito por cento) do seu capital social total e votante.

3. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB).

b. Julgamentos e estimativas contábeis significativas

No processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Banco, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para calcular certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A aplicação mais relevante do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorre em:

Continuidade

A Administração avaliou a habilidade do Banco e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que o Banco e suas controladas possuem recursos para dar continuidade os seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando dados do mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto, taxas de pré-pagamento e pressupostos de inadimplência de títulos com ativos como garantia.

Perdas com redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis

O Banco e suas controladas revisam seus empréstimos e recebíveis individualmente significantes a cada data de balanço para avaliar se perdas com redução ao valor recuperável devem ser registradas na demonstração do resultado. O julgamento da Administração é requerido na estimativa do valor e período do fluxo de caixa futuro na determinação das perdas com redução ao valor recuperável. Na estimativa desses fluxos de caixa, o Banco e suas controladas fazem julgamentos em relação à situação financeira do cliente e ao valor realizável líquido da garantia. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuras alterações à provisão.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda e mantidos até o vencimento

O Banco e suas controladas revisam seus instrumentos de dívida classificados como ativos financeiros disponíveis para venda e mantidos até o vencimento em cada data das demonstrações financeiras para avaliar se existe evidência de que eles não estão mensurados por seu valor recuperável. Isso exige julgamento semelhante à avaliação individual de empréstimos e recebíveis.

O Banco e suas controladas também registram a redução ao valor recuperável em ativos financeiros disponíveis para venda e mantidos até o vencimento em que houve uma baixa significativa ou prolongada no valor justo, abaixo do seu custo. A determinação de que é considerada “significativa” ou “prolongada” exige julgamento. Para alcançar esse julgamento, o Banco avalia, entre outros fatores, a variação histórica do preço dos ativos, além da duração e extensão na qual o valor justo do ativo financeiro foi menor do que o seu custo.

Ativos tributários diferidos

Ativos tributários diferidos são reconhecidos sobre perdas tributárias na medida em que é provável que lucro tributável esteja disponível no período em que as perdas poderão ser utilizadas. Um julgamento é requerido para determinar o montante de ativo tributário diferido futuro que deve ser reconhecido, com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, e em conjunto com estratégias de planejamento tributário, se houverem.

c. Pronunciamentos IFRS revisados

As políticas contábeis adotadas estão consistentes com os anos anteriores. Os seguintes pronunciamentos foram emitidos mas não são efetivos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

- **Atualizações anuais**

As "Melhorias anuais do IFRS" para o ciclo anual de melhoria 2012-14 foram emitidas em 25 de setembro de 2014 e as adoções são requeridas a partir de 1 de julho de 2016.

A Companhia não acredita que as alterações tenham um impacto significativo em suas demonstrações financeiras consolidadas exceto pela divulgação das informações adicionais.

- **IFRS 9 – Instrumentos Financeiros**

O IFRS 9 está sendo emitido em capítulos. Em novembro de 2009 e outubro de 2010, capítulos contendo novas regras de mensuração e classificação de ativos e passivos financeiros foram emitidos. Além disso, em novembro de 2013 foi emitido o capítulo que contém as regras da contabilidade de hedge.

A versão final do IFRS 9 foi emitida em 24 de julho de 2014, e contém mudanças nos capítulos anteriores relacionadas à mensuração e classificação e contabilidade de hedge. A versão final também introduziu novas regras para redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros e ao desreconhecimento.

A adopção dos capítulos contendo novas regras de mensuração e classificação terão efeito significativo sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Companhia, mas não é esperado impactos significativos sobre a classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia não adota contabilidade de hedge, portanto, não espera impactos da aplicação do capítulo referido.

A mudança é aplicável para os períodos iniciados em 1 de janeiro de 2018. A Companhia não adotou as emendas ao IFRS 9 nestas demonstrações financeiras consolidadas condensadas e não tem a intenção de adotá-lo antes da data efetiva.

- **IFRS 11 – Negócios em conjunto**

"Contabilização para aquisições em negócios em conjunto" que traz emendas ao IFRS 11, foi publicado em Maio de 2014. As emendas ao IFRS 11 requerem que o adquirente em negócios celebrados em conjunto, no qual a operação seja classificada como uma combinação de negócios: (i) aplique todos os princípios contábeis de uma combinação de negócios, conforme apresentado no IFRS 3, e (ii) divulgue toda a informação requerida pelo IFRS 3 e outros IFRSs para uma combinação de negócios.

A mudança é aplicável para os períodos iniciados em 1 de janeiro de 2016. A Companhia não adotou as emendas ao IFRS 11 nestas demonstrações financeiras consolidadas e não tem a intenção de adotá-lo antes da data efetiva.

- **IFRS10 e IAS28 – Venda ou contribuição de ativos entre investidor, operações controladas em conjunto e coligadas**

"Venda ou contribuição de ativos entre investidor, operações controladas em conjunto e coligadas" traz emendas ao IFRS10 e IAS28, para esclarecer o tratamento que deve ser atribuído à venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas operações controladas em conjunto e coligadas, conforme a seguir: (i) as emendas requerem um reconhecimento total na demonstração do resultado da investidora de ganhos ou perdas provenientes da venda ou contribuição de ativos que constituem uma combinação de negócios (conforme definido no IFRS3), (ii) requerem um reconhecimento parcial do ganho ou perda, quando o ativo não se constitui como um negócio.

Essas mudanças são aplicáveis independente da forma legal da transação, por exemplo, se a venda ou contribuição do ativo ocorreu por um investidor transferindo ações em uma subsidiaria que detém o ativo (resultando em uma perda de controle da subsidiaria), ou pela venda direta do ativo.

A mudança é aplicável para os períodos iniciados em 1 de janeiro de 2016. A Companhia não adotou as emendas ao IFRS10 e IAS28 nestas demonstrações financeiras e não tem a intenção de adotá-lo antes da data efetiva.

d. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações consolidadas do Banco compreendem as demonstrações financeiras do Banco, suas agências no exterior, empresas controladas, direta e indiretamente, no país e no exterior, bem como fundos de investimento e sociedades de propósito específico (SPE). Controle existe onde a companhia tem o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais da entidade, geralmente atribuído por deter uma maioria dos direitos de voto, e está exposto a variação de retornos do seu envolvimento com suas investidas e tem habilidade de usar seu poder para afetar esse retorno.

As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos direitos e obrigações, do Banco, empresas controladas, direta e indiretamente e fundos de investimento com aplicação relevante de empresas consolidadas, incluídos na consolidação foram aplicadas de maneira uniforme, sendo que os investimentos, os ativos, os passivos e os resultados existentes e/ou apurados entre as entidades consolidadas foram eliminados.

A tabela apresentada a seguir relaciona as principais controladas do Banco, direta e indiretamente, incluindo os fundos de investimento, consolidados nas demonstrações financeiras.

		Participação no capital total - %	
	País	2015	2014
Controladas diretas			
BTG Pactual Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Brasil	99,99	99,99
BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Brasil	99,99	99,99
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Brasil	99,99	99,99
BTG Pactual Corretora de Mercadorias Ltda.	Brasil	-	99,99
BTG Pactual Securitizadora S.A.	Brasil	99,99	99,99
BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda.	Brasil	99,90	99,90
BTG Pactual Holding International S.A.	Brasil	99,99	99,99
BTG Pactual Overseas Corporation	Cayman	100,00	100,00
BW Properties S.A.	Brasil	71,98	67,86
BTG Pactual Holding de Seguros Ltda.	Brasil	99,99	99,99
BTG Pactual S.A. Comisionista de Bolsa	Colombia	94,50	94,50
Recovery do Brasil Consultoria S.A.	Brasil	-	73,23
BTG Pactual Chile International Ltd.	Cayman	100,00	100,00
BTG Pactual TTG Participações S.A.	Brasil	100,00	100,00
Banco BTG Pactual Luxembourg S.A.	Luxemburgo	100,00	100,00
BTG Pactual Corretora de Seguros Ltda.	Brasil	100,00	100,00
Banco Sistema S.A.	Brasil	99,84	98,84

	País	Participação no capital total - %	
		2015	2014
Controladas indiretas			
BTG Pactual Gestora de Investimentos Alternativos Ltda.	Brasil	99,98	99,98
BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda.	Brasil	99,99	99,99
BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda.	Brasil	99,99	99,99
BTG Pactual Corporate Services Ltda.	Brasil	99,99	99,99
BTG Pactual Serviços Energéticos Ltda.	Brasil	100,00	100,00
BTG Pactual NY Corporation	EUA	100,00	100,00
BTG Pactual Global Asset Management Limited	Bermuda	100,00	100,00
BTG Pactual Europe LLP	Reino Unido	100,00	100,00
BTG Pactual Asset Management US, LLC	EUA	100,00	100,00
BTG Pactual US Capital, LLC	EUA	100,00	100,00
BTG Pactual Asia Limited	Hong Kong	100,00	100,00
BTG Global Asset Management (UK) Limited	Reino Unido	100,00	100,00
BTG Pactual Resseguradora S.A.	Brasil	100,00	100,00
BTG Pactual Vida e Previdência S.A.	Brasil	100,00	100,00
Banco BTG Pactual Chile S.A.	Chile	100,00	100,00
BTG Pactual Chile SPA	Chile	100,00	100,00
BTG Pactual Chile Capital S.A.	Chile	100,00	100,00
BTG Pactual Chile Capital S.A. Corredores de Bolsa	Chile	100,00	100,00
BTG Pactual Chile Capital Administradora de Fondos de Inversion de Capital Extranjero S.A	Chile	100,00	100,00
BTG Pactual Chile Capital S.A. Administradora General de Fondos	Chile	100,00	100,00
BTG Pactual Chile Inversiones Limitada	Chile	100,00	100,00
BTG Pactual Chile Servicios Financieros S.A.	Chile	100,00	100,00
BTG Pactual Chile Proyectos y Rentas S.A.	Chile	-	100,00
Inmobiliaria BTG Pactual Chile Limitada	Chile	100,00	100,00
BTG Pactual Chile Finanzas y Servicios S.A.	Chile	-	100,00
BTG Pactual Chile Servicios Empresariales Limitada	Chile	100,00	100,00
BTG Pactual Chile S.A. Administración de Activos	Chile	100,00	100,00
BTG Pactual Chile International Corp.	Chile	100,00	100,00
BTG Pactual Seguros de Vida	Chile	100,00	-
BTG Pactual Holding Delaware LLC	Delaware	100,00	100,00
BTG Pactual Peru Capital S.A. Sociedad Agente de Bolsa	Peru	100,00	100,00
BTG Pactual Peru Capital S.A. Sociedad Administradora de Fondos Inversion	Peru	100,00	100,00
BTG Pactual Perú S.A.C.	Peru	100,00	100,00
BTG Pactual Sociedad Fiduciaria (Colômbia) S.A.	Colombia	94,50	94,50
Laurel Sociedad Gestora Profissional S.A.S	Colombia	100,00	100,00
BTGP Corp SAS	Colombia	100,00	100,00
BTGP S.A.	Colombia	100,00	100,00
BTG Pactual E&P S.a.r.l.	Luxemburgo	100,00	100,00
BTG Pactual Oil & Gas S.a.r.l.	Luxemburgo	100,00	100,00
BTG Pactual Commodities Holding (UK) Limited	Reino Unido	100,00	100,00
BTG Pactual Commodities S.A.	Brasil	99,99	99,99
BTG Pactual Commodities (UK) LLP	Reino Unido	100,00	100,00
BTG Pactual Commodities (Singapore) PLC	Singapura	100,00	100,00
BTG Pactual Commodities (Switzerland) SA	Suíça	100,00	100,00
BTG Pactual Commodities Holding (US) LLC	EUA	100,00	100,00
BTG Pactual Commodities (US) LLC	EUA	100,00	100,00
BTG Pactual Commodities (Keya) Limited	Quênia	100,00	-
BTG Pactual Commodities (South Africa) (Pty) Ltd	África do Sul	100,00	100,00
BTG Pactual Commodities Argentina S.A.	Argentina	100,00	100,00
BTG Pactual Warehousing (SG) PTE	Singapura	100,00	100,00
BTG Pactual Commodities (Shanghai) Co	China	100,00	100,00
BTG Pactual Warehousing (US) LLC	EUA	100,00	100,00
BTG Pactual Warehousing (UK) Ltd	Reino Unido	100,00	100,00
BTG Pactual Commodities Trading US LLC	EUA	100,00	100,00
BTG Pactual Commodities Ukraine	Ucrânia	100,00	100,00
BTG Pactual Commodities (Italy) SRL	Itália	100,00	100,00
BTG Pactual Commodities (Costa Rica) SRL	Costa Rica	100,00	100,00
BTG Pactual Commodities (Colombia) SAS	Colombia	100,00	100,00
BTG Pactual Commodities (Russia) LLC	Russia	100,00	100,00
BTG Pactual Commodities Absolute Return Ltd.	Cayman	100,00	100,00
TTG Brasil Investimentos Florestais Ltda.	Brasil	100,00	100,00
BTG Pactual Timberland Investments Group LLC	EUA	100,00	100,00
BTG Pactual Casa de Bolsa, S.A. de C.V.	México	100,00	100,00
BSPE Participações e Empreendimentos S.A.	Brasil	99,84	98,84
Bastec Tecnologia e Serviços Ltda.	Brasil	99,84	98,84

	País	Participação no capital total - %	
		2015	2014
BTG Pactual Corretora de Resseguros Ltda.	Brasil	100,00	100,00
BTG Pactual UK Holdco Limited	Reino Unido	100,00	-
BTG Pactual Family Office S.A. de C.V. (i)	México	100,00	-
BSI S.A.	Suiça	100,00	-
BSI SA - Italian Branch (i)	Itália	100,00	-
BSI SA - Hong Kong Branch (i)	Hong Kong	100,00	-
BSI Art Collection S.A. (i)	Luxemburgo	100,00	-
BSI Art Collection (Svizzera) S.A. (i)	Suiça	100,00	-
BSI Asset Managers SAM (i)	Mônaco	100,00	-
BSI Bank (Panama) S.A.(i)	Panamá	100,00	-
BSI Bank Limited (i)	Singapura	100,00	-
BSI Europe S.A. (i)	Luxemburgo	100,00	-
BSI Fund Management S.A. (i)	Luxemburgo	100,00	-
BSI Laran S.A. (i)	Suiça	100,00	-
BSI Monaco SAM (i)	Mônaco	100,00	-
BSI Overseas (Bahamas) Ltd. (i)	Bahamas	100,00	-
BSI Trust Corporation (Malta) Ltd. (i)	Malta	100,00	-
BSI & Venture Partners S.A. (i)	Luxemburgo	100,00	-
EOS Servizi Fiduciari SpA (i)	Itália	100,00	-
Oudart S.A. (i)	França	100,00	-
Oudart Gestion S.A. (i)	França	100,00	-
Oudart Patrimoine S.A. (i)	França	100,00	-
Patrimony 1873 S.A. (i)	Suiça	100,00	-
BSI Investment Advisors (Panama) Inc. (i)	Panamá	100,00	-
BTGP-BSI Limited (i)	Reino Unido	100,00	-
BTG Pactual Holding AG (i)	Suiça	100,00	-
Fundos de investimento			
Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado LS Investimento no Exterior	Brasil	100,00	100,00
BTG Pactual International Portfolio Fund SPC - CLASS C	Cayman	100,00	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Precatórios Selecionados I	Brasil	-	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I	Brasil	-	70,75
BTG Pactual Saúde Fundo de Investimento em Participações	Brasil	-	95,67
Nala Fundo de Investimento em Participações	Brasil	100,00	100,00
BTG Pactual Global Fund LP	Cayman	100,00	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Caixa BTG Pactual Multisegmentos	Brasil	100,00	100,00
BTG Pactual Gewinnstrategie Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	Brasil	100,00	100,00
Fundo de Investimento em Participações Quartzo	Brasil	100,00	100,00
BTGP Latam Fund LLC	Cayman	100,00	100,00
BTG Pactual Oil & Gas FIQ FIP	Brasil	100,00	100,00
BTG Pactual E&P FIP	Brasil	-	100,00
BTG Pactual Mall Fundo de Investimento Imobiliário	Brasil	100,00	100,00
Fundo de Investimento Imobiliário BTG Pactual Shopping	Brasil	100,00	100,00
Propertyco FIM CP IE	Brasil	-	100,00
BTG Pactual Fundo de Investimento Imobiliário Ametista	Brasil	100,00	100,00
Warehouse Fundo de Investimento em Participação	Brasil	100,00	100,00
Caravelas Fundo de Investimento em Ações	Brasil	56,00	56,00
BTG Pactual Absolute Return III Master Fund LP	Cayman	100,00	100,00
CCF Ltd	Cayman	100,00	100,00
CCMF Ltd	Cayman	100,00	100,00
FI Imobiliario Property Invest	Brasil	100,00	-
BTG CMO FIM CP – IE	Brasil	100,00	-
BTG Pactual Real Estate Fund Ltd	Cayman	100,00	-
B-2 Fundo de Investimento Multimercado	Brasil	100,00	-
BTG Pactual Absolute Return Master Fund	Cayman	100,00	-

(i) Empresas adquiridas através da aquisição de negócios do BSI, apresentadas como Operações descontinuadas, conforme descrito na Nota 17.

e. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Banco e controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual o Banco atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional do controlador, o Banco. A taxa utilizada para a conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira é a da data de fechamento, enquanto que as contas de resultado são convertidas pelas taxas médias mensais.

As moedas financeiras das subsidiárias, cuja moeda funcional é diferente daquela adotada pelo Banco, são traduzidas para a moeda funcional do Banco utilizando os critérios do IAS 21.

Os efeitos da conversão de moeda das controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da controladora, são registrados no patrimônio líquido e apresentados na demonstração do resultado abrangente, assim como o resultado do hedge, quando aplicável.

Sazonalidade das transações

Considerando as atividades em que o Banco se envolve, a natureza de suas transações não é cíclica nem sazonal. Consequentemente, não são fornecidas divulgações sobre sazonalidade nessas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Reapresentação das demonstrações financeiras

O Banco reviu as demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa, previamente apresentada em 31 de dezembro de 2014, resultando em redução das atividades de financiamento no montante de R$1.636.901 e um aumento nas atividades operacionais no mesmo valor. Essa revisão teve como finalidade alinhar as práticas contábeis com aquelas aplicadas em 31 de dezembro de 2015. Adicionalmente, o Banco reclassificou determinados itens do balanço patrimonial para melhor apresentação no período comparativo de 31 de dezembro de 2014.

4. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis mais relevantes adotadas pelo Banco e por suas controladas diretas e indiretas são as seguintes:

a) Instrumentos financeiros

(i) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o consolidado se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado.

(ii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais os mesmos foram adquiridos e de suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos as transações, exceto nos casos quando os ativos e passivos estão avaliados ao valor justo no resultado.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo. As variações do valor justo dos derivativos são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado em "Resultado líquido com instrumentos financeiros".

Derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros, como a conversão em um instrumento conversível adquirido, são tratados como derivativos distintos e registrados ao valor justo se suas características econômicas e riscos não são relacionados com as do contrato principal, desde que o contrato principal não seja mantido para negociação ou designado ao valor justo por meio do resultado. Os derivativos embutidos separados do principal são mantidos ao valor justo na carteira com as variações do valor justo reconhecidas na demonstração consolidada do resultado.

(iv) Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

Ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. As variações no valor justo, receitas e despesas de juros, e dividendos, são reconhecidas em "Resultado líquido com instrumentos financeiros".

Estão incluídos nessa classificação: instrumentos de dívida, ações, posições vendidas e empréstimos a clientes que tenham sido adquiridos especialmente com a finalidade de negociação no curto prazo.

(v) Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são aqueles designados, como tais, no reconhecimento inicial. A designação de um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se dá somente quando os seguintes critérios são observados e a designação de cada instrumento é determinada individualmente:

- A designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos e passivos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; ou

- Os ativos e passivos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros, ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento; ou

- O instrumento financeiro possui um (ou mais) derivativo(s) embutido(s), que modifica significativamente o fluxo de caixa que seria requerido pelo contrato.

Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados no balanço patrimonial consolidado ao valor justo. Variações ao valor justo e juros auferidos ou incorridos são registradas em "Resultado líquido com instrumentos financeiros", enquanto receitas de dividendos são reconhecidas como "Outras receitas operacionais" quando o direito ao pagamento é estabelecido.

(vi) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda incluem ações, cotas e instrumentos de dívida. Ações e cotas classificadas como disponíveis para venda são aquelas que não são classificadas como mantidas para negociação ou designadas ao valor justo por meio do resultado. Instrumentos de dívida nessa categoria são aqueles a serem mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou em resposta a mudanças na condição do mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao valor justo e os ganhos ou perdas não realizados são reconhecidos diretamente como resultado abrangente no patrimônio líquido. Por ocasião da realização dos instrumentos financeiros disponíveis para a venda, os ganhos ou perdas acumulados, anteriormente reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, são transferidos para o resultado do exercício, na rubrica "Resultado líquido com instrumentos financeiros".

As perdas com redução ao valor recuperável desses instrumentos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado e baixadas, quando aplicável, da demonstração do resultado abrangente.

(vii) Lucro ou prejuízo "Dia 1"

Quando o valor da transação é diferente do valor justo de outras transações observáveis no mercado ativo com o mesmo instrumento ou baseado em uma técnica de valorização, cujas variáveis incluem apenas dados observáveis de mercado, a diferença entre o valor da transação e o valor justo (lucro ou prejuízo "Dia 1") é imediatamente reconhecida em "Resultado líquido com instrumentos financeiros". Nos casos em que o valor justo é determinado usando dados não observáveis de mercado, a diferença entre o preço da transação e o valor do modelo é reconhecida na demonstração do resultado no decorrer do prazo da operação ou quando as variáveis possam ser observáveis ou, ainda, quando o instrumento financeiro for baixado.

(viii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros mantidos até o vencimentos são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos definidos, para os quais haja a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados inicialmente ao seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis, sendo posteriormente mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juros efetiva, em contrapartida ao resultado do exercício, deduzidas de eventuais reduções no valor recuperável.

(ix) Valores a receber de bancos e empréstimos e recebíveis

Valores a receber de bancos e empréstimos e recebíveis incluem ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo, com a exceção de:

- Aqueles cuja intenção é vender imediatamente ou no curto prazo e aqueles designados inicialmente como ao valor justo por meio do resultado; ou

- Aqueles designados inicialmente como disponíveis para a venda; ou

- Aqueles cujo valor total do investimento não será substancialmente recuperado, exceto por motivo de deterioração de crédito.

Após a mensuração inicial, os montantes de valores a receber de bancos e empréstimos e recebíveis serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, líquido da provisão para perdas com redução ao valor recuperável.

(x) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos relevantes que passem a constituir parte integrante da taxa de juros efetiva.

b) Baixa de ativos e passivos financeiros

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando o direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido ou houver transferência do direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou assunção da obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro devido a um contrato de repasse e se: (i) Houver transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo; ou (ii) Não houver transferência substancial ou retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas houver transferência do controle sobre o ativo.

Quando o Banco e suas subsidiárias transferem o direito de receber o fluxo de caixa de um ativo ou tenha entrado em um contrato de repasse, e não tenha transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou também não tenha transferido o controle sobre o ativo, é reconhecido na medida do envolvimento contínuo do Banco e suas subsidiárias no ativo. Nesse caso, o Banco também reconhece um passivo relacionado. O ativo transferido e o passivo relacionado são mensurados com base a refletir os direitos e obrigações retidas pelo Banco e suas subsidiárias.

(ii) Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação a respeito do passivo é eliminada, cancelada ou vencida. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença para o valor contábil é reconhecida no resultado.

c) Aplicações e captações no mercado aberto (operações compromissadas)

Títulos vendidos com contrato de recompra e uma data futura específica não são baixados do balanço patrimonial, já que os riscos e benefícios da posse são substancialmente retidos no consolidado. O correspondente caixa recebido é reconhecido no balanço patrimonial como um ativo com a obrigação de retorno, incluindo os juros apropriados, como um passivo em "captações no mercado aberto". A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como despesa de juros e é apropriada segundo o prazo do contrato, de acordo com o método da taxa de juros efetiva. Quando a contrapartida tem o direito de vender ou de oferecer novamente os títulos como garantia, estas operações são reclassificadas no balanço patrimonial consolidado para "Ativos financeiros para negociação".

Inversamente, títulos adquiridos com acordo de revenda em uma data futura específica não são reconhecidos no balanço patrimonial. O montante pago, incluindo juros apropriados, é registrado no balanço patrimonial em aplicações no mercado aberto, refletindo a essência econômica da transação como um empréstimo do Banco e suas controladas. A diferença entre o preço de compra e revenda é registrado como receita de juros e é apropriada segundo o prazo do contrato, de acordo com o método da taxa de juros efetiva. Se os títulos adquiridos com acordo de revenda são subsequentemente vendidos para terceiros, a obrigação de retornar os títulos é registrada com uma venda a descoberto, incluída em passivos financeiros ao valor justo no resultado e mensurados ao valor justo com qualquer ganho ou perda incluída em 'Resultado líquido com instrumentos financeiros'.

d) Títulos emprestados e tomados por empréstimo

Transações de títulos emprestados e tomados por empréstimo são geralmente garantidos por outros títulos ou pelo caixa. A transferência do título para a contraparte é refletida no balanço patrimonial somente se os riscos e benefícios de posse são também transferidos. Caixa adiantado ou recebido como garantia é registrado como um ativo ou passivo, respectivamente.

Títulos tomados por empréstimos não são reconhecidos no balanço patrimonial, a menos que tenham sido vendidos para terceiros e, nesse caso, a obrigação de retornar o título é registrada como passivo financeiro de negociação com ganhos ou perdas incluídos em 'Resultado líquido com instrumentos financeiros'.

e) Determinação do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.

- Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.

- Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um input, que pudesse ter um efeito significante no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando inputs podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este input é utilizado. Caso contrário, o Banco determina um nível adequado para a entrada do input. Os instrumentos financeiros basicamente incluem participações em fundos de *private equity*, ações não listadas em bolsa oriundas das nossas atividades de *Merchant Banking*, alguns títulos de dívida (debêntures) de empresas fechadas e derivativos de energia, os quais a precificação depende de inputs não observáveis. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no reconhecimento inicial de um instrumento financeiro precificado com técnicas que incorporam dados não observáveis.

Premissas de avaliação do Nível 3

Ativo	Técnica de precificação	Principais premissas
Fundos de *private equity* (investimentos sem cotação)	Preço de investimentos recentes; modelos baseados em fluxo de caixa descontado ou ganhos, múltiplos de transações de mercado (M&A).	Crescimento de receita e mercado, expectativa de alavancagem e rentabilidade, taxas de desconto, pressupostos macro econômicos tal como inflação e taxas de câmbio, riscos e prêmios incluindo mercado, tamanho e prêmio de risco do país.
Títulos de dívida (debêntures)	Modelos padrões e comparação de preços	Probabilidade de *default*, grandes perdas e queda de rendimento, pré-pagamento e taxa de recuperação.
Derivativos de energia	Modelos baseados em sistema de dados (Decomp e (Newwave)	GDP, nível de reservas de água e previsão de chuvas.

Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo.

f) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda. O valor contábil desses ativos é reduzido com o uso de provisões e não são reconhecidas perdas esperadas em eventos futuros. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e são reconhecidas na demonstração do resultado.

(i) Ativos financeiros disponíveis para venda

Se houver evidência de perda para os ativos financeiros disponíveis para venda, considerando o valor de aquisição e o valor justo atual, tal perda será reconhecida na demonstração consolidada do resultado contra um ajuste do resultado abrangente acumulado. Entretanto, se em um exercício subsequente, ocorrer um aumento do valor justo do ativo financeiro, e esse aumento possa ser relacionado a algum evento, será revertida à perda considerada anteriormente por meio de resultado.

As principais evidências de perdas para ativos financeiros são o declínio significativo do valor justo de qualquer valor mobiliário e de forma prolongada, não cumprimento de cláusulas contratuais seja pelo atraso do valor principal ou juros, deterioro na capacidade de pagamento e da performance operacional, quebra de *covenants*, mudança significativa no mercado de atuação da contraparte, redução de liquidez do ativo devido a dificuldades financeiras do credor.

(ii) Ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado (como montantes de valores a receber de bancos, empréstimos e adiantamentos a clientes), o Banco avalia individualmente se existe evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Se há evidência objetiva de que uma perda com redução ao valor recuperável foi incorrida, o montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contabilizado do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. O valor contabilizado do ativo é reduzido através do uso de uma conta de provisão e o montante de perda é reconhecido no resultado. A receita de juros continua a ser apropriada sobre o valor contábil líquido da provisão e é calculada com base na taxa de juros utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro usado para mensurar a perda com redução ao valor recuperável.

A receita de juros é registrada como parte de 'receita de juros'. Empréstimos e as correspondentes provisões são baixados quando não há probabilidade de recuperação e toda a garantia foi realizada ou transferida para o Banco e suas subsidiárias. Se o montante estimado de perda com redução ao valor recuperável aumenta ou diminui devido a um evento que ocorreu depois que a redução ao valor recuperável foi reconhecida, o montante de perdas com redução ao valor recuperável previamente reconhecido é aumentado ou diminuído pelo ajuste na conta de provisão. Se uma baixa futura é posteriormente recuperada, o montante é creditado a 'Provisões para perdas com crédito'.

O valor presente do fluxo de caixa futuro estimado é descontado pela taxa efetiva de juros original do ativo financeiro. Se um empréstimo tem uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para mensurar qualquer perda com redução ao valor recuperável é a taxa de juros efetiva atual. O cálculo do valor presente do fluxo de caixa estimado do ativo financeiro dado como garantia reflete o fluxo de caixa que pode resultar da liquidação menos os custos de obter e vender a garantia, mesmo se a liquidação não for provável.

g) Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h) Reconhecimento de receitas e despesas

Receita é reconhecida na medida em que é provável que o benefício econômico seja transferido para o Banco e que a receita possa ser mensurada confiavelmente. Os critérios de reconhecimento específicos a seguir devem ser cumpridos antes que a receita seja reconhecida:

(i) Receitas e despesas de juros

Para todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos financeiros que arrecadam juros classificados como disponíveis para venda, as receitas ou despesas de juros são registrados segundo o método da taxa de juros efetiva, que é a taxa que exatamente desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados pela vida útil esperada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, um período mais curto, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. O cálculo leva em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro e inclui qualquer taxa ou custo incremental que são diretamente atribuíveis ao instrumento e são partes integrais da taxa efetiva, mas não das perdas futuras de crédito. O valor contábil do ativo ou passivo financeiro é ajustado se o Banco revisa suas estimativas de pagamento e recebimento. O valor contábil ajustado é calculado com base na taxa de juros original e o ajuste no valor contábil é registrado como "Outras receitas (despesas) operacionais". Porém, para um ativo financeiro reclassificado para o qual o Banco subsequentemente aumenta a sua estimativa de recebimento de caixa futuro, o efeito do aumento é reconhecido como um ajuste na taxa efetiva desde a data da alteração da estimativa.

A receita (despesa) de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

Uma vez que o valor registrado de um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros semelhantes são baixados devido à perda com redução ao valor recuperável, a receita de juros continua a ser reconhecida utilizando a taxa de juros usada para descontar o fluxo de caixa futuro usado para mensurar a perda com redução ao valor recuperável.

(ii) Receitas de tarifas e comissões

O Banco e suas controladas auferem receitas de tarifas e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes. Receitas provenientes de taxas podem ser segregadas nas seguintes categorias:

- Receitas com tarifas e comissões auferidas de serviços prestados em um determinado período:

  Tarifas e comissões auferidas com a prestação de serviços ao longo do período são apropriadas ao longo do mesmo período. Essas taxas incluem receita de comissão e gerenciamento de ativos, custódia e outras taxas de gerenciamento, assessoria e administração e performance sobre fundos de investimento.

  Receitas com taxas de compromissos de empréstimos em que o crédito provavelmente será usado - e outras taxas relacionadas ao crédito - são diferidas (junto com qualquer custo incremental) e reconhecidas como um ajuste à taxa de juros efetiva do empréstimo. Quando o uso do crédito de um compromisso de empréstimo não é provável, a receita com taxas de compromissos de empréstimos é reconhecida ao longo do prazo do compromisso utilizando o método linear.

- Receitas com taxas de serviços de transação prestados:

  Taxas decorrentes de negociações ou da participação em negociações com terceiros, como, por exemplo, contrato de aquisição de ações ou outros títulos ou a aquisição ou venda de um negócio, são reconhecidas ao término da transação que gerou a taxa. Taxas ou componentes de taxas que são provavelmente relacionadas com performance específica são reconhecidas depois de cumprir o critério específico para seu reconhecimento.

(iii) Receitas líquidas com instrumentos financeiros

Resultados que surgem de atividade de negociação incluem todos os ganhos e perdas das variações no valor justo e a receita ou despesa de juros e dividendos de ativos e passivos financeiros para negociação.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, inclui dinheiro em caixa, depósito bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

j) Ativos não correntes mantidos para venda

Os ativos não correntes mantidos para venda são mensurados ao seu menor valor entre o valor contábil ou valor justo menos custos para venda, não sofrendo depreciação. São classificados nessa categoria os ativos que estão destinados à alienação, cuja venda seja altamente provável de ocorrer em menos de um ano, e que a administração tenha comprometimento em vender tais ativos.

Ativos são reclassificados de ativos não correntes mantidos para venda devido a mudanças nos planos, quando a venda não é mais considerada provável. Como resultado da reclassificação, os ativos serão ajustados a qualquer depreciação ou reavaliação mensurado ao menor valor do seu valor de custo antes da sua classificação como mantido para venda, ou seu valor recuperável.

k) Propriedades para investimento

As propriedades para investimento mantidas pelas subsidiárias do Banco, das quais a principal atividade é o setor imobiliário são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Os ajustes a valor justo são apurados considerando o valor justo da propriedade menos os custos atribuídos a ele, e reconhecidos no resultado.

O valor justo das propriedades para investimento é determinado no mínimo anualmente, ou quando a Administração julgar relevante, e poderá utilizar avaliadores independentes capacitados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda.

l) Investimento em coligadas e controladas em conjunto

Investimentos em empresas coligadas e empresas com controle compartilhado incluem participações em empresas sobre as quais o Banco e suas controladas possuem influência significativa nas políticas operacionais e financeiras, também incluem empreendimentos controlados em conjunto, sendo reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

A participação do Banco e suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas são reconhecidas no "Resultado de equivalência patrimonial de coligadas e controladas em conjunto" e a movimentação das reservas correspondentes do Patrimônio Líquido de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida em outros resultados abrangentes.

m) Imobilizado de uso

O imobilizado é contabilizado a custo excluindo os gastos com manutenção, menos depreciação acumulada e redução ao valor recuperável. Alterações na vida útil estimada são contabilizadas como alterações no método ou no período de amortização, e apropriadamente tratadas como alterações de estimativas contábeis.

A depreciação é calculada usando o método linear para baixar o custo do imobilizado ao seu valor residual ao longo da sua vida útil estimada.

O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em 'outras receitas operacionais' na demonstração do resultado do ano em que o ativo foi alienado.

n) Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método contábil de aquisição. O método envolve reconhecer ativos (inclusive ativos intangíveis previamente não reconhecidos) e passivos (inclusive passivos contingentes e excluindo reestruturação futura) identificáveis do negócio adquirido ao valor justo. Ações emitidas e transferidas como parte de pagamento são mensuradas ao valor justo na data da emissão. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos é reconhecido como ágio. Se o custo de aquisição é menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos, o desconto na aquisição é reconhecido diretamente na demonstração do resultado no ano da aquisição.

O ágio adquirido em uma combinação de negócios é inicialmente contabilizado a custo, representando o excesso do custo da combinação de negócios sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos.
Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda com redução ao valor recuperável acumulado. O ágio é revisado por redução ao valor recuperável anualmente, ou até mais frequentemente, se eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil possa estar abaixo do valor recuperável.

o) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são contabilizados ao custo incluem ativos adquiridos e valor de software de computadores. Um ativo intangível é reconhecido somente quando seu custo possa ser mensurado confiavelmente e é provável que os benefícios econômicos futuros esperados que são a ele atribuídos serão realizados.

As despesas de amortização de ativos intangíveis com vida útil definida (de 5 a 10 anos) são reconhecidas na demonstração do resultado em despesas administrativas, de acordo com sua vida útil. Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável, as quais são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo contabilizadas na demonstração do resultado.

p) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Investimentos em coligadas e controladas em conjunto, e ativos que têm uma vida útil indefinida como os ágios não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de perda no valor recuperável. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de perda no valor recuperável anualmente, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda no valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação da perda no valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

q) Garantias financeiras prestadas

No curso ordinário dos negócios, o Banco e suas subsidiárias concedem garantias financeiras, por meio de cartas de crédito, garantias e fianças. Garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras (em 'outros passivos') pelo valor do prêmio e é amortizado pelo prazo do contrato. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o passivo é mensurado pelo maior valor entre o montante reconhecido inicialmente menos, quando apropriado, o valor da amortização acumulada reconhecida no resultado, e a melhor estimativa dos custos necessários para liquidar qualquer obrigação financeira gerada por essa garantia.

r) Ativos e passivos contingentes

Provisões são reconhecidas quando o banco tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva), como o resultado de um evento passado e é provável que um desembolso de recursos que incorpora benefícios econômicos será requerido para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável possa ser feita do montante da obrigação. A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada no resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo.

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

s) Impostos

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferida são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, do prejuízo fiscal e da base negativa acumulada, e são reconhecidos sempre que a realização desses montantes for julgada provável. Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240 e de 20% para contribuição social.

Ativos e passivos tributários diferidos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto corrente e imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado.

Ativos e passivos tributários diferidos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo tributário corrente contra o passivo tributário corrente e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

t) Dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) de ações

Dividendos e juros sobre capital próprio de ações são reconhecidos como um passivo e deduzidos do patrimônio líquido quando aprovados pelos acionistas do Banco. Dividendos em datas interinas são deduzidos do patrimônio líquido quando declarados e não estão sujeitos à decisão futura do Banco.

u) Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais, pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

v) Informações por segmento

IFRS 8 determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A administração acredita que a Companhia possui apenas um segmento que está relacionado com o conjunto de atividades do banco de investimentos e, portanto nenhuma informação por segmento é divulgada.

w) Operações Descontinuadas

De acordo com o IFRS 5, uma operação descontinuada é um componente da entidade que foi baixado ou está classificado como mantido para venda e:

(i) Representa uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações;
(ii) É parte integrante de um único plano coordenado para venda de uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações; ou
(iii) É uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único, separado das demais receitas e despesas, depois da rubrica de lucros ou prejuízos após impostos. A demonstração de resultado do exercício, o balanço patrimonial e fluxo de caixa líquido atribuíveis às operações descontinuadas são apresentados na Nota 17.

5. Gerenciamento de risco

A estrutura de comitês do Banco permite a participação de toda a organização e garante que as decisões sejam fáceis e eficazmente implementadas. Os principais comitês envolvidos em atividades de gestão de risco são: (i) Comitê de Gestão, que aprova as políticas, define limites globais e é o último responsável pela gestão dos nossos riscos, (ii) Comitê de Novos Negócios, que avalia a viabilidade e supervisiona a implementação de propostas de novos negócios e produtos, (iii) Comitê de Risco de Crédito, que é responsável pela aprovação de novas operações de crédito de acordo com a diretrizes estabelecidas pelo nosso Comitê de Risco, (iv) Comitê de Risco de Mercado, que é responsável pelo monitoramento do risco de mercado, incluindo a utilização de nossos limites de risco (VaR), e para a aprovação de exceções, (v) do Comitê de Risco Operacional, que avalia os principais riscos operacionais frente as políticas internas estabelecidas e limites regulatórios, (vi) Comitê de AML (Anti Money Laundering) *Compliance*, que é responsável por estabelecer regras de política e relatar problemas potenciais que envolvem lavagem de dinheiro, (vii) Comitê CFO, que é responsável por monitorar o risco de liquidez, incluindo a posição de caixa e o gerenciamento da estrutura de capital, (viii) Comitê de Auditoria, que é responsável pela verificação independente da adequação dos controles internos, e avaliação quanto a manutenção dos registros contábeis.

O Banco monitora e controla a exposição ao risco através de uma variedade de sistemas internos distintos, porém complementares, de crédito, financeiro, operacional, *compliance*, impostos e legal. Acreditamos que o envolvimento dos Comitês (incluindo suas subcomissões) com a gestão e o controle contínuos dos riscos promove a cultura de controle de risco rigoroso em toda a organização. As comissões do Banco são compostas de membros seniores das unidades de negócios e membros superiores dos departamentos de controle, os quais são independentes das áreas de negócio.

a. Limites operacionais

	2015	2014
Patrimônio Líquido Prudencial	19.658.799	14.678.862
Nível I	22.348.819	16.736.911
Capital Principal	17.206.110	13.239.075
Capital complementar	5.142.708	3.497.836
Nível II	3.977.264	4.545.445
Patrimônio de Referência (PR) - (a)	26.326.083	21.282.355
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	18.742.699	13.402.263
Exposicao total ponderada pelo risco – (b)	18.742.699	13.402.263
Risco de Crédito	13.766.340	7.657.999
Risco Operacional	83.440	644.830
Risco de Mercado	4.892.919	5.099.434
Índice de Basiléia - (a/b*11%)	15,5%	17,5%
Capital de Nível I	13,1%	13,7%
Capital de Nível II	2,3%	3,7%
Índice de Imobilização	69,9%	78,5%
Limite para imobilização (LI)	13.156.602	10.634.053
Situação para o limite de imobilização	9.193.675	8.352.612
Valor da margem ou insuficiência	3.962.927	2.281.441

As resoluções no. 4.192/13 e no. 4.278/13 do CMN dispõem sobre os critérios de apuração dos Requerimentos Mínimos de Patrimônio de Referência, de nível I e de Capital Principal e a Resolução 4.193/13 institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos das Circulares BACEN nos. 3.644/13, 3.652/13, 3.679/13 e 3.696/14 para risco de credito, das Circulares nos. 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639, 3.641 e 3.645, de 2013 e das Cartas-Circulares nos. 3.310/08 e 3.498/11 para risco de mercado, e das Circulares no. 3.640/13 e 3.675/13 e da Carta-Circular no. 3.625/13 para risco operacional.

O Banco optou pela abordagem do indicador básico para mensuração do Risco operacional.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, todos os limites operacionais estão devidamente atendidos.

b. Risco de mercado

Value at Risk (VaR) é uma medida da perda potencial nos instrumentos financeiros devido a movimentos adversos do mercado em um horizonte de tempo definido com um nível de confiança especificado. Junto com testes de estresse, o VaR é utilizado para medir a exposição de nossos instrumentos financeiros para o risco de mercado. Nós usamos simulação histórica com total remensuração dos instrumentos para o cálculo do VaR, preservando as distribuições reais e correlação entre os ativos, não fazendo uso de aproximações (*Greek aproximations*) e distribuições normais. Nosso VaR pode ser medido e indicado de acordo com diferentes períodos, dados históricos e níveis de confiança. A precisão da metodologia de risco de mercado é testado através de testes (*back-testing*) diários que comparam a aderência entre as estimativas de VaR e os ganhos e perdas realizados.

O VaR apresentado abaixo foi calculado para o período de um dia, nível de confiança de 95,0% e um ano de dado histórico. Nível de confiança de 95,0% significa que existe uma possibilidade de um em vinte ocorrências de que as receitas líquidas de negociação serão abaixo do VaR estimado. Dessa forma, déficits nas receitas líquidas de negociação em um único dia de negociação maior do que o VaR apresentados são esperados e previstos de ocorrer, em média, cerca de uma vez por mês. Deficiências em um único dia podem exceder o VaR apresentado por montantes significantes; e também podem ocorrer com mais frequência ou acumular ao longo de um período maior, como um número de dias consecutivos de negociação. Dada a sua dependência dos dados históricos, a precisão do VaR é limitada em sua capacidade de prever mudanças de mercado sem precedentes, como distribuições históricas nos fatores de risco de mercado não podem produzir estimativas precisas de risco de mercado futuro. Diferentes metodologias de VaR e estimativas de distribuição estatística podem produzir VaR substancialmente diferente. Além disso, o VaR calculado para um período de um dia não captura o risco de mercado das posições que não podem ser liquidadas ou compensadas com hedges no prazo de um dia. Como foi referido anteriormente, nós usamos modelos nos teste de estresse como um complemento do VaR em nossas atividades diárias de risco.

A tabela a seguir contém a média diária do VaR do Banco e suas subsidiárias para os exercícios findos em:

Em R$ milhões	**2015**	**2014**	**2013**
Média diária do VaR	125,6	73,0	52,5

c. Risco de crédito

Todas as contrapartes do Banco e suas controladas são submetidas a um rigoroso processo de análise de crédito, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento, tomando-se por base simulações do fluxo de caixa, alavancagem e cronograma da dívida, qualidade dos ativos, cobertura de juros e capital de giro. Aspectos de natureza qualitativa, tais como orientação estratégica, setor de negócios, áreas de especialização, eficiência, ambiente regulatório e participação no mercado, são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito. Os limites de crédito das contrapartes do Banco e suas controladas são estabelecidos pelo Comitê de Crédito e são revisados regularmente. A mensuração e o acompanhamento da exposição total do Banco e suas controladas ao risco de crédito, abrange todos os instrumentos financeiros capazes de gerar risco de contraparte, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas e eventuais riscos de liquidação das operações, entre outras.

As exposições máximas dos ativos financeiros segregados por região geográfica estão demonstradas a seguir:

	2015				
	Brasil	**Estados Unidos**	**Europa**	**Outros**	**Total**
Ativo					
Disponibilidades e reservas no Banco Central	1.632.239	2.123.576	955.578	343.484	5.054.877
Ativos financeiros ao valor justo no resultado					
Ativos financeiros para negociação (i)	9.467.665	597.029	251.845	1.317.243	11.633.782
Ativos financeiros designados ao valor justo no resultado	9.542.553	-	-	-	9.542.553
Instrumentos financeiros derivativos	34.321.391	725.748	5.661.784	584.335	41.293.258
Empréstimos e recebíveis					
Aplicação no mercado aberto	7.673.205	7.790	-	329.514	8.010.509
Valores a receber de bancos	312.193	3.548.611	-	-	3.860.804
Outros emprestimos e recebíveis	12.371.263	17.825	362.274	4.196.214	16.947.576
Ativos financeiros disponíveis para venda	353.721	-	-	-	353.721
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	5.128.734	-	-	-	5.128.734
Ativos não correntes mantidos para venda	378.352	-	-	-	378.352
Total	**81.181.316**	**7.020.579**	**7.231.481**	**6.770.790**	**102.204.166**

	2014				
	Brasil	**Estados Unidos**	**Europa**	**Outros**	**Total**
Ativo					
Disponibilidades e reservas no Banco Central	1.145.666	468.390	267.211	849.653	2.730.920
Ativos financeiros ao valor justo no resultado					-
Ativos financeiros para negociação (i)	8.499.697	3.612.742	490.682	1.827.254	14.430.375
Ativos financeiros designados ao valor justo no resultado	23.513.940	-	-	-	23.513.940
Instrumentos financeiros derivativos	17.559.217	17.099.893	379.183	268.850	35.307.143
Empréstimos e recebíveis					-
Aplicação no mercado aberto	6.964.535	1.794.345	-	275.576	9.034.456
Outros emprestimos e recebíveis	26.373.522	9.380	578.277	4.988.741	31.949.920
Valores a receber de bancos	2.660.845	1.962.400	-	-	4.623.245
Ativos financeiros disponíveis para venda	939.547	-	-	-	939.547
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	4.634.556	-	-	-	4.634.556
Ativos não correntes mantidos para venda	946.514	-	-	-	946.514
Total	**93.238.039**	**0** **24.947.150**	**1.715.353**	**8.210.074**	**128.110.616**

(i) Vide Nota 8(a).

A tabela a seguir demonstra as principais exposições ao risco de crédito com base nos valores contábeis e categorizados por atividade econômica da contraparte:

	2015									
	Governos	Instituições Financeiras	Serviços	Fundos de investimento	Pessoa Física	Indústria	Energia	Rural	Outros (i)	Total
Ativo										
Disponibilidades e reservas no Banco Central	1.594.810	3.460.067	-	-	-	-	-	-	-	5.054.877
Ativos financeiros ao valor justo no resultado										
Ativos financeiros para negociação	6.126.471	495.567	1.113.071	775.190	-	581.348	944.079	70.202	1.527.854	11.633.782
Ativos financeiros designados ao valor justo no resultado	9.542.553	-	-	-	-	-	-	-	-	9.542.553
Instrumentos financeiros derivativos	-	29.977.700	46.532	715.051	19.595	160.479	3.516.990	37.063	6.819.848	41.293.258
Empréstimos e recebíveis										
Aplicação no mercado aberto	2.888.419	2.186.851	-	2.597.593	-	-	-	-	337.646	8.010.509
Outros empréstimos e recebíveis	326.436	732.228	7.153.587	51.660	626.388	686.955	4.646.936	333.671	2.389.715	16.947.576
Valores a receber de bancos	-	3.860.804	-	-	-	-	-	-	-	3.860.804
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	353.721	-	-	-	-	-	353.721
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	5.128.734	-	-	-	-	-	-	-	5.128.734
Ativos não correntes mantidos para venda	-	-	378.352	-	-	-	-	-	-	378.352
Total	**20.478.689**	**45.841.951**	**8.691.542**	**4.493.215**	**645.983**	**1.428.782**	**9.108.005**	**440.936**	**11.075.063**	**102.204.166**

	2014									
	Governos	Instituições Financeiras	Serviços	Fundos de investimento	Pessoa Física	Indústria	Energia	Rural	Outros (i)	Total
Ativo										
Disponibilidades e reservas no Banco Central	1.145.666	1.585.254	-	-	-	-	-	-	-	2.730.920
Ativos financeiros ao valor justo no resultado										
Ativos financeiros para negociação	4.601.079	1.516.668	3.990.257	2.864.238	-	632.382	253.597	3.472	568.682	14.430.375
Ativos financeiros designados ao valor justo no resultado	-	23.513.940	-	-	-	-	-	-	-	23.513.940
Instrumentos financeiros derivativos	-	26.403.192	136.976	2.610.847	27.268	5.756.815	125.523	162.598	83.924	35.307.143
Empréstimos e recebíveis										
Aplicação no mercado aberto	-	1.575.321	8.628	7.444.220	-	-	-	-	6.287	9.034.456
Outros emprestimos e recebíveis	433.353	-	23.298.612	-	1.330.290	1.599.391	2.849.927	500.723	1.937.624	31.949.920
Valores a receber de bancos	-	4.623.245	-	-	-	-	-	-	-	4.623.245
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	939.547	-	-	-	-	-	939.547
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	4.634.556	-	-	-	-	-	-	-	4.634.556
Ativos não correntes mantidos para venda	-	-	321.501	-	-	-	625.013	-	-	946.514
Total	**6.180.098**	**63.852.176**	**27.755.974**	**13.858.852**	**1.357.558**	**7.988.588**	**3.854.060**	**666.793**	**2.596.517**	**128.110.616**

(i) Representa, basicamente, exposição a ações negociáveis em bolsa e quotas de fundos de investimento.

Os ativos financeiros que estão vencidos, com ou sem evento de perda, estão cobertos parcialmente ou em sua totalidade por garantias. Os valores das garantias relevantes estão descritas na Nota 12.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Banco não possui instrumentos financeiros vencidos ou com problemas de redução ao valor recuperável, cujos termos foram renegociados considerados materiais.

d. Análise de liquidez dos ativos

Em mercados voláteis ou quando a negociação de um título no mercado é prejudicada, a liquidez das posições da carteira do Banco pode ser reduzida. Nesses casos, o Banco pode não ser capaz de vender alguns ativos, o que afetaria adversamente sua capacidade de equilibrar sua carteira ou de atender a solicitações de resgate. Além disso, tais circunstâncias podem forçar o Banco a vender ativos a preços reduzidos, afetando adversamente seu desempenho. Se não houver outros participantes do mercado para vendê-los ao mesmo tempo, o Banco pode não ser capaz de vender esses ativos ou de evitar perdas referentes a eles. Se o Banco apurar perdas substanciais na negociação, a necessidade de liquidez poderia aumentar consideravelmente enquanto que o seu acesso à liquidez poderia ser prejudicado. Juntamente com uma recessão no mercado, as contrapartes do Banco poderiam incorrer em perdas, enfraquecendo suas condições financeiras e aumentando o risco de crédito do Banco as mesmas.

De acordo com sua política, o Banco monitora regularmente sua posição de liquidez. A tabela abaixo resume a expectativa de fluxos de caixa descontados para os ativos financeiros mantidos para negociação e fluxos de caixas descontados contratuais para outros ativos do balanço, para o Banco e suas controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro:

	2015		
	Abaixo de 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Ativo			
Disponibilidades e reservas no Banco Central	5.054.877	-	5.054.877
Ativos financeiros ao valor justo no resultado			
Ativos financeiros para negociação	11.633.782	-	11.633.782
Ativos financeiros designados ao valor justo no resultado	9.371.202	171.351	9.542.553
Instrumentos financeiros derivativos	35.676.689	5.616.569	41.293.258
Empréstimos e recebíveis			
Aplicação no mercado aberto	8.010.509	-	8.010.509
Outros emprestimos e recebíveis	6.202.458	10.745.118	16.947.576
Valores a receber de Bancos	3.858.611	2.193	3.860.804
Ativos financeiros disponíveis para venda	87.751	265.970	353.721
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	865.716	4.263.018	5.128.734
Ativos não correntes mantidos para venda	378.352	-	378.352
Ativos fiscais - diferidos	-	6.269.711	6.269.711
Operações descontinuadas - ativo	90.082.776	-	90.082.776
Outros ativos	29.290.224	7.424.405	36.714.629
Investimento em coligadas e controladas em conjunto	-	6.203.639	6.203.639
Imobilizado de uso	-	244.119	244.119
Ativo intangível	-	1.279.023	1.279.023
Total do Ativo	**200.512.947**	**42.485.116**	**242.998.063**

	2014		
	Abaixo de 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Ativo			
Disponibilidades e reservas no Banco Central	2.730.920	-	2.730.920
Ativos financeiros ao valor justo no resultado			
Ativos financeiros para negociação	14.430.375	-	14.430.375
Ativos financeiros designados ao valor justo no resultado	23.513.940	-	23.513.940
Instrumentos financeiros derivativos	30.054.517	5.252.626	35.307.143
Empréstimos e recebíveis			
Aplicação no mercado aberto	9.034.456	-	9.034.456
Outros emprestimos e recebíveis	11.949.693	20.000.227	31.949.920
Valores a receber de Bancos	4.610.048	13.197	4.623.245
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	939.547	939.547
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	4.634.556	4.634.556
Ativos não correntes mantidos para venda	946.514	-	946.514
Ativos fiscais - diferidos	705.072	1.225.380	1.930.452
Outros ativos	14.302.052	5.672.541	19.974.593
Investimento em coligadas e controladas em conjunto	-	6.413.020	6.413.020
Imobilizado de uso	-	131.987	131.987
Ativo intangível	-	1.151.425	1.151.425
Total do Ativo	**112.277.587**	**45.434.506**	**157.712.093**

e. Risco de liquidez

A tabela abaixo resume o fluxo de caixa contratual descontados para os passivos e para o patrimônio liquido, para o Banco e suas controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	2015		
	Abaixo de 12 meses	**Acima de 12 meses**	**Total**
Passivo			
Passivos financeiros ao valor justo no resultado			
Passivos financeiros para negociação	6.018.716	-	6.018.716
Instrumentos financeiros derivativos	34.011.943	5.282.791	39.294.734
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Valores a pagar a bancos	1.386.037	89.330	1.475.367
Captações no mercado aberto	14.231.882	30.140	14.262.022
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	26.259.676	30.119.670	56.379.346
Passivos fiscais	1.353.748	2.134.158	3.487.906
Outros passivos	3.535.239	13.938.009	17.473.248
Total do passivo	**86.797.241**	**51.594.098**	**138.391.339**

	2014		
	Abaixo de 12 meses	**Acima de 12 meses**	**Total**
Passivo			
Passivos financeiros ao valor justo no resultado			
Passivos financeiros para negociação	13.137.225	-	13.137.225
Instrumentos financeiros derivativos	28.962.947	4.369.220	33.332.167
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Valores a pagar a bancos	665.026	104.793	769.819
Captações no mercado aberto	25.158.413	986.451	26.144.864
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	30.067.026	27.435.916	57.502.942
Passivos fiscais	943.566	1.547.005	2.490.571
Outros passivos	-	8.839.386	8.839.386
Total do passivo	**98.934.203**	**43.282.771**	**142.216.974**

A tabela abaixo apresenta o fluxo de caixa não descontado para “Passivos financeiros ao custo amortizado”. Não estamos apresentando fluxo de caixa não descontado para “Passivos financeiros ao valor justo no resultado”.

	2015		
	Abaixo de 12 meses	**Acima de 12 meses**	**Total**
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Valores a pagar a bancos	1.402.514	129.477	1.531.991
Captações no mercado aberto	17.035.340	2.858.413	19.893.753
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	31.039.535	34.695.602	65.735.137

	2014		
	Abaixo de 12 meses	**Acima de 12 meses**	**Total**
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Valores a pagar a bancos	699.718	150.133	849.851
Captações no mercado aberto	25.379.324	3.285.355	28.664.679
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	23.391.053	42.211.350	65.602.403

f. Risco operacional

Alinhado às orientações do BACEN e aos conceitos do Comitê de Basiléia, o Banco definiu uma política de gerenciamento de risco operacional aplicável ao Banco e as suas controladas no Brasil e no exterior.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento do risco à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

O Banco e suas controladas têm uma forte cultura de gestão de risco operacional, que se baseia na avaliação, monitoramento, simulação e validação dos riscos e está fundamentada em consistentes controles internos. Há um constante aprimoramento dos mecanismos de gestão e controle do risco operacional, visando ao cumprimento das exigências dos órgãos reguladores, adaptação rápida a mudanças e antecipação a tendências futuras, entre as quais podemos destacar as propostas no Novo Acordo de Capital da Basiléia.

6. Disponibilidades e reservas no BACEN

A composição desta rubrica está demonstrada na tabela a seguir:

	2015	2014
Disponibilidades	3.460.067	1.585.254
Depósitos no Banco Central do Brasil	1.594.810	1.145.666
	5.054.877	**2.730.920**

7. Ativos e Passivos financeiros ao valor justo no resultado

a. Ativos financeiros para negociação

	2015		2014	
	Custo Amortizado	Mercado	Custo Amortizado	Mercado
Carteira própria	6.685.374	6.002.423	11.468.782	10.640.555
Títulos públicos federais	840.893	764.266	1.212.310	1.209.240
Títulos da dívida externa brasileira	2.083	2.083	19.682	19.682
Debêntures/Eurobonds (i)	303.496	276.046	1.580.375	553.816
Certificado de depósito bancário	19.507	19.507	104	104
Certificado de crédito bancário	-	-	37.825	37.402
Quotas de fundos de investimento				
Ações	21.355	21.355	136.961	136.961
Multimercado	408.948	226.790	1.926.714	1.917.129
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	1.734	1.734	5.796	5.796
Fundos de Investimento em Imobiliário (FII)	7.343	7.343	382.326	382.326
Fundos de Investimento em Participações (FIP)	186.542	466.493	424.326	424.233
Ações	3.356.318	2.708.854	3.612.757	3.830.057
Letras financeiras	70.202	70.202	-	-
Outros	4.110	4.023	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	193.990	176.678	989.327	989.327
Títulos emitidos por governos de outros países	524.500	522.183	126.383	125.143
Títulos privados no exterior				
Corporate bonds	733.321	723.834	182.866	183.835
Outros	11.032	11.032	831.030	825.504
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação	593.661	591.054	532.456	529.059
Títulos públicos federais	593.661	591.054	532.456	529.059
Vinculados a compromissos de recompra	2.960.010	2.964.402	1.787.015	1.780.414
Títulos públicos federais	2.676.435	2.676.769	622.949	616.024

	2015		2014	
	Custo Amortizado	Mercado	Custo Amortizado	Mercado
Títulos emitidos por governos de outros países	162.169	162.169	762.017	762.341
Debêntures / Eurobonds (i)	63.404	48.681	402.049	402.049
Títulos privados no exterior				
Corporate bonds	58.002	76.783	-	-
Vinculados à prestação de garantias	2.311.519	2.075.903	1.545.615	1.480.347
Títulos públicos federais	1.649.538	1.654.445	1.236.802	1.217.031
Quotas de fundos de investimentos				
Multimercado	171.338	171.338	-	-
Certificado de depósito bancário	8.350	8.350	-	-
Outros	1.790	1.790	135.056	135.046
Ações	480.503	239.980	158.361	112.832
Títulos emitidos por governos de outros países				
Outros	-	-	15.396	15.438
	12.550.564	11.633.782	15.333.868	14.430.375

(i) Substancialmente títulos de emissão de companhias brasileiras.

b. Passivos financeiros para negociação

	2015	2014
Posição vendida de títulos e valores mobiliários	5.900.406	12.775.647
Empréstimo de títulos		
Ações	118.310	361.578
	6.018.716	**13.137.225**

c. Ativos financeiros designados ao valor justo no resultado

Os ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado correspondem basicamente a aplicações compromissadas de curto prazo as quais são mensuradas ao valor justo, pois reduzem significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração desses ativos no reconhecimento dos ganhos e perdas.

Os valores de custo amortizado destas operações em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são de R$9.419.041 e R$23.525.941, respectivamente.

d. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco e suas controladas participam ativamente de operações de intermediação de risco envolvendo instrumentos financeiros derivativos, atendendo necessidades próprias e de seus clientes, com o intuito de reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. Certos instrumentos financeiros derivativos podem estar associados a operações com títulos e valores mobiliários ou, ainda, com direitos e obrigações.

A administração dos riscos envolvidos nestas operações é efetuada por meio de políticas rígidas de controle, estabelecimento de estratégias, determinação de limites, entre outras técnicas de monitoramento. Os limites de exposição ao risco são determinados pelo Comitê de Risco e por tipos de instrumento e concentração de contraparte, entre outros.

As operações no Brasil são negociadas, registradas ou custodiadas na BM&FBOVESPA, na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A.) e, quando realizadas no exterior, em corretoras de primeira linha. O Banco

utiliza diferentes instrumentos financeiros para hedge econômico tais como opção, a termo, futuro e de swap com ajuste periódico. A utilização desses instrumentos tem o objetivo de hedge das posições da tesouraria em mercados, visando adequar o nível de risco existente na carteira, sempre que os comitês de monitoramento de riscos julguem necessário.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Banco e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge.

A composição desta rubrica está demonstrada na tabela a seguir:

	2015		2014	
	Custo (i)	Mercado	Custo (i)	Mercado
Futuros				
Posição ativa	59.176	59.176	18.430	18.430
Posição passiva	(41.362)	(41.362)	(7.340)	(7.340)
Swaps				
Posição ativa	1.406.301	1.901.213	853.100	1.704.205
Posição passiva	(3.538.070)	(3.196.556)	(1.477.274)	(2.180.104)
Derivativos de crédito				
Posição ativa	4.167	4.167	17.401	20.671
Posição passiva	(22.819)	(22.819)	(24.912)	(29.001)
Termo de moedas - NDF				
Posição ativa	4.671.706	4.529.602	737.683	572.553
Posição passiva	(3.114.707)	(3.104.400)	(543.958)	(313.106)
Termo de moedas - DF				
Posição ativa	19.306.230	19.204.631	19.334.826	20.366.846
Posição passiva	(19.218.017)	(18.611.918)	(18.587.468)	(18.975.048)
Operação a termo				
Posição ativa	353.813	353.813	1.863.795	1.863.795
Posição passiva	(353.648)	(353.648)	(1.864.206)	(1.864.427)
Mercado de opções				
Posição comprada	2.654.301	3.473.653	995.900	1.370.664
Posição vendida	(1.480.961)	(2.171.313)	(488.835)	(650.115)
Carteira de câmbio				
Posição comprada	11.767.003	11.767.003	9.389.979	9.389.979
Posição vendida	(11.792.718)	(11.792.718)	(9.309.826)	(9.313.026)
Posição Comprada	**40.222.697**	**41.293.258**	**33.211.114**	**35.307.143**
Posição Vendida	**(39.562.302)**	**(39.294.734)**	**(32.303.819)**	**(33.332.167)**

(i) Refere-se ao valor patrimonial a receber (recebido) / a pagar (pago).

Segue abaixo composição dos valores nominais das operações. As pontas a receber e a pagar são apresentadas separadamente para os derivativos de Swap, NDF e DF no quadro abaixo:

	2015	2014
	Total	Total
Mercado futuro		
Posição comprada	64.910.392	92.904.844
Moeda	3.063.003	13.261.343
Taxa de juros	27.151.507	7.239.587
Commodities	34.018.152	19.108.318
Índices	677.730	53.295.596

	2015	2014
	Total	Total
Posição vendida	113.146.444	132.143.874
Moeda	9.330.260	4.413.078
Taxa de juros	53.157.681	35.695.532
Commodities	49.980.773	23.204.657
Índices	677.730	68.830.607
Swap		
Posição ativa	79.050.901	144.487.244
Moeda	3.418.165	6.174.223
Taxa de juros	71.284.933	120.673.644
Índices	604.938	8.632.919
Ação	123.872	324.709
Commodities	3.382.081	4.112.719
Outros	236.912	4.569.030
Posição passiva	79.050.901	144.487.244
Moeda	3.383.477	10.733.082
Taxa de juros	67.356.077	120.705.059
Índices	1.384.147	4.471.139
Ação	442.109	263.885
Commodities	4.012.950	4.103.873
Outros	2.472.141	4.210.206
Derivativos de crédito		
Posição ativa	136.668	432.164
Soberano	136.668	185.934
Corporativo	-	246.230
Posição passiva	182.868	325.916
Corporativo	182.868	325.916
Termo de moedas - NDF		
Posição ativa	69.421.066	12.006.059
Moeda	37.019.547	2.170.813
Commodities	29.886.784	-
Índices	-	9.777.632
Taxa de juros	2.514.735	57.614
Posição passiva	69.421.066	12.006.059
Moeda	38.965.831	11.488.632
Commodities	29.889.504	-
Índices	-	511.165
Taxa de juros	565.731	-
Termo de moedas - DF		
Posição ativa	62.430.911	72.714.522
Moeda	38.778.383	39.595.462
Commodities	15.172.313	33.119.060
Taxa de juros	8.480.215	-
Posição passiva	62.430.911	72.714.522
Moeda	38.778.383	39.185.365
Commodities	9.038.825	-
Taxa de Juros	14.613.703	33.529.157
Operações a Termo		
Posição ativa	354.132	991.234
Taxa de juros	289.798	-
Título Público	64.334	991.234
Posição passiva	354.132	991.234
Taxa de juros	64.334	-
Título Público	289.798	991.234
Mercado de opções		

	2015	2014
	Total	Total
Compra de opção de compra	15.202.918	22.610.124
Ação	415.893	265.137
Commodities	5.342.524	1.265.298
Índice	30.255	17.488.638
Moeda	9.343.960	3.589.551
Outros	70.286	1.500
Compra de opção de venda	17.620.753	21.940.288
Ação	395.404	227.191
Commodities	8.740.920	3.742.256
Índice	-	14.983.766
Moeda	8.480.207	2.987.075
Outros	4.222	-
Venda de opção de compra	15.830.967	7.314.179
Ação	299.972	196.514
Commodities	4.711.397	1.391.569
Índice	25.212	2.129.081
Moeda	10.724.100	3.597.015
Outros	70.286	-
Venda de opção de venda	11.846.001	36.024.628
Ação	701.270	151.285
Commodities	4.059.595	1.054.792
Índice	-	31.660.845
Moeda	7.085.136	3.157.706
Carteira de câmbio		
Posição ativa	9.389.979	9.389.979
Moeda	9.389.979	9.389.979
Posição passiva	9.086.028	9.086.028
Moeda	9.086.028	9.086.028

A margem de garantia dada em operações negociadas na BM&F Bovespa e outras bolsas de valores com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais e títulos soberanos e outros no montante de R$8.449.268 (31 de dezembro de 2014 – R$2.644.645) e ações no montante de R$254.030 (31 de dezembro de 2014 – R$112.832).

e. Reclassificação de títulos e valores mobiliários

A administração classifica os títulos e valores mobiliários de acordo com sua intenção de negociação.

Nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não foram realizadas reclassificações ou alterações nas intenções, por parte da administração.

8. Ativos financeiros disponíveis para venda

	2015		2014	
	Custo Amortizado	Mercado	Custo Amortizado	Mercado
Quotas de fundos de investimento				
Fundos de Investimento em Participações (FIP)	353.721	353.721	939.547	939.547
	353.721	353.721	939.547	939.547

9. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos financeiros são apurados conforme segue:

- Swaps – seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base em preços observados em negociações na BM&F, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de swaps de moeda, swaps de taxas de juros e swaps com base em outros fatores de risco (commodities, índices de bolsas, etc).

- Futuros e Termos – cotações em bolsas ou utilizando critérios idênticos ao acima descritos para swaps.

- Opções – os valores justos de tais instrumentos são apurados com base em modelos matemáticos (como Black & Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Todos estes dados são obtidos utilizando-se diferentes fontes (normalmente preços de *brokers* e corretoras, Bloomberg, Reuters).

- Derivativos de crédito – os valores justos de tais instrumentos são apurados com base em modelos matemáticos consagrados de mercado que são alimentados com dados de spread de crédito do emissor e curva de rentabilidade da taxa de juros. Tais dados são obtidos utilizando-se diferentes fontes (normalmente preços de mercado, Bloomberg, Reuters).

- Títulos e valores mobiliários – os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nos preços divulgados pela ANBIMA. Os valores justos dos títulos das dívidas de empresas são calculados com base nos preços do mercado secundário, no preço de ativos semelhantes e na visibilidade de mercado que as áreas comerciais da Companhia têm. As ações são calculadas com base nos preços fornecidos pela BOVESPA. As cotas de fundos são valorizadas considerando preços das cotas divulgadas pelo custodiante.

- Ativos financeiros avaliados a valor justo no resultado – estimamos os valores justos dos instrumentos financeiros efetuando o desconto dos fluxos de caixa a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco.

Apresentamos abaixo um resumo da hierarquia de precificação dos ativos e passivos a valor justo, classificados de acordo com metodologia de precificação adotada pelo Banco:

	2015			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Ativos financeiros para negociação	9.388.565	2.089.888	155.329	11.633.782
Ativos financeiros designados ao valor justo no resultado	-	9.542.553	-	9.542.553
Ativos financeiros disponível para venda	-	279.663	74.058	353.721
Instrumentos financeiros derivativos	14.790.205	22.946.199	3.556.854	41.293.258
Passivo				
Passivos financeiros para negociação	6.018.716	-	-	6.018.716
Instrumentos financeiros derivativos	15.722.615	20.780.514	2.791.605	39.294.734

	2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Ativos financeiros para negociação	7.745.703	5.656.110	1.028.562	14.430.375
Ativos financeiros designados ao valor justo no resultado	-	23.513.940	-	23.513.940
Ativos financeiros disponível para venda	-	-	939.547	939.547
Instrumentos financeiros derivativos	22.031.483	10.620.075	2.655.585	35.307.143
Passivo				

Passivos financeiros para negociação	13.137.225	-	-	13.137.225
Instrumentos financeiros derivativos	20.562.768	10.592.063	2.177.336	33.332.167

Não ocorreram reclassificações entre os níveis 1, 2 e 3 durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Segue abaixo a movimentação do nível 3, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	Instrumentos financeiros derivativos	Ativos financeiros para negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	152.517	2.367.483	423.821	2.943.821
Aquisições / vendas	596.821	(1.325.294)	-	(728.473)
Ganhos/perdas	(271.089)	(13.627)	515.726	231.010
Saldos em 31 de dezembro de 2014	478.249	1.028.562	939.547	2.446.358
Aquisições / vendas	202.149	(879.262)	87.751	(589.362)
Ganhos/perdas	84.851	6.029	(953.240)	(862.360)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	765.249	155.329	74.058	994.636

10. Aplicações e captações no mercado aberto

Os valores apresentados abaixo são basicamente operações de curto prazo, indexado a taxas referenciais de juros do mercado local ou estrangeiro.

	2015		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações com recursos próprios	5.657.591	8.017.992	2.438.154	9.579.320
Operações com recursos de terceiros	2.352.918	6.244.030	6.557.167	16.565.544
Posição vendida	-	-	39.135	-
	8.010.509	14.262.022	9.034.456	26.144.864

O valor de lastro recebido nas operações compromissadas acima, e para os ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado (Nota 7c), montavam a R$19.560.075 (31 de dezembro de 2014 - R$33.524.609), e os lastros cedidos montavam a R$25.067.958 (31 de dezembro de 2014 - R$38.485.377).

11. Valores a receber/pagar a bancos

A composição desta rubrica está demonstrada na tabela a seguir:

	2015		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Depósitos interfinanceiros	312.193	1.475.367	2.660.846	769.819
Aplicações em moedas estrangeiras - overnight	3.548.611	-	1.962.399	-
	3.860.804	1.475.367	4.623.245	769.819

12. Outros empréstimos e recebíveis

a. Composição

A composição da rubrica Outros empréstimos e recebíveis está demonstrada na tabela a seguir:

	2015		
	Saldo	Provisão	Total
Empréstimos	8.425.626	(1.251.356)	7.174.270
Debêntures	4.455.689	(181.045)	4.274.644
Notas promissórias	121.250	-	121.250
Certificado de recebíveis imobiliários	747.897	(173.816)	574.081
CRA	363.182	-	363.182
Financiamentos	1.648.571	(134.145)	1.514.426
FINAME/BNDES	2.424.105	(35.481)	2.388.624
Adiantamento de contratos de câmbio	3.489	-	3.489
Fundos de compensação de variações salariais - FCVS	326.436	-	326.436

Títulos e créditos a receber (i)	400.470	(193.296)	207.174
	18.916.715	(1.969.139)	16.947.576

	2014		
	Saldo	**Provisão**	**Total**
Empréstimos	12.692.663	(806.818)	11.885.845
Debêntures	10.520.140	(26.535)	10.493.605
Notas promissórias	2.282.620	(597)	2.282.023
Financiamentos	2.389.861	(66.064)	2.323.797
FINAME/BNDES	1.664.423	(12.507)	1.651.916
Adiantamento de contratos de câmbio	657.563	-	657.563
Fundos de compensação de variações salariais - FCVS	155.035	-	155.035
Títulos e créditos a receber (i)	1.725.012	(956.839)	768.173
Outros créditos sem característica de concessão de crédito (ii)	1.763.875	(31.912)	1.731.963
	33.851.192	(1.901.272)	31.949.920

(i) Referem-se a operações de aquisição de direitos creditórios
(ii) Refere-se a aquisição de carteiras de crédito consignado e de financiamentos de veículos através de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC. Tais foram registradas nesta rubrica, dado que: a aquisição da carteira não levou em consideração os critérios de concessão individuais de cada um dos contratos e o controle posterior é executado para a carteira como um todo e não operação por operação.

O valor de garantias recebidas nas operações de crédito em 31 de dezembro de 2015 e 2014 totalizavam R$15.345.639 e R$14.458.693, respectivamente.

b. Provisão

A movimentação da provisão durante os períodos foi a seguinte:

	2015	**2014**
Saldos iniciais	(1.901.272)	(1.280.585)
Reversão/(constituição) de provisão (i)	(516.041)	(770.951)
Variação cambial de saldo	182.753	18.053
Provisão reclassificada para contigência	113.278	-
Créditos baixados para prejuízo (ii)	152.143	132.211
Saldos finais	(1.969.139)	(1.901.272)

(i) Em 31 de dezembro de 2015, inclui R$150.256 (31 de dezembro de 2014 - R$ 236.139) referente à provisão para fianças, contabilizado em outros passivos (Nota 20).
(ii) Em 31 de dezembro de 2015, o Banco apresentou de forma líquida a provisão acima com a carteira de empréstimos e recebíveis adquiridas pelos FDICs, que correspondem substancialmente a diferença remanescente entre os direitos contratuais adquiridos e o valor pago na data de aquisição, de modo a apresentar a exposição líquida desses empréstimos e recebíveis.

c. Renegociação/recuperação de créditos baixados para prejuízo

Na carteira de crédito houve R$1.482.587 referente a renegociações no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (31 de dezembro de 2014 - R$268.794). No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 houve R$1.414 referente à recuperação de créditos baixados para prejuízo (31 de dezembro de 2014 - R$11.815).

d. Risco de crédito

Segue abaixo o risco de crédito das operações de empréstimos e recebíveis do Banco:

Nível de risco	2015	2014
Baixo	10.376.403	30.701.361
Médio	4.854.670	2.978.675
Alto	3.685.642	171.156
Total	18.916.715	33.851.192

O Banco possui sistema interno de rating de crédito que está de acordo com os requerimentos do BACEN. Baseado nestes ratings, para apresentação da nota acima, o Banco agrupou suas operações de crédito em risco baixo, médio e alto. Risco baixo inclui ratings AA e A, médio B e C e alto, de D a H.

13. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

	2015	2014
Carteira própria		
Títulos públicos federais	-	1.364.178
Vinculados à operações compromissadas		
Títulos públicos federais	4.062.419	1.712.579
Vinculados à prestação de garantias		
Títulos públicos federais	1.066.315	1.557.799
	5.128.734	4.634.556

O Banco possui capacidade financeira para manutenção de tais ativos até o vencimento. Os títulos classificados nesta categoria, se avaliados a valor justo, apresentariam em 31 de dezembro de 2015 um ajuste negativo no valor de R$183.963 (31 de dezembro de 2014 – positivo de R$1.832).

14. Outros passivos financeiros ao custo amortizado

a. Resumo

	2015	2014
Depósitos	16.447.272	18.522.477
Recursos de aceites e emissão de títulos	19.560.472	20.971.298
Obrigações por empréstimos e repasses	6.812.614	6.896.509
Obrigações vinculadas a cessão	492.317	196.266
Dívidas subordinadas	13.066.671	10.916.392
	56.379.346	57.502.942

b. Depósitos

	2015	2014
Depósitos à vista	540.049	168.293
Depósitos à prazo	15.907.223	18.354.184
	16.447.272	18.522.477

c. Recursos de aceites e emissão de títulos

	2015	2014
Títulos e valores mobiliários – país	12.958.012	13.520.758
Certificado de recebível imobiliário	-	187.528
Letras financeiras	11.349.903	10.195.821
Letras de crédito imobiliários/agronegócio	1.590.027	3.105.583
Certificados de operações estruturadas	18.082	31.826
Títulos e valores mobiliários – exterior	6.602.460	7.450.540
Medium term notes	6.295.976	7.297.626
Fixed rate notes	306.484	152.914
	19.560.472	20.971.298

Em 31 de dezembro de 2015, obrigações por títulos e valores mobiliários no país são basicamente indexadas a percentuais de taxa referencial de juros (CDI) entre 86% e 113% ou índices de preço (IPCA e IGPM) mais 1,2% a.a. a 7,8% a.a. (31 de dezembro de 2014 - taxa referencial de juros – CDI, entre 50% e 113% ou índices de preço - IPCA e IGPM - mais 1,2% a.a. a 7,8% a.a.).

Em 31 de dezembro de 2015, obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior possuem taxas entre 1,2% a.a. a 7% a.a. (31 de dezembro de 2014 - entre 0,75% a.a. a 7% a.a.).

d. Obrigações por empréstimos e repasses

	2015	2014
Empréstimos no exterior	3.599.236	4.439.446
Obrigações em moedas estrangeiras	160.767	-
Obrigações por empréstimos no exterior	3.438.469	4.439.446
Empréstimos no país	817.332	799.240
Obrigações por empréstimos no país	817.332	799.240
Obrigações por repasses no país	2.396.046	1.657.823
FINAME/BNDES	2.396.046	1.657.823
	6.812.614	6.896.509

Em 31 de dezembro de 2015, obrigações por empréstimos e repasses possuem taxas entre de 0,73% a.a e. 6% a.a. (31 de dezembro de 2014 - entre 1,78% a.a. a 11,25% a.a.).

e. Dívidas subordinadas

	2015					2014
Nome do papel - moeda	**Valor Principal (moeda original)**	**Emissão**	**Vencimento**	**Remuneração a.a.**	**Saldo contábil**	**Saldo contábil**
Letras financeiras - R$ (i)	4.161.000	15/04/2011	15/04/2021	Inflação + taxa pré	6.084.767	5.403.116
Notas subordinadas - US$	800.000	28/09/2012	15/09/2022	5,75%	1.821.507	2.015.440
Notas subordinadas elegíveis a capital - US$ (ii)	1.300.000	12/09/2014	Perpétuo (opção de liquidação em 2019)	8,75%	5.160.397	3.497.836
Total					13.066.671	10.916.392

(i) Letras financeiras possuem vencimentos, taxas e valor principal distintos, com amortizações semestrais a partir de 2016.
(ii) Durante o exercício, foram registrados ganhos no valor de aproximadamente R$67.108 milhões decorrentes das notas adquiridas, abaixo do valor de par.

15. Outros ativos

A composição desta rubrica está demonstrada na tabela a seguir:

	2015	2014
Depósitos judiciais	1.739.039	1.508.902
Imposto a compensar	1.555.598	926.938
Devedores/credores - conta liquidações pendentes (i)	8.427.517	7.029.507
Propriedades para investimento	697.256	1.420.675
Devedores diversos – país	5.236.651	1.822.499
Serviços prestados a receber	916.889	732.103
Taxa de administração e performance de fundos e carteiras de investimento	778.060	684.382
Caixas de registros e liquidação	1.157.060	1.417.845
Dividendos e bonificações	3.947	41.859
Despesas antecipadas	243.901	22.319
Outros investimentos	41.250	44.989
Negociação e intermediação de valores	2.524.984	1.275.058
Warrants	-	1.490.615
Adiantamentos a fornecedores	1.059.222	-
Estoque físico de commodities	10.198.083	188.754
Diversos	2.135.172	1.368.148
	36.714.629	19.974.593

(i) A rubrica "Devedores/credores – conta liquidação pendentes" representa, basicamente, valores pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares, relativos a operações de compra e venda de títulos e contratos de ativos financeiros realizadas na BMF&BOVESPA, e, quando no exterior, em corretoras de primeira linha, por conta própria e de terceiro; e valores a liquidar a prazo referente a venda de ativos financeiros.

16. Investimento em coligadas e controladas em conjunto

		Coligadas e controladas em conjunto					
		Patrimônio líquido		Resultado		Participação	
	Grau de relação	2015	2014	2015	2014	2015	2014
No país							
Banco Pan S.A.	Controlada em conjunto	3.643.797	3.643.506	8.052	82.515	40,35%	40,35%
Warehouse 1 Empreendimentos Imobs S.A.	Coligada	40.974	110.328	(5.621)	20.156	35,00%	35,00%
Max Casa XIX Empreendimentos Imobs S.A.	Coligada	23.848	37.733	4.125	2.888	50,00%	50,00%
ACS Omicron Empreendimentos Imobs S.A.	Coligada	9.624	17.375	1.344	1.803	44,74%	44,74%
BR Properties S.A.	Coligada	-	6.005.116	-	264.408	0,00%	0,12%
BTG Pactual Vivere Participações S.A.	Coligada	-	(16.008)	-	(19.531)	20,32%	20,32%
Pan Seguros S.A.	Controlada em conjunto	673.962	669.000	3.292	54.436	51,00%	51,00%
Pan Corretora S.A.	Controlada em conjunto	59.961	49.931	10.030	9.189	51,00%	51,00%
No exterior							
BTG Pactual Holding S.A.R.L.	Controlada em conjunto	5.257.130	4.223.990	1.030.763	316.863	80,00%	80,00%
Maybroke Holding S.A.	Controlada em conjunto	1.192.369	-	(36.348)	-	50,00%	0,00%

	Movimentação dos investimentos relevantes							
	2014	Aquisição / Aporte / (Vendas)	Dividendos pagos	Variação cambial	Resultado de Participação em 2015	Ajuste patrimonial	2015	Resultado de Participação - 2014
No país								
Banco Pan S.A.	1.315.957	-	(2.003)	-	56.401	821	1.371.176	(246.479)
Warehouse 1 Empreendimentos Imobs S.A.	38.614	(5.075)	(17.899)	-	(1.300)	-	14.340	25.243
Max Casa XIX Empreendimentos Imobs S.A.	18.866	(7.000)	(2.389)	-	2.447	-	11.924	1.549
ACS Omicron Empreendimentos Imobs S.A.	7.774	(4.251)	(1.118)	-	1.901	-	4.306	2.408
BR Properties S.A.	4.738	(4.738)	-	-	-	-	-	(683)
Vivere Soluções e Serviços S.A.	5	3.858	-	-	(3.863)	-	-	(8.937)
Pan Corretora S.A.	26.482	(30.580)	-	-	4.098	-	-	-
Pan Seguros S.A.	347.772	(347.771)	-	-	(291)	290	-	12.324
Rede D'OR São Luiz S.A. (i)	1.020.128	(1.250.185)	-	-	230.057	-	-	-
No exterior								
BTG Pactual Holding S.A.R.L.	3.632.684	-	(276.049)	1.674.529	(825.460)	-	4.205.704	577.133
Maybroke Holding S.A.	-	266.442	-	345.571	(15.824)	-	596.189	-
Outras coligadas não consolidadas BSI (ii)	-	(28.863)	-	-	28.863	-	-	-
	6.413.020	(1.408.163)	(299.458)	2.020.100	(522.971)	1.111	6.203.639	362.558

	Movimentação dos investimentos relevantes							
	2013	Aquisição / Aporte / (Vendas)	Dividendos pagos	Variação cambial	Resultado de Participação - 2014	Ajuste patrimonial	2014	Resultado de Participação - 2013
No país								
Banco Panamericano S.A.	917.453	651.073	-	-	(246.479)	(6.090)	1.315.957	(9.563)
Warehouse 1 Empreendimentos Imobs S.A.	15.121	(1.750)	-	-	25.243	-	38.614	(1.168)
Max Casa XIX Empreendimentos Imobs S.A.	11.460	5.857	-	-	1.549	-	18.866	2.652
ACS Omicron Empreendimentos Imobs S.A.	8.638	(3.272)	-	-	2.408	-	7.774	1.911
BR Properties S.A.	179.660	(171.881)	(2.358)	-	(683)	-	4.738	(332.282)
Rede D'OR São Luiz S.A. (i)	1.020.128	-	-	-	-	-	1.020.128	-
Vivere Soluções e Serviços S.A.	2.215	6.727	-	-	(8.937)	-	5	162
Pan Corretora S.A.	-	26.482	-	-	-	-	26.482	-
Pan Seguros S.A.	-	335.448	-	-	12.324	-	347.772	-
No exterior								
BTG Pactual Holding S.A.R.L.	2.478.710	663.921	(87.080)	-	577.133	-	3.632.684	515.004
	4.633.385	1.512.605	(89.438)	-	362.558	(6.090)	6.413.020	176.716

(i) Nota 2.
(ii) Nota 3.

17. Ativos não circulantes mantidos para venda e Operações descontinuadas

De acordo com as práticas contábeis mencionadas nas Notas 4j e 4w, Pan Seguros S.A. e Pan Corretora S.A. atenderam os requisitos para contabilização como ativos não circulantes mantidos para venda e o BSI e a Recovery atenderam aos requisitos para contabilização como operação descontinuada, respectivamente.

a. Operações Descontinuadas

Os resultados das operações descontinuadas, bem como o balanço patrimonial e o fluxo de caixa, referentes a 31 de dezembro de 2015 seguem apresentados nos quadros abaixo. Adicionalmente, os mesmos foram apresentados em rubricas específicas (separados por ativos e passivos), no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado do exercício.

(i) BSI

Os valores da tabela abaixo diferem das demonstrações contábeis consolidadas da BSI, preparadas de acordo com o IFRS, em função dos critérios de mensuração, entre eles os decorrentes do processo, não concluído, de alocação do custo individualmente aos ativos identificáveis e aos passivos da instituição.

Balanço Patrimonial

	31/12/2015
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	17.030.832
Valores a receber de Bancos	11.427.903
Ativos financeiros para negociação	10.948.570
Instrumentos financeiros derivativos	1.206.835
Emprestimos e recebíveis	44.287.433
Outros ativos	3.096.011
Investimento em Empresas não Consolidadas	91.052
Imobilizado de uso	586.265
Ativo intangível	231.498
Total de Ativos	**88.906.399**
Passivo	
Passivos financeiros ao custo amortizado	70.614.797
Instrumentos financeiros derivativos	1.404.916
Outros passivos	12.341.234
Total de Passivos	**84.360.947**
Patrimônio Líquido	**4.545.452**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**88.906.399**

Demonstração do Resultado

	2015
Receitas com juros	309.973
Despesas com juros	(59.456)
Resultado líquido de juros	**250.517**
Resultado líquido com instrumentos financeiros	34.117
Variações cambiais líquidas	34.785
Receitas de tarifas e comissões	666.549
Resultado de equivalência patrimonial de coligadas e controladas em conjunto	28.013

	2015
Outras receitas operacionais	105.472
Total de receitas	**1.119.453**
Despesas administrativas	(477.997)
Despesas com pessoal	(497.095)
Provisões para perdas com crédito	15.214
Despesas tributárias	(16.684)
Lucro operacional antes da tributação	**142.891**
Imposto de renda e contribuição social	(42.359)
Lucro líquido do exercício	**100.532**

Demonstração do Fluxo de Caixa

	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(89.446)
Fluxo de caica das atividades de financiamento	(321.858)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	77.258
Redução de caixa e equivalente de caixa	(334.046)

(ii) Recovery

Conforme descrito na Nota 2, o Banco firmou um compromisso de venda de sua participação integral na Recovery pelo valor total de R$1,2 bilhão, que representa seu valor justo em 31 de dezembro de 2015.

Ativos não circulantes mantidos para venda

O valor do investimento reconhecido na Pan Seguros S.A. e na Pan Corretora S.A. é de R$378.352. O Banco BTG Pactual não espera que a Pan Seguros e a Pan Corretoras serão vendidas por valores menores do que os descritos acima, que são os valores de custo, portanto, não são esperadas perdas por redução ao valor recuperável quando da classificação de tais ativos como mantidos para venda, em 31 de dezembro de 2015.

18. Ativo intangível e ágio

	Movimentação do intangível				
	2014	Aquisições	Amortizações / Baixas	Variação cambial	2015
Ágio	**483.824**	**-**	**(41.212)**	**121.794**	**564.406**
Custo	662.448	-	(2.808)	193.493	853.133
Provisão para desvalorização	(178.624)	-	(38.404)	(71.699)	(288.727)
Outros Ativos Intangíveis	**667.601**	**48.850**	**(52.954)**	**51.120**	**714.617**
Custo	539.146	48.850	(487)	61.279	648.788
Intangível BTG Pactual Chile	245.698	-	-	-	245.698
Amortização acumulada	(117.243)	-	(52.467)	(10.159)	(179.869)
	1.151.425	48.850	(94.166)	172.914	1.279.023

	Movimentação do intangível

	2013	Aquisições	Amortizações / Baixas	Variação cambial	2014
Ágio	**624.760**	**-**	**(137.230)**	**(3.706)**	**483.824**
Custo	721.675	-	-	(59.227)	662.448
Provisão para desvalorização	(96.915)	-	(137.230)	55.521	(178.624)
Outros Ativos Intangíveis	**613.087**	**93.858**	**(35.349)**	**(3.995)**	**667.601**
Custo	451.890	93.858	(149)	(6.453)	539.146
Intangível BTG Pactual Chile	245.698	-	-	-	245.698
Amortização acumulada	(84.501)	-	(35.200)	2.458	(117.243)
	1.237.847	93.858	(172.579)	(7.701)	1.151.425

Os prazos de amortização dos intangíveis não originados em combinação de negócios são de 5 anos.

19. Passivos fiscais

A composição dessa rubrica está demonstrada na tabela a seguir:

	2015	2014
Diferidos:		
Contribuição social e imposto de renda diferidos	443.941	503.195
PIS e COFINS diferidos	70.649	96.783
Correntes:		
Impostos e contribuições a recolher	211.729	144.765
Impostos e contribuições a pagar	1.277.852	346.845
Tributos com exigibilidade suspensa e outros (nota 21)	1.483.735	1.398.983
	3.487.906	2.490.571

20. Outros passivos

A composição dessa rubrica está demonstrada na tabela a seguir:

	2015	2014
Caixa de registros e liquidação	1.108.797	990.364
Devedores/credores - conta liquidações pendentes (i)	4.821.592	3.952.074
Obrigações por comissões de garantias prestadas e outras tarifas	-	362
Outras obrigações por negociação e intermediação de valores	763.051	-
Participações de funcionários nos lucros	1.002.030	448.710
Gratificações a pagar	222.379	432.324
Provisão para pagamentos a efetuar	600.715	450.214
Obrigações por aquisição de bens e direitos (ii)	1.041.588	1.034.142
Provisão para passivos contingentes	659.980	742.250
Provisão de perda para fianças	150.256	236.139
Obrigações lastreadas em commodities físico	5.209.221	-
Obrigações por aquisições de commodities	1.141.893	-
Dividendos e gratificações a pagar	653.401	327.294
Outros	98.345	225.513
	17.473.248	8.839.386

(i) A rubrica "Devedores/credores – conta liquidação pendentes" representa, basicamente, valores pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares, relativos a operações de compra e venda de títulos e contratos de ativos financeiros realizadas na BMF&BOVESPA, e, quando no exterior, em corretoras de primeira linha, por conta própria e de terceiros.
(ii) Refere-se a valores a pagar referente à aquisição de investimentos (substancialmente Banco Pan S.A. e Banco Sistema S.A.).

21. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

A administração do Banco e suas controladas avaliam as contingências existentes em função de processos judiciais movidos contra as empresas e constitui provisão, sempre que julgue necessária, para fazer face a perdas prováveis decorrentes dos referidos processos. O julgamento da administração leva em consideração a opinião de seus advogados externos com relação à expectativa de êxito em cada processo.

a. Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a instituição não tem contabilizados ativos contingentes.

b. Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

i. Provisões trabalhistas
São compostas por demandas movidas por ex-funcionários principalmente com pedidos de horas extras e equiparação salarial. Os valores das contingências são provisionados de acordo com análise do valor potencial de perda, considerando o estágio atual do processo e o parecer de consultores jurídicos externos e internos.

ii. Provisões cíveis
Nas ações cíveis com potencial de perda (danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios) os valores das contingências são provisionados com base no parecer de consultores jurídicos externos e internos.

iii. Provisões fiscais e previdenciárias
As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais, municipais e estaduais e são compostas por obrigações legais e passivos contingentes. Sua constituição é baseada na opinião de consultores jurídicos externos e internos e na instância em que se encontra cada um dos processos.

c. Composição e movimentação das provisões no ano

A administração do Banco está questionando a constitucionalidade de alguns procedimentos fiscais relacionados aos tributos federais, bem como participa em outros processos judiciais, fiscais e cíveis. A administração do Banco, com base na opinião dos consultores legais, considera, para os processos judiciais em andamento, que as provisões para esses riscos em 31 de dezembro de 2015 são adequadas para cobrir eventuais perdas decorrentes desses processos. As provisões constituídas e as respectivas movimentações no período podem ser assim demonstradas:

	2015				2014
	Tributária	Cível	Trabalhista	Total	Total
Saldo no início do período	1.398.983	702.372	39.878	2.141.233	792.487
Constituição	214.679	282.525	26.409	523.613	265.911
Provisão proveniente de empresa adquirida (i)	-	-	-	-	1.532.802
Baixa	(129.927)	(354.413)	(36.791)	(521.131)	(449.967)
Saldo no final do período	1.483.735	630.484	29.496	2.143.715	2.141.233
Tributos com exibilidade suspensa e outras contingências fiscais				1.483.735	1.398.983
Provisão para passivos contingentes				659.980	742.250

(i) Proveniente da aquisição do Banco Sistema S.A.

A natureza das principias provisões estão apresentadas a seguir.

i.Tributos com exigibilidade suspensa e outros passivos contingentes (Nota 19)

O Grupo BTG Pactual vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns impostos e contribuições. Os valores referentes a obrigações legais e contingências avaliadas pelos advogados internos e externos como perda possível, estão integralmente provisionados. Dentre referidas discussões judiciais as seguintes merecem destaque:
COFINS - Discussão da legalidade da cobrança da COFINS de acordo com as regras estabelecidas na Lei 9.718/98.

PIS - Questionamento da incidência da contribuição para o PIS instituída nas Emendas Constitucionais nº 10 de 1996 e nº 17 de 1997.

CSL - Discussão da CSL exigida das instituições financeiras no período de 1996 a 1998 por alíquotas superiores às aplicadas às pessoas jurídicas em geral, em detrimento ao princípio constitucional da isonomia.

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco e suas controladas figuravam como parte em processos tributários com probabilidade de êxito possível, os quais não estão provisionados. Segue abaixo a descrição dos processos relevantes.

- Processos relativos ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), nos quais se discute a incidência de contribuição previdenciária sobre referidos valores e sua indedutibilidade da base de cálculo do IRPJ e CSLL. O valor envolvido é de R$852,5 milhões. Parte desse valor conta como garantia por cláusula de indenização, uma vez que se refere a período anterior à aquisição do Banco pelos atuais controladores.

- Processos relativos à desmutualização e IPO da Bovespa e BM&F, em que se discute a tributação de PIS e Cofins sobre receitas auferidas na alienação das ações das sociedades mencionadas anteriormente. O valor envolvido é de R$18,5 milhões. Esse valor conta com garantia por cláusula de indenização, uma vez que se refere a período anterior à aquisição do Banco pelos atuais controladores.

- Em outubro de 2012 o Banco recebeu um auto de infração, que em 30 de dezembro de 2015, totalizava R$2.139 milhões, alegando que a utilização da amortização de ágio pelo Banco para redução do montante do IRPJ e da CSLL a pagar era inapropriado. Tal ágio foi gerado na aquisição do Banco pelo UBS em 2006. A amortização desse ágio ocorreu de fevereiro de 2007 a janeiro de 2012, embora o auto de infração esteja relacionado apenas às declarações de IRPJ e CSLL para os anos de 2007, 2008 e 2009. O Banco apresentou defesa contra esse auto de infração. Em

fevereiro de 2013, foi proferida decisão de primeira instância que reduziu parcialmente o valor do auto de infração. Em 3 de junho de 2015 foi proferida decisão de segunda instância administrativa que deu parcial provimento ao auto de infração para cancelar definitivamente a multa isolada no valor de R$329,7 milhões. Com base na jurisprudência sobre o assunto, incluindo casos semelhantes recentes, o Banco acredita que o auto de infração não possui fundamento e que o recurso apresentado pelo Banco acabará por prevalecer. Adicionalmente, em dezembro de 2015 o Banco recebeu outro auto de infração totalizando o valor de R$1.643 milhões referente aos anos de 2010 e 2011, o qual considerou indevido o aproveitamento do ágio gerado nas operacoes de aquisição do Pactual pelo UBS, realizada em 2006, bem como na recompra do Pactual pelo BTG, em 2009. O Banco não espera incorrer em qualquer perda (além das despesas do recurso) com relação a esse assunto, e não estabeleceu (e não espera estabelecer) qualquer provisão em suas demonstrações financeiras. Além da avaliação quanto à improcedência dos autos de infração, caso o Banco venha a incorrer em perdas com relação ao primeiro auto de infração, o mesmo acredita ter o direito de ser indenizado por terceiros por partes dessas perdas. Dessa forma, em nenhum caso o BTG Pactual espera incorrer em qualquer perda material relacionado a este assunto.

ii. Outros passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco BTG Pactual e suas controladas figuravam como parte em processos cíveis, trabalhistas e outras contingências, com probabilidade de êxito possível, os quais não estão provisionados.

22. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro com o produto da alíquota fiscal sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como se segue:

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	**2015**	**2014**
Base de cálculo	(4.280.543)	1.186.014
Resultado antes da tributação	(3.365.789)	1.786.014
Juros sobre capital próprio	(914.754)	(600.000)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	932.108	(474.406)
(Inclusões) / exclusões permanentes no cálculo da tributação	141.827	39.295
Resultado da equivalência patrimonial de controladas em conjunto e coligadas no país	(182.176)	42.844
Dividendos	137.903	439.751
Lucros disponibilizados no exterior	(203.245)	(284.218)
Outras (inclusões) / exclusões permanentes	389.345	(159.082)
(Inclusões) / exclusões temporárias no cálculo da tributação	(3.153.557)	(279.949)
Reversão da provisão para ágio na aquisição de investimentos	213.110	189.000
Juros sobre capital próprio	119.280	(119.280)
Resultado da avaliação a mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	(3.055.211)	(40.151)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(440.018)	(208.580)
Contingências fiscais e provisões para tributos com exigibilidade suspensa	13.763	(14.585)
Reversão de provisão para investimento	-	26.120
Outras provisões	(4.481)	(112.473)
Efeito da majoração de alíquota CSSL 5%	401.654	-
Compensação sobre prejuízo fiscal - corrente e passivo diferido - Brasil	(27.832)	(226.078)
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente - Brasil	(1.705.800)	(941.138)

Referentes a diferenças temporárias		
Constituição / (reversão) do período	3.165.564	301.471
Constituição sobre prejuízo de agência no exterior	396.533	528.085
(Reversão) sobre prejuízo fiscal	314.281	219.136
Recuperação de imposto de renda de investimentos no exterior	545.025	7.580
Efeito da majoração de alíquota de CSLL 5%	565.090	-
(Despesa) / receita de tributos diferidos	4.986.493	1.056.272
Total de receita / (despesa)	3.280.693	115.134

A movimentação dos ativos fiscais diferidos, referente ao imposto de renda e contribuição social, apresentados na rubrica "Ativos Fiscais - Diferidos", podem ser assim demonstrados:

Imposto de renda e contribuição social (iii)	**2014**	**Constituição**	**Realização**	**2015**
Prejuízos fiscais de IR e base negativa de CSLL - exercícios anteriores	239.956	-	-	239.956
Prejuízos fiscais de IR e base negativa de CSLL - ano corrente	-	622.000	(57.483)	564.517
Juros sobre capital próprio	119.280	-	(119.280)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	381.675	528.889	(165.981)	744.583
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	301.640	15.157.294	(12.172.935)	3.285.999
Ágio na aquisição de investimentos	267.505	-	(129.310)	138.195
Sobre os efeitos da taxa efetiva de juros e do reconhecimento de ativos com retenção de risco	68.013	-	(68.013)	-
Contingências fiscais e provisões para tributos com exibilidade suspensa	213.913	-	(30.069)	183.844
Outras diferenças temporárias	172.838	527.626	(14.610)	685.854
Efeito majoração 5% CSLL sobre adições temporárias	-	305.558	-	305.558
	1.764.820	17.141.367	(12.757.681)	6.148.506
Refletidas no PL				
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	-	14.045	-	14.045
Outros	-	107.160	-	107.160
	1.764.820	17.262.572	(12.757.681)	6.269.711

Imposto de renda e contribuição social (iii)	**2013**	**Constituição**	**Realização**	**2014**
Prejuízos fiscais de IR e base negativa de CSLL	13.878	255.758	(29.680)	239.956
Juros sobre capital próprio	-	240.000	(120.720)	119.280
Provisão para perdas em investimentos (ii)	26.120	-	(26.120)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	173.095	241.205	(32.625)	381.675
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	261.489	1.783.559	(1.743.408)	301.640
Ágio na aquisição de investimentos	409.028	-	(141.523)	267.505
Sobre os efeitos da taxa efetiva de juros e do reconhecimento de ativos com retenção de risco	64.291	3.722	-	68.013
Contingências fiscais e provisões para tributos com exibilidade suspensa	199.328	14.585	-	213.913
Imposto de renda no exterior (i)	-	-	-	-
Outras diferenças temporárias	89.405	157.303	(73.870)	172.838
	1.236.634	2.696.132	(2.167.946)	1.764.820

(i) Em 31 de dezembro de 2015, o valor referente a recuperação de imposto de renda pago no exterior é de R$587.981 (31 de dezembro de 2014- R$528.085).

(ii) Refere-se a crédito tributário por provisão de perda do investimento na companhia BR Properties S.A.
(iii) A movimentação acima refere-se exclusivamente aos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social.

Segue abaixo composição do valor presente dos créditos tributários, tendo em vista a expectativa para realização dos ativos fiscais diferidos:

Descrição	Créditos tributários sobre diferenças temporárias	Prejuízo e base negativa	Total
2016	2.199.516	315.946	2.515.462
2017	1.453.345	221.330	1.674.675
2018	1.453.345	266.847	1.720.192
A partir de 2019	179.681	-	179.681
Total	5.285.887	804.123	6.090.010
Valor presente	3.970.759	604.288	4.575.047

Em 31 de dezembro de 2015 não foram ativados créditos tributários na controlada Banco Sistema S.A. (anteriormente denominado Banco Bamerindus do Brasil S.A.) no montante de R$1.323.501 (31 de dezembro de 2014 – R$1.457.275) oriundos substancialmente de prejuizos fiscais apurados entre os exercícios de 1993 a 2010, os quais serão registrados quando atenderem aos aspectos regulamentares e apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudos e análises elaboradas pela Administração e pelas normas do BACEN.

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de de setembro de 2015. Em 7 de outubro de 2015, foi publicada a Lei 13.169, que reduz a aliquota de 20% para 15% a partir de 2019.

23. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto de 2.815.805.442 de ações (31 de dezembro de 2014 – 2.714.902.212), sendo 1.424.305.814 ações ordinárias (31 de dezembro de 2014 – 1.390.671.404), 575.649.224 ações preferenciais classe A (31 de dezembro de 2014 – 508.380.404) e 815.850.404 ações preferenciais classe B (31 de dezembro de 2014 – 815.850.404), todas nominativas e sem valor nominal.

Em assembleia geral extraordinária realizada em 15 de setembro de 2015, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante total de R$773.663, com a emissão de 33.634.410 ações ordinárias e 67.268.820 ações preferenciais Classe A, ambas nominativas e sem valor nominal.

As ações ordinárias terão direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral cada uma, e participarão em igualdade de condições com as ações preferenciais Classe A e as ações preferenciais Classe B, na distribuição dos lucros.

As ações preferenciais Classe A e B não terão direito a voto, terão prioridade no reembolso de capital sem prêmio e participarão, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição dos lucros.

As ações preferenciais Classe A terão direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição em decorrência de alienação de controle da Companhia, sendo assegurado aos seus titulares o recebimento de valor por ação no mínimo igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação ordinária integrante do bloco de controle.

As ações preferenciais Classe B serão conversíveis em ações ordinárias, mediante simples pedido por escrito de seu titular ou da Companhia, sem necessidade de deliberação e reunião de conselho ou acionista, desde que (i) tal conversão ocorra por ocasião da emissão de novas ações pela Companhia, dentro ou não do limite do capital autorizado (salvo se o acionista a converter seja BTG Pactual Holding S.A.) (ii) após a conversão, BTG Pactual Holding S.A. (ou sociedade que venha a lhe suceder a qualquer título, inclusive por força de incorporação, fusão, cisão ou outro tipo de reorganização societária) continue detendo, direta ou indiretamente, mais do que 50% das ações ordinárias de emissão da Companhia e (iii) seja sempre observado acordo de acionistas da companhia. Essas ações serão conversíveis em ações preferenciais Classe A, a pedido de seu titular, e desde que (i) a Companhia seja uma companhia aberta com suas ações listadas em bolsa de valores e (ii) seja sempre observado o acordo de acionistas da companhia.

Segue abaixo movimentação das ações nos exercícios:

Banco BTG Pactual	Quantidade			
		Preferenciais		
	Ordinária	Class A	Class B	Total
Em circulação em 31 de dezembro de 2014	1.390.671.404	508.380.404	815.850.404	2.714.902.212
Em circulação em 31 de dezembro de 2015	1.404.405.002	535.847.600	815.850.404	2.756.103.006

b. Ações em tesouraria

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o Banco aprovou programa de recompra e cancelamento de ações, conforme descrito na Nota 1.

c. Reserva legal

Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social.

d. Reserva estatutária

De acordo com o Estatuto, esta reserva tem por finalidade a manutenção de capital de giro, e seu montante está limitado ao saldo do capital social.

e. Reserva de lucros a realizar

Constituída em função do resultado não distribuído apurado na agência no exterior.

f. Distribuição de lucros

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 25 de fevereiro de 2015, o Banco aprovou a distribuição de dividendos, referente a resultados de períodos anteriores, equivalentes a R$0,04 por ação, no valor de R$106.130. O pagamento de tais dividendos, ocorreu em 10 de março de 2015.

Em 30 de dezembro de 2014 o Banco provisionou R$298.200, referente a juros sobre capital próprio, equivalentes a R$0,11 por ação, que gerou R$119.280 e benefício fiscal. Tais montantes foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração em dezembro de 2014 e pagos em 10 de março de 2015.

Em 30 de junho de 2015 o Banco provisionou R$422.000 (30 de junho de 2014 – R$301.800), referente a juros sobre capital próprio, equivalentes a R$0,16 por ação (30 de junho de 2014 - R$0,11 por ação), que gerou R$168.800 (30 de junho de 2014 – R$120.720) de benefício fiscal. Tais montantes foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração em 30 de junho de 2015 (30 de junho de 2014 – 05 de agosto de 2014), e pagos em 5 de agosto de 2015.

Em 05 de agosto de 2015, o Banco aprovou a distribuição de dividendos no valor de R$47.324, equivalentes a R$0,2 por ação. Em 30 de junho de 2014 o Banco provisionou R$146.639), referente a dividendos sobre lucro do exercício, equivalentes a R$0,05 por ação. Tais montantes foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração em 05 de agosto de 2014.
Em 31 de dezembro de 2015 o Banco provisionou R$492.754 (31 de dezembro de 2014 – R$298.200), referente a juros sobre capital próprio, equivalentes a R$0,18 por ação (31 de dezembro de 2014 – R$0,11 por ação), que gerou R$197.102 (31 de dezembro de 2014 – R$119.280) de benefício fiscal. Tais montantes foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2015 (31 de dezembro de 2014 – 30 de dezembro de 2014).

g. Outros resultados abrangentes

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, referem-se a: (i) ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros disponíveis para venda de controladas em conjunto, no valor negativo de R$4.170 (31 de dezembro de 2014 – R$4.247); (ii) ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros disponíveis para venda, no valor de R$18.501 (31 de dezembro de 2014 – R$12.854); e (iii) variação cambial sobre investimentos no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda funcional (reais) do Banco, no valor de R$5.109.634 (31 de dezembro de 2014 – R$1.066.423).

24. Lucro por ação

Lucro por ação básico e diluído é calculado pelo resultado da divisão do lucro líquido pelas médias ponderadas das ações em circulação durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o Banco não possui qualquer evento que gere diluição.

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	736.814	2.117.086
Média ponderada de ações Ordinárias em aberto no exercício	1.401.882.874	1.390.671.404
Média ponderada de ações Preferenciais em aberto no exercício	1.346.653.748	1.324.230.808
Lucro líquido por ação - básico e diluído - em R$		
Ordinárias	0,27	0,78
Preferenciais	0,27	0,78

25. Receita (despesa) de juros e resultado líquido com instrumentos financeiros

a. Receita (despesa) de juros

Receitas com juros	2015	2014
Outros empréstimos e recebíveis	3.112.375	2.282.836
Resultado com aplicações no mercado aberto e ativos financeiros mantidos até o vencimento	4.562.674	4.412.282
Resultado de aplicações compulsórias no Banco Central do Brasil	126.341	26.051
	7.801.390	6.721.169

Despesas com juros	2015	2014
Captação no mercado	(5.248.904)	(4.640.003)
Depósitos	(639.383)	(841.256)
Valores a pagar a bancos	(708.106)	(358.844)
Recursos de aceites e emissão de títulos	(2.386.208)	(1.699.101)
Empréstimos e repasses	(5.702.820)	(1.878.769)
	(14.685.421)	(9.417.973)

b. Resultado líquido com instrumentos financeiros

	2015	2014
Instrumentos financeiros derivativos	2.491.219	2.182.237
Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.492.420	1.805.242
	3.983.639	3.987.479

26. Receitas de tarifas e comissões

	2015	2014
Taxa de administração e prêmio de performance de fundos e carteiras de investimentos	1.550.623	1.562.961
Corretagem	192.566	197.122
Assessoria técnica	621.481	707.478
Comissão de colocação de títulos	221.402	214.554
Rendas de garantias prestadas	235.395	165.925
Outros serviços	46.977	90.139
	2.868.444	2.938.179

27. Outras receitas (despesas) operacionais

	2015	2014
Atualização monetária de depósitos judiciais e outros	299.304	154.244
Recuperação de crédito	-	6.324
Reversão de provisão – outras	117.720	169.096
Reversão de provisões - contingências (ii)	562.192	-
Recuperação de encargos e despesas	17.447	-
Despesa de atualização de impostos	(175.364)	(46.820)
Ressarcimento de clientes	(5.327)	(2.874)
Desconto concedido em renegociações	(303.727)	-
Atualização de valores a pagar por aquisição de bens e direitos (i)	(247.009)	(68.843)
Variação cambial	61.025	60.721
Valor justo de propriedade para investimento	-	42.753
Resultado líquido das operações de commodities físico	(272.766)	-

Lucro na alienação de investimentos	3.044.625	-
Outras provisões operacionais	(96.224)	(82.087)
Outros	(490.736)	(13.232)
	2.511.160	219.282

(i) Refere-se a atualização de valores a pagar referente a aquisição de investimentos (principalmente Banco Pan S.A. e Banco Sistema S.A.).
(ii) Refere-se principalmente a reversão de contingências descritas na Nota 20.

28. Despesas administrativas

	2015	2014
Serviços de terceiros e consultorias	(486.679)	(547.380)
Telecomunicações e processamento de dados	(366.165)	(264.847)
Locações e condomínios	(133.997)	(106.337)
Viagens e hospedagens	(106.694)	(88.271)
Despesas do sistema financeiro	(328.943)	(77.047)
Propaganda e relações públicas	(51.060)	(52.019)
Amortização e depreciação	(100.937)	(48.919)
Outros	(111.973)	(142.302)
	(1.686.448)	(1.327.122)

29. Despesas com pessoal

	2015	2014
Remuneração direta	(1.594.468)	(1.629.203)
Benefícios	(955.976)	(97.240)
Encargos	(175.768)	(96.056)
Outras despesas de pessoal	(7.491)	(25.902)
	(2.733.703)	(1.848.401)

30. Partes relacionadas

As instituições integrantes do Grupo BTG Pactual investem suas disponibilidades, primordialmente, em produtos de captação do Banco. Os saldos das operações com partes relacionadas, as quais são efetuadas com base em taxas e condições usuais de mercado, estão refletidos nas seguintes contas:

			Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)	
	Grau de relação	Prazo máximo	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo						
Aplicações no mercado aberto						
- Banco Pan S.A. (i)	Controlada em conjunto	04/01/2016	630.001	-	27.648	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros						
- Banco Pan S.A. (i)	Controlada em conjunto	04/01/2016	310.000	2.518.106	213.264	176.482
Títulos e valores mobiliários						
- BTG Investments LP	Ligada	17/04/2018	200.362	177.301	16.806	-
- Banco Pan S.A. (i)	Controlada em conjunto	23/04/2020	23.040	55.135	(14.985)	-
Instrumentos financeiros derivativos						
- Banco Pan S.A. (i)	Controlada em conjunto	22/04/2020	2.025	2.204	5.457	-
Operações de crédito						

- BSI UK Holding	Ligada	14/09/2025	3.663.406	-	-	-
Rendas a receber						
- BTG Pactual Brazil Investment Fund I LP	Controlas e Ligadas	Sem Prazo	171.970	65.037	38.577	32.617
- BTG Absolute Return Master Fund II	Controlada em conjunto	Sem Prazo	12.952	8.391	65.769	-
Passivo						
Depósitos à prazo						
- BTG Investments LP	Ligada	02/01/2016	(735.287)	-	(11.380)	-
- BTG Pactual Proprietary Feeder (1) Limited	Ligada	02/01/2016	(221.463)	(78.977)	-	-
- Outros	Controladas e Ligadas	02/01/2016	(54.313)	-	(7)	-
Captações no mercado aberto						
- FIP Turquesa	Ligada	30/06/2016	(165.336)	-	-	-
- BRPEC Agropecuária (i)	Ligada	30/06/2016	(190.100)	-	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos						
- Sócios e pessoal chave da administração	Sócios	Sem Prazo	-	(41.636)	-	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior						
- BTG MB Investments LP	Ligada	18/09/2019	(404.162)	(1.418.052)	(140.015)	-
- BTG Investments LP (i)	Ligada	17/04/2018	(1.930.422)	-	(37.423)	-
Instrumentos financeiros derivativos						
- Banco Pan S.A. (i)	Controlada em conjunto	22/04/2020	(346.714)	(129.983)	(226.337)	-

(i) Pertence ao consolidado da BTG Pactual Participations Ltd.

As transações com partes relacionadas não possuem garantias dadas e recebidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Adicionalmente, não foi reconhecida provisão para créditos de liquidação duvidosa no balanço patrimonial e despesa para dívidas consideradas incobráveis ou de liquidação duvidosa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

A remuneração total do pessoal chave da administração para o exercício foi de R$69.930 (31 de dezembro de 2014 – R$46.316) a qual é considerada benefício de curto prazo.

31. Outras informações

a. Depósitos

Os depósitos interfinanceiros e a prazo, emitidos a taxas de mercado, possuíam os seguintes prazos médios ponderados:

	2015	2014
Depósitos interfinanceiros	892	315
Depósitos a prazo	519	423

b. Caixa e equivalente de caixa

	2015	2014
Disponibilidades e reservas no Banco Central	5.054.877	1.585.254
Valores a receber de bancos		
Depósito interfinanceiros	327.742	2.518.500
Operações de *Overnight*	3.533.062	1.962.399
Aplicação no mercado aberto	5.079.218	16.356.157
Saldos no fim do período	13.994.899	22.422.310

c. Compromissos e responsabilidades

O Banco e suas controladas têm como principais compromissos e responsabilidades o seguinte:

	2015	2014
Coobrigações e riscos em garantias prestadas	12.650.452	11.834.916
Responsabilidades por administração de futuros e carteiras de investimentos (i)	238.400.200	213.884.308
Títulos e valores mobiliários	24.802.417	-
Depositários de valores em custódia	1.098.395.088	222.719.863
Negociação e intermediação de valores	1.720.204.370	1.938.364.154
Valores de crédito contratados a liberar	711.075	2.541.953
Compromissos a liberar	128.280	1.113.960

(i) Registradas pelo somatório dos valores patrimoniais dos fundos e carteiras de investimento.

A rubrica "Coobrigações e riscos em garantias prestadas", é composta, basicamente, por fianças corporativas ou ativos destinados à garantia de operações em bolsas.

Na rubrica "Depositários de valores em custódia", estão refletidas as posições de terceiros de títulos públicos e privados, custodiados no SELIC, na CETIP S.A. e na BM&FBovespa S.A.
Na rubrica "Negociação e intermediação de valores", estão representados os valores dos contratos de compra e venda de instrumentos financeiros derivativos, relacionados a operações de terceiros.

Na rubrica "Valores de créditos contratados a liberar", estão registrados valores a liberar referentes a operações de crédito contratadas com clientes.

Na rubrica "Compromissos a liberar", estão registrados valores a liberar referente a compromissos financeiros do Banco com suas investidas.

d. Demonstração do Valor Adicionado

Embora não seja exigida pelo IFRS, a Demonstração do Valor Adicionado apresentada abaixo é uma informação complementar, para atendimento às regras requeridas pela CVM.

	2015	2014
Receitas	17.167.123	14.815.598
Resultado líquido com instrumentos financeiros	3.983.639	3.987.479
Receitas com juros	7.801.390	6.721.169
Provisão para operações de crédito e outros créditos	(585.747)	(467.853)
Outras	5.967.841	4.574.803
Despesas	(14.685.421)	(9.417.973)
Intermediação financeira	(14.685.421)	(9.417.973)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.392.252)	(1.186.481)
Materiais, energia e outros	(18.856)	(13.039)
Serviços de terceiros	(1.373.396)	(1.173.442)
Valor adicionado bruto	1.089.450	4.211.144
Depreciação e amortização	(42.832)	(84.268)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.046.618	4.126.876
Valor adicionado recebido em transferência	(522.971)	362.558

Resultado de participação em coligadas	(522.971)	362.558
Valor adicionado a distribuir	523.647	4.489.434
Distribuição do valor adicionado	523.647	4.489.434
Pessoal	2.733.703	1.848.401
Proventos	2.469.532	1.655.105
Benefícios	133.828	192.206
FGTS	130.343	1.090
Impostos, taxas e contribuições	(2.907.634)	211.935
Federais	(3.143.720)	125.484
Municipais	236.086	86.451
Remuneração de capitais de terceiros	121.560	96.074
Aluguéis	121.560	96.074
Remuneração de capitais próprios	576.018	2.333.024
Juros sobre o capital próprio	914.754	600.000
Dividendos	47.324	146.639
Lucros retidos	(225.264)	1.370.447
Participações de não controladores	(160.796)	215.938

32. Eventos subsequentes

Em 12 de janeiro de 2016, o Banco anunciou que está engajado em discussões referentes à potencial alienação de sua participação acionária na Pan Seguros S.A. e na Pan Corretora S.A. Até a data da divulgação desta demonstração, o Banco não pode confirmar se (i) os potenciais interessados chegarão a um acordo em relação aos termos e condições relacionadas à transação, e (ii) se os potenciais interessados celebrarem um instrumento vinculante em relação à transação, se eventuais condições precedentes a serem acordadas pelos potenciais interessados serão efetivamente verificadas, viabilizando assim a conclusão da transação.

Em 28 de janeiro de 2016 o Banco anunciou uma redução em sua estrutura de custos, objetivando uma diminuição de 25% dos custos totais. Dentro deste programa, comunicou nesta mesma data o desligamento de 305 funcionários, de um total de 1.653 no Brasil.

Em continuidade ao programa de recompra e cancelamento de ações, em 15 de fevereiro de 2016, foram canceladas 19.925.230 ações ordinárias e 39.850.460 ações preferenciais emitidas pelo Banco. Ainda o Conselho de Administração aprovou a aquisição de até 19.068.708 *units,* observado o limite de 10% de ações em circulação, para a manutenção de ações em tesouraria.

Em 17 de fevereiro de 2016, a transação de venda da Recovery, descrita na Nota 2, foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Em 22 de fevereiro de 2016, o Banco assinou um acordo definitivo por meio do qual o EFG International ("EFG") - um banco global de private banking e asset management sediado em Zurique, na Suíça, e listado na SIX Swiss Exchange -, irá adquirir o BSI em uma transação que envolverá pagamento em dinheiro e ações.

Em 29 de fevereiro de 2016, data-base do último reporte ao BACEN, o indicador de Liquidez de Curto Prazo foi equivalente a 144% para o Conglomerado Prudencial.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

SEGUNDO SEMESTRE DE 2015

O Comitê de Auditoria do Grupo BTG Pactual, regularmente constituído por meio de sua instituição líder, o Banco BTG Pactual S.A., é órgão estatutário que atua em consonância com as disposições da Resolução 3.198, de 27 de maio de 2004, do Banco Central do Brasil, Instrução CVM 308, de 14 de maio de 1999 e Resolução CNSP nº 312 de 16 de junho de 2014, e alterações posteriores (doravante denominado "Comitê"). É composto por três membros independentes e o funcionamento e regras de condução são disciplinados pelo regimento interno e plano de trabalho anual.

Atividades do Comitê

Dentre os trabalhos de avaliação e supervisão efetuados no 2º semestre de 2015, o Comitê destaca:

- Planejamento e desempenho das auditorias independente e interna;
- Estrutura e funcionamento dos controles internos;
- Confirmação dos aspectos relacionados à independência da auditoria independente;
- Integridade e qualidade das demonstrações contábeis, de acordo com as normas vigentes;
- Atuação da Ouvidoria;
- Cumprimento, pela administração do Grupo BTG Pactual, das recomendações feitas pelas auditorias independente e interna.

Auditoria Independente

O Comitê mantém com os auditores independentes uma comunicação contínua para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião sobre a integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros.

Adicionalmente, o Comitê acompanha constantemente casos em que possa haver conflitos de interesse junto a trabalhos realizados pela Auditoria Independente para empresas do Grupo BTG Pactual, de modo a não permiti-los.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pelo auditor independente, as quais apoiam sua avaliação sobre a integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros.

Auditoria Interna

Quanto à Auditoria Interna, o Comitê acompanha através da realização de reuniões periódicas, o cumprimento do planejamento e cronogramas dos trabalhos previamente definidos. O Plano de Auditoria que rege os trabalhos anuais foi aprovado pelo Comitê.

Os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna e as considerações feitas por este Comitê, contemplam a avaliação da estrutura de gerenciamento de riscos do Banco, com o objetivo de certificar-se da qualidade dos processos de geração de relatórios utilizados pela Administração para subsidiar suas decisões. O Comitê entende que as ações adotadas para gerenciamento de riscos permanecem adequadamente estabelecidas e direcionadas.

Cumprimento da legislação, regulamentação e sistemas de controles internos

O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna, Risco Operacional e nos relatórios produzidos pela Auditoria Independente, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Organização.

Foram avaliados também: (i) os processos-chave; (ii) os riscos associados a estes respectivos processos; (iii) a identificação da correlação dos controles que mitigam os riscos identificados nesses processos; e (iv) o teste de efetividade dos controles que mitigam os riscos identificados.

Os controles internos foram considerados satisfatórios para a complexidade e o volume das operações.

Demonstrações contábeis

Através dessas análises e com base no relatório dos auditores independentes, o Comitê conclui que as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco e suas controladas. Não foram identificados quaisquer pontos que pudessem impactar a qualidade das demonstrações contábeis do período analisado.

Conclusão

O Comitê de Auditoria recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações contábeis, para a data-base de 31 de dezembro de 2015.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2016.

Anibal Cardoso Joaquim

Cláudio Eugênio Stiller Galeazzi

Mark Clifford Maletz

BANCO BTG PACTUAL S.A.
CNPJ/MF 30.306.294/0001-45
NIRE 33.300.000.402

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA
REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2016

1. Data, hora e local: Ao dia 21 do mês de fevereiro de 2016, às 10 horas, na sede social do Banco BTG Pactual S.A., localizada na Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º, 6º e 7º andares, Torre Corcovado ("Companhia").

2. Presença: A totalidade dos Diretores da Companhia.

3. Mesa: Presidente – Marcelo Kalim; e Secretário – Iuri Rapoport.

4. Deliberações: Por deliberação tomada pela unanimidade dos membros da Diretoria, no gozo de seus amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, a ela atribuídos por meio do Estatuto Social da Companhia, resolvem, nos termos dos incisos V e VI, parágrafo 1º, artigo 25, da Instrução Normativa nº 480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 07 de dezembro de 2009:

4.1. Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco BTG Pactual S.A., relativas à data base 31 de dezembro de 2015, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

4.2. Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre o exame das demonstrações financeiras individuais do Banco BTG Pactual S.A., relativas à data base 31 de dezembro de 2015, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

4.3. Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre a revisão das demonstrações financeiras consolidadas do Banco BTG Pactual S.A., relativas à data base 31 de dezembro de 2015, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

5. Aprovação e Encerramento: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se ata que se refere a esta Reunião, que foi aprovada pela unanimidade dos Diretores-Executivos da Sociedade, os Srs. André Fernandes Lopes Dias, Antonio Carlos Canto Porto Filho, Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo, Guilherme da Costa Paes, Iuri Rapoport, João Marcello Dantas Leite, Marcelo Kalim, Marcus André Sales Sardinha, Oswaldo de Assis Filho, Bruno Duque Horta Nogueira, Renato Monteiro dos Santos, Roberto Balls Sallouti e Rogério Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

Atesto que esta é cópia fiel extraída do original, lavrada e arquivada em livro próprio.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2016.

Iuri Rapoport
Secretário

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA DO
BANCO BTG PACTUAL S.A.
NIRE n.º 33300000402
CNPJ n.º 30.306.294/0001-45

01. DATA, HORA, LOCAL:
Às 10:00 horas do dia 29 de março de 2016, na sede da Sociedade, localizada na Praia de Botafogo, n.º 501, 5º andar, Torre Corcovado, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

02. MESA: Presidente – Marcelo Kalim; e Secretário – Iuri Rapoport.

03. PRESENÇA:
A totalidade dos Diretores.

04. DELIBERAÇÃO POR UNANIMIDADE:

A totalidade dos Diretores do Banco BTG Pactual S.A. declara, nos termos dos incisos V e VI, parágrafo 1º, artigo 25, da Instrução Normativa n.º 480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 07 de dezembro de 2009, que:

(i) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras consolidadas do Banco BTG Pactual S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas de acordo com o padrão internacional, conforme os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB); e

(ii) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre o exame das demonstrações financeiras consolidadas do Banco BTG Pactual S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas de acordo com o padrão internacional, conforme os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

05. ENCERRAMENTO:
Nada mais havendo a tratar, a presente Ata foi redigida, lida, aprovada, bem como lavrada em livro próprio e assinada pela totalidade dos presentes, os Srs. André Fernandes Lopes Dias, Antonio Carlos Canto Porto Filho, Bruno Duque Horta Nogueira, Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo, Guilherme da Costa Paes, Iuri Rapoport, João Marcello Dantas Leite, Marcelo Kalim, Marcus André Sales Sardinha, Oswaldo de Assis Filho, Renato Monteiro dos Santos, Roberto Balls Sallouti e Rogério Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

Certifico que a presente é cópia fiel
da arquivada no livro próprio.

Iuri Rapoport
- Secretário -